

SUMÁRIO

O TRABALHO DA EQUIPE GESTORA PARA O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DA ESCOLA.....	2
IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA E A RECICLAGEM DO LIXO ORGÂNICO.....	10
A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS PARA A APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA.....	30
A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DE CASO.....	39
A INTERAÇÃO VERBAL NA AULA DE PRODUÇÃO DE UMA CARTA*	54
O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA-MT	70
VALOR JUSTO APLICADO AOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS POR BANCOS PÚBLICOS HABILITADOS PARA ATUAR NO MERCADO DE CÂMBIO: A REALIDADE BRASILEIRA	92
SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÕES	102
SOFTWARE LIVRE.....	115

O TRABALHO DA EQUIPE GESTORA PARA O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DA ESCOLA

Elisangela Ruiz De Souza¹
Valdinéia C. B. Q. Muniz²
Valquiria Forgiarini³

RESUMO

Inúmeras reformas vêm ocorrendo no sistema educacional brasileiro. Uma das questões que esta relacionada a estas reformas e que vem sendo frequentemente discutida, é a gestão escolar, que por sua vez, esta diretamente relacionada ao currículo nacional, à avaliação institucional, a profissionalização dos professores e o financiamento da educação. Em virtude disto, entendendo que uma escola tem como função socializar saberes, formar valores e atitudes cidadãos, este artigo tem em vista apresentar o conceito de gestão e sua importância, para que, quem esta a mister de conduzir a educação, possa refletir numa sociedade capitalista e massacrante, sobre este propósito, mas, baseado nos princípios democráticos para a efetivação de princípios de igualdade.

PALAVRAS CHAVES: Gestão escolar. Princípios democráticos. Exercício da cidadania.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a função de refletir sobre gestão escolar, apresentando conceito de gestão e sua importância para o desenvolvimento da escola. Para tanto, fez-se uma pesquisa com base na leitura de autores e estudiosos sobre o tema “Gestão escolar”, a partir do qual se elaborou o presente texto.

Sendo a escola uma instituição com função de socializar os saberes humanos, bem como de formar valores e atitudes cidadãos, a gestão escolar deve procurar garantir essa função social da escola. Para tanto, sua própria atuação deve estar pautada nesses princípios, onde a coletividade e a democracia imperam.

Em virtude das inúmeras reformas ocorridas no sistema educacional brasileiro, as estratégias mais atuais de reforma têm adotado cinco pontos que estão relacionados diretamente uns aos outros: a gestão educacional, o currículo nacional,

¹Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE

²Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE

³Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE

a avaliação institucional, a profissionalização dos professores e o financiamento da educação.

Muitos autores abordam os termos organização e administração para se referir ao trabalho da direção escolar, entretanto, neste texto será empregado o termo gestão escolar, o qual é mais aceito pela maioria dos educadores e estudiosos.

GESTÃO ESCOLAR: CONCEITO

Nos anos 1950, um dos primeiros sistematizadores da administração escolar no país, José Querino Ribeiro (1952), embora mantendo a denominação “Administração Escolar”, considerava o termo *gestão* mais abrangente por incorporar aspectos filosóficos e políticos implicados na administração. Recentemente, esse termo voltou ao uso corrente. Por volta dos anos 1980, em decorrência do recrudescimento da visão ideológica e política da escola, adotou-se nos meios intelectuais de esquerda a expressão “Organização do trabalho escolar”, em que predominava como conteúdo a análise da escola com base na crítica às formas de organização do trabalho capitalista, desprezando-se o conteúdo específico. Em 1986 surgiu um livro que se tornou clássico no âmbito da Administração Escolar, na visão marxista, em que o autor argumenta que “a administração pode ser vista, tanto na teoria como na prática, como dois amplos campos que se interpenetram: a “racionalização do trabalho” e a “coordenação do esforço humano coletivo”. (Paro, 1986). Paro empenha-se em compreender a administração *em geral*, comum a todo tipo de estrutura social, e a administração *geral*, forma concreta da administração historicamente determinada pelas relações econômicas, políticas, sociais, que se verificam sob o modo de produção capitalista. Daí destaca seu caráter instrumental e, como tal, aplicável a uma visão de administração escolar voltada para a transformação social.

Lourenço Filho fala o seguinte acerca de organizar e administrar:

Organizar (...) é bem dispor elementos (coisas e pessoas), dentro de condições operativas (modos de fazer), que conduzem a fins determinados. Administrar é regular tudo isso, demarcando esferas de responsabilidade e níveis de autoridade nas pessoas congregadas, a fim de que não se perca a coesão do trabalho e sua eficiência geral. (LOURENÇO FILHO, 1976, p. 41)

Diante dessa variedade de entendimentos prevalecerá neste trabalho a expressão *organização e gestão*, em que organização, segundo Libâneo (2000, p. 40) é compreendida “como unidade social que reúne pessoas que interagem entre si e que opera por meio de estruturas e processos organizativos próprios, para se alcançar os objetivos da instituição” e gestão, conforme Paro (2002, p. 14), é “o processo de tomada de decisões e a direção e controle dessas decisões”.

Assim, a gestão escolar passou a ter um papel de suma importância nas reformas educacionais, sendo vista como requisito básico para o planejamento, a organização e a mobilização das pessoas para participarem de forma competente nas ações de melhoria da qualidade de ensino. O termo *gestão*, segundo Libâneo (2000, p. 75) “ganha mais abrangência que administração e organização porque é proposto dentro de uma visão sistêmica, que concebe o sistema de ensino como um todo.”

Assim, as políticas e diretrizes educacionais voltadas às escolas, gestão de sistemas de ensino e escolas, autonomia, processos participativos são condicionantes desta visão total a que se refere o sistema de ensino.

Entretanto, a gestão escolar se viabiliza por estratégias baseadas no modelo liberal de gestão: quando há a descentralização dos serviços educacionais, a autonomia pedagógica e financeira, a participação dos pais, extensão do poder do Estado aos diretores de escolas e À comunidade etc. está-se seguindo o modelo de gestão liberal.

Libâneo (2000, p. 77) afirma que “há a crítica de que a descentralização seria uma forma de desdobramento do poder central, repartindo esse poder com as escolas e comunidades, no sentido de diminuir o papel do Estado”.

Sendo assim, os governantes transferiram Às unidades escolares as responsabilidades que outrora eram suas.

No modo de operar a dinâmica das escolas, as orientações oficiais do Governo FHC recomendavam práticas de gestão baseadas nas formas de organização empresarial e em critérios de eficiência, com o entendimento de que se a escola tivesse objetivos pontuais, boa organização, boa racionalidade nos conteúdos e métodos, definição explícita de papéis dos integrantes da equipe escolar, boas condições de funcionamento como recursos materiais, área física, equipamentos, informatização, etc., estariam criadas as condições para melhorar a aprendizagem dos alunos. Em muitas escolas brasileiras foi implantado o Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE), com recursos do Banco Mundial. (LIBÂNEO, 2000, p. 79)

A importância da gestão educacional de sistemas de ensino e escolas tem sido ressaltada há anos na pesquisa educacional. – fato que a autonomia fortalece as escolas, acentua o espírito de equipe, envolvendo os professores e demais educadores na responsabilidade em assumir um papel na configuração da organização do trabalho escolar não apenas na sala de aula, mas na escola como um todo. Trata-se de um processo que se identifica bem com a reivindicação de participação conjunta de pais, professores, alunos, nos processos de tomada de decisão e co-responsabilização pelas ações de ensino e aprendizagem.

Uma forma específica de conceber o poder revela-se no papel do administrador; neste caso, o diretor da escola pública, o qual está envolvido em situações conflituosas para as quais deverá encontrar soluções. Para tanto, o mesmo deverá ter um perfil mediador, construído a partir de um equilíbrio profissional que o permite lidar com as tensões existentes no ambiente escolar (aluno x aluno, professor x aluno, professor x professor, professor x pais).

Para Queluz (2003, p. 104) “administrar é um processo complexo de gerir negócios, com características próprias, decorrentes da instituição mantenedora.” Em se tratando do Estado, como é o caso da escola pública, o administrador escolar assume um compromisso de oferecer À população um serviço de qualidade.

Assim, é dever da gestão oferecer um bom serviço À comunidade escolar, entretanto, a abordagem deste serviço vai depender do perfil ideológico deste profissional: a gestão pode ser democrática ou centralizada, dependendo do perfil do gestor.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR

O poder público é o responsável pela manutenção das escolas “públicas”. Essa responsabilidade é transmitida, dentro do ambiente escolar, ao profissional escolhido “democraticamente” pelos seus pares como gestor.

O processo de gestão democrática é tido por Paro (2002, p. 39) como “utópico, pois não existe – o que não significa que não possa vir a existir.”

Essa afirmação é feita justamente porque na maioria das escolas, a hierarquia é sinônimo de autoritarismo e detenção do poder enquanto expressão de direitos pessoais. Assim, muitos gestores se candidatam ao cargo não com o

interesse de melhorar as condições de trabalho e relações do ambiente escolar, mas simplesmente para atender a interesses próprios.

Nesses casos, o trabalho escolar passa a vivenciar sérios conflitos, os quais deixam, em muitos casos, de ser atendidos ou resolvidos pela gestão.

Desta forma, a importância da gestão no ambiente escolar é algo indiscutível: é ela que deverá manter o equilíbrio no ambiente de trabalho, bem como possibilitar um gerenciamento eficaz das verbas e, conseqüentemente, promover um ambiente favorável ao desenvolvimento do ensino.

Em 1961, um dos mais expressivos intelectuais da educação brasileira, Anísio Teixeira, afirmava que as disciplinas Administração Escolar e Educação Comparada existiam no Brasil há mais de vinte anos, mas com um desenvolvimento teórico ainda incipiente. E afirmava que o interesse recente pela disciplina Administração Escolar se devia à política que naquela ocasião se fazia presente no Brasil de generalizar o sistema educacional sem que se tivesse, entretanto, recursos humanos preparados para isso. Ou seja, a demanda pela universalização do ensino, a ampliação do acesso, o aumento do número de escolas e aumento de turmas nas escolas, estariam requerendo a existência do administrador na escola.

Baseando-se nas tarefas de um professor completo, de administrar sua classe, de ensinar e de orientar o aluno, Teixeira previa um administrador escolar com três grandes especialidades: o administrador da escola, o supervisor do ensino e o orientador dos alunos, precisamente para ajudar os professores. “O novo administrador terá, pois, de substituir algumas funções daquele antigo professor, ou melhor, fazer o necessário para que o novo professor tanto quanto possível tenha a mesma eficiência daquele antigo professor”. (Teixeira, 1961, p. 47)

A orientação clássico-científica, na tradição da Escola Clássica da Administração, concebe a administração como atividade racional e científica de organização do trabalho, com objetivos e procedimentos bem delimitados, tais como o planejamento, a organização, a gerência, a avaliação. A funcional-eficientista contém elementos da Escola Clássica, mas destaca que a consecução de objetivos da instituição escolar requer uma estrutura e uma gestão de serviços com razoável nível de eficiência. Segundo Lourenço Filho, trata-se de “imprimir às atividades humanas, que neles se representem (nos serviços escolares), sentido *funcional*, por maior conhecimento e gradação de *fins*, e articulação mais produtiva dos elementos

e recursos com que esses fins possam ser propostos e satisfatoriamente alcançados, ou a racionalização dos *meios* empregados”. (1963, p. 30)

Este modelo de administração escolar formal, praticamente centrado nos modelos da administração clássica, preocupada com a racionalização e métodos de trabalho, sustentado por relações hierárquicas e normas, é submetido À crítica marxista ao longo dos anos 1980, resultando em várias alternativas de gestão, genericamente orientadas por uma perspectiva democrática.

No âmbito da Organização e Gestão de escolas, importa registrar que, em meio ao movimento de repensar o sistema de formação de educadores, foi se tornando majoritário o modelo de análise marxista para estudos sobre a escola e a formação de profissionais da educação. O argumento para se analisar a organização do trabalho nas escolas, incluindo o trabalho dos professores e dos administradores, foi buscado na crítica À divisão do trabalho capitalista reproduzido na escola. De acordo com esta visão, a organização do processo de trabalho na escola implicaria uma degradação do trabalho profissional do professor, À medida que estaria se reproduzindo nela as formas de organização do trabalho sob o capitalismo. Com efeito, em razão da divisão social e técnica do trabalho há uma cisão entre o trabalhador e os meios ou instrumentos de trabalho, em que esses meios são providos pelos gestores do processo de produção. Há uma classe que pensa, desenvolve os meios de trabalho, controla o trabalho; e outra classe que faz serviço prático, cumpre determinações do gestor, fundando a desigualdade social. Dessa forma, as relações sociais capitalistas de produção se reproduzem em todas as instâncias da sociedade, inclusive nas escolas, onde haveria dois segmentos de trabalhadores opostos entre si, os especialistas (diretor, coordenador pedagógico, etc.) e os professores, instaurando a desigualdade e promovendo a desqualificação do trabalho dos professores.

A CONSOLIDAÇÃO DO PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA (CONSTITUIÇÃO DE 1988)

O processo de redemocratização do país se concretiza com a Constituição de 1988, cujo texto final é o resultado de uma mescla de emendas populares e emendas originadas de uma aliança de partidos de centro (Cunha, 1991, p.14), em especial na educação. O governo Sarney permanece até 1990. Segue-se o Governo

Collor, primeiro presidente eleito por voto direto desde o início do regime militar (1964), valendo-se do apoio de forças conservadoras. Elegeu-se com base no discurso de moralização da política, de derrubada da inflação e de modernização econômica conforme o modelo neoliberal, mas, paradoxalmente, acabou sendo afastado em 1992 pelo Congresso Nacional por corrupção. Seu vice, Itamar Franco, assume a Presidência e governa até 1994. Nesse mesmo ano, é eleito Fernando Henrique Cardoso, depois reeleito, que cumpre dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002). Em janeiro de 2003, assume Luis Inácio Lula da Silva, que após quatro anos de governo disputa, em 2006, seu segundo mandato.

A nova Constituição consolida, na educação, um conjunto de aspirações de vários agrupamentos políticos, alimentadas desde o início da década. Na educação, a nova Constituição introduz em seu art. 206 vários princípios “democráticos” do sistema de ensino, entre eles, o da gestão democrática da escola e dos sistemas.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 reproduz o princípio a gestão democrática definido na Constituição, definindo-a em seu artigo 14:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação da comunidade escolar local em conselhos escolares ou equivalentes.

Na verdade, o princípio da gestão democrática, expresso em ações como descentralização, autonomia das escolas, racionalização dos recursos financeiros, participação dos integrantes da escola na gestão, participação dos pais, acabou sendo assumido, com diferentes significados e motivações, tanto por setores da esquerda quanto os neoliberais. Para setores expressivos da esquerda, essas ações, a par de significarem um efetivo esforço da sociedade civil em retomar a democracia, significou uma reação extremada às formas de gestão autoritária do regime militar. Em razão dessa marca antiautoritária, difundiu-se como característica absoluta da gestão das escolas o lema da participação. Do lado das iniciativas governamentais, a descentralização e a autonomia acabaram se constituindo uma

medida muito mais de redução dos gastos públicos e desobrigação do Estado do que medida propriamente democrática.

Como se vê, a gestão democrática aparece como constrição legal e, ao mesmo tempo, resume-se como “participação”, entendida mais como forma de representação da comunidade, gestão de recursos financeiros, e menos como dispositivos gerenciais e técnicos de funcionamento da escola, reduzindo a especificidade dos processos efetivos de gestão, ou seja, o conjunto dos meios e condições de caráter intelectual, material, gerencial, financeiro de assegurar o processo de ensino e aprendizagem. Na verdade, os efeitos mais imediatos desse dispositivo legal foram: a instituição do projeto pedagógico e a participação de professores e pais na gestão da escola, esta representada, na prática, pela constituição burocrática de conselhos escolares.

REFERÊNCIAS

LIBÁNEO, José Carlos. **Formação de professores e nova qualidade educacional**. In: *Revista Educativa*, Goiânia, v.3, jan.dez.2000, p. 43-70.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Organização e Administração Escolar**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

PARO, Vitor H. **Administração Escolar – Introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 1988.

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA E A RECICLAGEM DO LIXO ORGÂNICO

Malvina Da Silva Oliveira¹

Braz Da Silva Oliveira²

Maria Cristiana Da Silva Vilela³

Ténia Aparecida Almeida Castro⁴

RESUMO

Este estudo refere-se apresenta os resultados de um trabalho de pesquisa que discute sobre a temática da educação ambiental nas escolas e a reciclagem do lixo orgânico. Através de uma pesquisa bibliográfica e revisão da literatura sobre o tema, procuramos responder a seguinte questão: qual será a melhor maneira para se trabalhar a educação ambiental no contexto escolar? A sua finalidade deste trabalho é abordar a importância da preservação do meio ambiente, provocar uma reflexão sobre o lixo que produzimos em casa no nosso dia-a-dia e a seu processo de reciclagem. Acreditamos que inserir esse tema na escola é uma forma de despertar no aluno o interesse em saber sobre a importância de cuidar do meio ambiente. Fundamentamos nosso estudo, principalmente, em Gadotti (2009), Loureiro; Layrargues; Castro (2009), Minc (2005) e Vizentim; Franco (2009).

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Reciclagem. Lixo Orgânico.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente tem se tornado alvo de discussão nas conferências realizadas nos encontros das Nações Unidas, motivo de preocupação com o meio ambiente, em busca de solução para diminuir os impactos causados na natureza pela ação do homem.

¹ Graduada pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE.

³ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica Dom Bosco. Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade de Cuiabá. Mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente, docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: professor.braz@hotmail.com.

⁴ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Especialista em Psicologia da Educação pela UFMT e em Métodos e Estratégias do Ensino de Língua Estrangeira pela Faculdade São Luís. Licenciada em Letras e em Pedagogia. Atualmente, é professora da rede municipal de ensino de Rondonópolis-MT e docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: maria.cristiana@hotmail.com

⁵ Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente, é docente da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE e professora do ensino fundamental da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT. E-mail: tncastro@hotmail.com.

Sabe-se que um dos maiores problemas que hoje preocupa a sociedade é o lixo, pois todos precisam consumir, só não sabem o que fazer com o lixo que produzem. Para tanto, se fez necessário criar meios que possam estar conscientizando a sociedade sobre a importância de estar preservando e cuidando do meio ambiente. Nesse sentido, a educação ambiental surgiu como parte da educação tanto formal quanto a não formal, pois a mesma busca despertar a população sobre a situação do nosso planeta.

A educação formal exerce o papel de preparar o educando a aprender, a aprender a respeitar o próximo, a natureza, enfim a vida, pois através da educação o mesmo aprende a ser ético, humano, aprende a viver em grupo e a lutar pelo seu bem e dos demais. A educação hoje pode ser o principal passo para conduzir o rumo que o futuro habitante da terra terá.

Naturalmente somos levados a compreender melhor as coisas quando vivenciamos a prática e isso nos faz entender que a melhor maneira de ensinar o aluno aprender é quando o mesmo passa a ter contato diretamente com objeto de estudo. A escola exerce o papel de levar ao aluno o conhecimento e a compreensão dos problemas que estão a nossa volta. Refletir sobre o lixo Orgânico é um meio de trabalhar conceitos, valores, atitudes, posturas e éticas, pois é um trabalho de grande importância que envolve a realidade do dia-a-dia de cada um.

Diante dessas questões procuramos discutir a importância de cuidar e preservar a natureza e o meio ambiente. Onde o mesmo trata-se de despertar nos alunos o interesse de compreender um dos problemas que estão a sua volta, através da educação ambiental, considerando a escola um espaço ideal para abordar esse tema.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos a pesquisa bibliográfica, partindo de um trabalho investigativo, cujo método foi indutivo e dedutivo. Abordamos algumas teorias de autores que discutem a temática da educação ambiental servindo de suporte para a realização deste trabalho.

A pesquisa bibliográfica, pois fizemos levantamentos em várias fontes literárias. Inicialmente foram observadas as teorias que proporcionaram conhecimentos adequados para discutirmos, refletirmos sobre a temática deste trabalho científico que se torna necessário na trajetória acadêmica, pois permite o

sucesso na conclusão do curso, a pesquisa bibliográfica é muito importante no desenvolvimento das atividades, onde buscamos através de fichamentos transcrevemos nossas ideias seguindo as regras da metodologia. Iniciamos a nossa pesquisa partindo para a escolha do tema. O que para Lakatos (2007, p. 44) “o tema é assunto que se deseja provar ou desenvolver, é a dificuldade ainda sem solução”.

Para tanto se fez necessário muita pesquisa em livros, artigos, tese, etc. leituras e fichamento de autores que discutem a temática, exigindo assim muita dedicação e esforço. Partindo então de uma pesquisa bibliográfica. Que para Severino (2007, p. 122) “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza do registro disponível, decorrente de pesquisa anterior, documentos, impressos anteriores”.

Assim, será apontada a educação ambiental na educação escolar e a reciclagem do lixo Orgânico. Tratando de questões relacionadas ao meio ambiente e a sociedade. Será abordado sobre a reciclagem no processo educacional despertando os educandos sobre a importância da reciclagem no processo de ensino e aprendizagem. A reflexão sobre o lixo que produzimos em casa no nosso dia-a-dia e a reciclagem do mesmo.

O MEIO AMBIENTE E A SOCIEDADE

Sabe-se que desde o início da humanidade o homem já explorava o meio ambiente, encontrando meios de sobrevivência com a interação dos elementos naturais e com a capacidade de transformar o meio em que vive na busca de seus desejos para satisfazer suas necessidades.

Carlos Minc (2005) explica que nossos ancestrais viviam em coletividades, onde todos usufruíam dos campos, dos rios, das florestas, sem necessidades de comprar ou vender, pois os mesmos não entendiam como parte integrante do meio ambiente. Para ele as pessoas são partes integrantes do meio ambiente e que através da ação humana de forma errônea acabou-se por causar tantos problemas que hoje afetam o meio ambiente.

A partir do momento em que o homem passou a ter conhecimento de suas atitudes em relação ao meio ambiente, o mesmo passou a entender que é parte integrante deste. Por meio desta conscientização procurou-se buscar alternativa,

para minimizar os problemas já causados no ambiente. Uma vez que a própria natureza se encarregou de manifestar esses efeitos negativos

O momento atual exige que a sociedade esteja mobilizada para assumir um caráter mais propositivo, assim como para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos para implementar políticas pautadas pelo binômio, sustentabilidade e desenvolvimento num contexto de crescentes dificuldades para a inclusão social. Para tanto é importante o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de recursos, mediante parcerias, de informação e capacitação para participar crescentemente dos espaços públicos de decisão e para construções de instituições pautadas por uma lógica de sustentabilidade. (JACOB, 2003 p.203).

Hoje são inúmeros os problemas que afetam o meio ambiente, a contaminação das águas, o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio, a quantidade de resíduos sólidos, o desaparecimento de algumas espécies de animais e de plantas, etc. Esses são alguns dos reflexos da atividade humana sobre o meio ambiente. O que é necessário entender é que o homem é responsável por esses problemas causados ao meio ambiente, e é necessário que façamos alguma coisa, para minimizar tantos problemas. Pois pensar no meio ambiente é acima de tudo pensar em nossa casa, onde devemos diariamente estar preservando para um ambiente limpo.

Para Gadotti (2009), temos conhecimento de que podemos destruir toda a vida existente na terra, tudo depende da forma que o homem irá conduzir suas atitudes em relação ao nosso planeta. Ao homem que vai decidir o futuro dos novos habitante da terra, pois o planeta já não é mais como antes.

Loureiro (2009), esclarece a necessidade de despertar nas pessoas a conscientização em relação ao meio ambiente a partir dos desafios colocados pela sociedade. Na verdade, busca-se um novo comportamento do homem em relação a si mesmo e o meio em que vive, sobretudo, na sua relação com a natureza de onde tem buscado seu sustento.

Essa conscientização passou a surtir efeitos através de discussões entre as nações unidas nos encontros de conferências, procurando contribuir para sensibilização da sociedade é o cuidado com meio ambiente. Nesse sentido, nasceram as ONGs, as comunidades alternativas, os ambientalistas e outras entidades em defesa da preservação das fontes naturais.

Para responder aos objetivos estabelecidos por estas diferentes esferas sociais, pensou-se na educação ambiental como um dos meios para provocar a discussão e realização de mudanças nas atitudes do homem. Acreditamos que a escola é um dos meios

indispensáveis para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação entre a sociedade e a natureza, bem como para buscar soluções para os problemas ambientais. Acreditamos que por meio da educação o ser humano pode refletir e mudar a sua atitude em relação ao equilíbrio na natureza.

Entende-se que a educação ambiental desenvolve o papel de trabalhar conceitos, valores, atitudes, posturas, éticas, e, principalmente a mudança de comportamento em relação ao meio ambiente, despertando para um compromisso com a preservação do meio em que vive. Para que essa educação se desenvolva com maior responsabilidade surge-se a necessidade de ser trabalhada a educação ambiental nas escolas, pois a escola é o caminho mais certo a percorrer. No sentido, de conscientizar as pessoas para ter um conhecimento maior e com comprometimento do meio ambiente. A escola exerce o papel de proporcionar ao aluno o conhecimento e a compreensão dos problemas ambientais existentes no meio em que vive.

Desde 1972, na conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, o Plano de Ação Mundial e a Declaração sobre o Ambiente Humano ficou definida a importância da ação educativa nas questões ambientais. Partindo daí o primeiro programa Internacional de Educação Ambiental, sendo consolidado em 1975 pela Conferência de Belgrado. (BRASIL, 2001)

Para tanto, a educação ambiental pode ser trabalhada na educação formal e informal, por meio de projetos, pesquisas, leituras possibilitando ao indivíduo a elaboração da prática educativa, como conceitual, procedimental e atitudinal, em relação ao meio ambiente. Na busca de desenvolver em cada um a forma adequada de usufruir dos bens naturais sem provocar danos ao meio ambiente, a educação ambiental na escola deve ser trabalhada de forma discutida e integrada no currículo escolar.

Nos Parâmetros Curriculares (BRASIL, 2001), compreendemos que para trabalhar a educação ambiental nas escolas não é necessário que os professores saibam tudo, mas se disponibilizar em aprender o assunto, podendo, assim, transmitir para os alunos a noção do tema a ser trabalhado. Ainda compreendendo melhor nos Parâmetros Curriculares, a educação ambiental deve ser desenvolvida com a finalidade de ajudar os alunos a compreenderem melhor o significado da questão ambiental, partindo da realidade local mais próxima dos alunos podendo ser considerado o conhecimento vivido no cotidiano de cada um, o que torna mais fácil

relacionar conteúdos e prática, onde a realidade estão próxima, no lugar onde se vive, na comunidade, enfim, onde se tem experiência dos fatos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMPROMISSO NA MUDANÇA SOCIAL

Pensar na educação ambiental é, acima de tudo, pensar que essa vem como instrumento de reflexão na busca de estar alertando as pessoas para pensar que certas atitudes que tomamos podem estar levando a poluição do nosso planeta. E é preciso que o homem tome consciência de que tudo depende de nós, portanto, espera-se que através da educação ambiental, crie-se uma sensibilização em relação ao meio ambiente.

Segundo Loureiro (2009) nos faz entender que é preciso considerar a mudança social na educação ambiental, ou seja, assumir o compromisso por uma educação ambiental com responsabilidade social requer uma reelaboração conceitual. Ainda o autor esclarece que:

Educação ambiental é uma prática que dialoga com a questão ambiental. E no senso comum, essa educação visa a mudança de valores, atitudes e comportamento para o estabelecimento de uma outra relação entre o ser humano e a natureza, que deixe de ser instrumental e utilitarista, para se tornar harmoniosa e respeitadora dos limites ecológicos [...] (LOUREIRO, 2009, p. 25-26).

Para tanto, é necessário educar as futuras gerações, tornando-as participantes nas sociedades, capazes de respeitar o próximo, como ser parte integrante do meio ambiente, sabendo que parte do homem a necessidade de buscar soluções para os problemas que hoje se encontra o nosso planeta. Nesse sentido, espera-se que a educação ambiental seja trabalhada de forma responsável, individual e coletiva, uma vez que a educação é o ponto de partida para essa conscientização.

Os Parâmetros Curriculares (BRASIL, 2001) esclarecem que uma das principais conclusões que se chegaram é que a humanidade precisa ser orientada a mudar a sua mentalidade, e adotar novas posturas em relação ao meio ambiente. Sendo assim, entendemos que a escola exerce o papel preparatório de tornar o ser humano crítico capaz de pensar e agir de forma consciente.

Para que a educação ambiental se desenvolva com responsabilidade e compromisso, é necessária a participação de todos, mas principalmente das autoridades políticas, pois parte daí o compromisso com uma sociedade mais justa e responsável capaz de lutar pela vida e pela preservação do meio ambiente. Percebe-se que as autoridades governamentais e não governamentais estão se mobilizando a fim de encontrar meios que possam minimizar os problemas do meio ambiente causado pelo próprio homem. Como afirma Loureiro (2009):

A educação ambiental tem sido apresentada como uma modalidade da educação preocupada com o exame de problemas ambientais. Nesse sentido, desde a conferência de Estocolmo (ONU, 1972.), a educação ambiental foi reconhecida como instrumento decisivo para promover as mudanças na humanidade objetivando-se sua orientação e inspiração necessária para preservar o melhorar a qualidade do ambiente. (LOUREIRO, 2009, p.175)

Ainda autor fala da importância de trabalhar a educação ambiental nas escolas, pois é necessária uma concepção que fundamenta a construção do processo educativo, que parte da leitura do abstrato, com propósito de construir o futuro a partir da ação presente. Para tanto, a mudança de comportamento não acontece da noite para o dia, é necessária a realização de trabalhos que envolvamos alunos e a sociedade, na busca de conscientizar as pessoas sobre os problemas que estão a nossa volta.

Para isso é preciso conhecer melhor os caminhos que orientam o homem a se preocupar com os problemas que o mesmo está causando no meio ambiente, buscando compreender melhor os direitos que lhes assegura e as responsabilidades de estar cuidando do meio ambiente.

De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso:

Capítulo III

Dos recursos Naturais Seção I

Do Meio Ambiente

Art. 263 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial ' sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos municípios e coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo único - Para assegurar a efetividade desse direito, incube ao Estado:

I - Zelar pela utilização racional e sustentada dos recursos naturais de modo a assegurar-lhe a perpetuação e a minimização do impacto ambiental;

II - Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação do material genético, condicionando tal manejo à autorização emitida pelo órgão competente;

III – Instituir a política estadual de saneamento básico e recursos hídricos;
IV – Exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade garantida a participação da comunidade mediante audiências públicas e de seus representantes em todas as fases;

V – Combater a poluição e a erosão, fiscalizando e interditando as atividades degradadoras;

VI – Informar, sistemática e amplamente, a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de risco de acidentes, a presença de substâncias potencialmente nocivas à saúde na Água potável e nos alimentos, bem como resultados de auditorias e monitoragens, a que se refere o Art.272, II, desta constituição;

VII –Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VIII – Estimular e promover a recomposição da cobertura vegetal nativa em Áreas degradadas, objetivando a consecução de índices mínimos necessários à manutenção do equilíbrio ecológico; [...].

Com os princípios da constituição do Estado de Mato Grosso é preciso que a educação ambiental nas escolas ultrapasse os muros, levando a sociedade a uma reflexão sobre a necessidade de se integrar e organizar num sentido de repensar sobre as atitudes que são tomadas em relação ao meio ambiente. Como base principal de estudo apoia-se a questão mais próxima da realidade de cada um, partindo de um problema que envolva a cada um, a comunidade, o município, o estado e o país.

O grupo Internacional de Pesquisa sobre Educação em Ciências (GIPEC 2003), “só a formação de uma nova consciência ambiental não basta, é necessário, a participação e o envolvimento de todos, pois são nas atitudes que o homem toma que faz a diferença”.

Sabemos que o homem tem a capacidade de transformar o meio em que vive. Aproveitar essa capacidade para a colaboração de um ambiente melhor é uma forma de contribuir com a preservação do meio ambiente.

Gadotti (2009) ressalta que é importante saber o que a sociedade saiba o que cada um irá fazer para salvar o planeta, para ele todos nós temos a responsabilidade de lutar na transformação dessa situação. O que se pode pensar é que num simples gesto cada um pode contribuir com a preservação do meio ambiente. Cuidados simples que fazem grande diferença no dia-a-dia de todos.

Nesta perspectiva, percebe-se que são grandes os desafios que a sociedade enfrentará para a mudança de atitude com relação ao meio ambiente. Pode-se dizer que tudo começa dentro de casa, o que fazer com o lixo doméstico? Como diminuir sua produção? Como reaproveitá-lo? Quais são os conhecimentos necessários para que as pessoas assumam um comportamento com a mudança?

Sabemos que um dos fatores que hoje preocupa a população é o lixo nosso de cada dia, uma realidade próxima de nós que está se tornando um dos maiores problemas no meio ambiente, devido ao grande consumo para satisfazer nossas necessidades.

Portanto, a conscientização das pessoas em relação ao lixo deve começar logo cedo com os alunos na escola. Pois esses alunos aprendem a respeitar a natureza, começando pelo lugar em que vivem, fazendo-os entender que a reciclagem do mesmo pode trazer benefícios tanto para nossas vidas como para a natureza, e assim o professor estará despertando em seus alunos valores básicos. Como observa Coll (2003, p.), “O professor deve sempre aproveitar a curiosidade natural dos alunos que, na faixa etária que compreende a etapa do ensino fundamental, estão descobrindo um universo de significados em seu dia-a-dia”. Já os Parâmetros Curriculares Nacionais esclarecem que:

O trabalho com o tema Meio Ambiente deve ser desenvolvido visando-se proporcionar aos alunos uma diversidade de experiências e ensinar-lhes formas de participação, para que possam ampliar a consciência sobre as questões relativas ao meio ambiente e assumirem de forma independente e autônoma atitudes e valores voltados à sua proteção e melhoria (PCNS 2001, p. 47).

De acordo com os PCNs (BRASIL, 2001), o tema meio ambiente será integrado ao currículo através da transversalidade abrangendo todas as disciplinas, nas áreas de Ciências da Natureza, História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa, Educação Física e Arte.

Para Vizentin; Franco (2010, p. 14; 41):

O meio ambiente apresenta sinais de esgotamento, são muitos os problemas que afetam o meio ambiente, Águas estão sendo contaminadas, tornando-se cada vez mais escassa, o efeito estufa aumentando o calor, a destruição da camada de ozônio, a quantidade de resíduos causada pelo aumento do lixo gerado através do consumo, algumas espécies de animais e de plantas estão em extinção, estes são alguns dos reflexos da atividade humana sobre o meio ambiente. O lixo “por exemplo” é um dos grandes problemas ambientais.

O impacto causado na natureza, devido à produção e destinação desordenada de lixo, tem levado a sociedade a procurar alternativas para minimizar a degradação do nosso ambiente e promover o bem-estar da população.

Diante de tantos problemas em que se encontra o nosso planeta, refletir é necessário, pois é através da reflexão que homem tomará consciência da importância de preservar o meio ambiente e pensar que sua participação na preservação do mesmo trará benefícios tanto para o planeta como para a nossa saúde.

Os PCNs propõem ações pedagógicas significativas para trabalhar a temáticas, meio ambiente.

O desenvolvimento de uma proposta com o tema meio ambiente exige clareza sobre as prioridades a serem eleitas. Para tanto é necessário levar em conta o contexto social, econômico, cultural e ambiental no qual se insere a escola [...] Também os elementos da cultura local, sua história e seus costumes irão determinar diferenças no trabalho com o tema meio ambiente (BRASIL, 2001, p.74).

Essas considerações nos chamam atenção para a realização de um trabalho com o tema meio ambiente atinja os objetivos propostos é necessário o envolvimento de toda comunidade escolar (professores, funcionários, alunos e pais), no sentido de se encontrar meios em que todas as pessoas estejam com o mesmo objetivo. Tendo como ponto de partida a escola. Sendo que esta é como um dos meios mais indicados onde o aluno aprender e articular na teoria e na prática, pois o convívio escolar contribui no ensino e na aprendizagem.

Além disso, cabe à escola contribuir com as informações garantindo ao aluno atividades que partam do concreto dando-lhes possibilidades para por em prática conteúdos aplicados na teoria. Valorizando conhecimento prévio do aluno que dá condições de entender melhor a realidade e só assim estará tomando conhecimento

da importância de cuidar do meio ambiente. Dessa forma, a escola tem a tarefa de proporcionar aos seus alunos a formação de cidadãos capazes de ter atitudes para melhorar o meio ambiente.

UM BREVE RETROSPECTO DO SURGIMENTO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

A proposta da educação ambiental na escola surgiu através das discussões nos encontros, da 1ª com Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi que definiu, em 1977,

Como princípios da Educação Ambiental a serem desenvolvidos na escola dizem que:

A educação ambiental deve ser dirigida a comunidade, despertando o interesse do indivíduo de participar de um processo ativo no sentido de resolver os problemas dentro de um contexto de realidades específicas, estimulado a iniciativa, o senso de responsabilidade. O esforço para construir um futuro melhor[...] pode, ainda contribuir satisfatoriamente para a renovação do processo educativo e que o objetivo da Educação Ambiental deve estar concentrado no desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações envolvendo aspectos físicos, biológicos, sociais e políticos, econômicos, culturais, científicos e éticos. (UNESCO, 1997).

- Considerar o meio ambiente em sua totalidade: em seus aspectos natural e construído, tecnológico e social (econômico, político, histórico, cultural, técnico, moral e estético);
- Constituir um processo permanente, desde o início da educação infantil e contínuo durante todas as fases do ensino formal;
- Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada Área, de modo que se consiga uma perspectiva global da questão ambiental;
- Examinar as principais questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional, e internacional;
- Concentrar-se nas questões ambientais atuais e naquelas que podem surgir, levando em conta uma perspectiva histórica;
- Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir os problemas ambientais;

- Considerar de maneira explícita os problemas ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento;
- Promover a participação dos alunos na organização de suas experiências de aprendizagem, dando-lhes a oportunidade de tomar decisões e aceitar suas consequências;
- Estabelecer, para os alunos de todas as idades, uma relação entre a sensibilização ao meio ambiente, a aquisição de conhecimentos, a atitude para resolver os problemas e a clarificação de valores, procurando, principalmente, sensibilizar os mais jovens para os problemas ambientais existentes na sua própria comunidade;
- Ajudar os alunos a descobrirem os sintomas e as causas reais dos problemas;
- Ressaltar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o sentido crítico e as atitudes necessárias para resolvê-los;
- Utilizar diversos ambientes com a finalidade educativa e uma ampla gama de métodos para transmitir e adquirir conhecimento sobre o meio ambiente, ressaltando principalmente as atividades práticas e as experiências pessoais.

Por ocasião da Conferência Internacional Rio/92 cidadãos representando instituições de mais de 170 países assinaram um tratado no qual se reconhece o papel central da educação para “construção de uma responsabilidade individual (e coletiva em níveis local, nacional e planetário)”. E é isso o que se espera da educação ambiental no Brasil, que foi assumida como obrigação nacional pela Constituição de 1988.

Trabalhar o tema meio ambiente já integrado no currículo através da transversalidade requer desenvolver ações geradoras em todas as áreas do conhecimento, para que o aluno possa construir conhecimento básico sobre o meio ambiente. Desenvolver conteúdos remete-se a trabalhar conceitos que dizem respeito à vida e que todos dependem desse espaço para viver. Portanto, são os momentos propícios para o professor mostrar a importância de cuidar dos bens naturais respeitando as pessoas de sua comunidade.

Ao trabalhar conteúdos relacionados aos procedimentos o professor tem a oportunidade de mostrar ao aluno que só ter compreensão não basta. É preciso ter atitudes que demonstrem cuidados. Valorizar, respeitar a natureza, cuidar das plantas da escola, não jogar lixo pelas calçadas, não desperdiçar água, enfim, pequenos gestos que estarão contribuindo com um ambiente puro, limpo e saudável.

De acordo com os parâmetros Curriculares Nacionais.

O trabalho de Educação Ambiental deve ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a construírem uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com valores referentes ' sua proteção e melhoria. Para isso é importante que possam atribuir significado 'quilo que aprendem sobre a questão ambiental. E esse significado é resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que apreende e a sua realidade cotidiana [...] (BRASIL, 2001, p. 47-48).

Para se trabalhar com a realidade dos alunos percebe-se que nada melhor do que partir de sua realidade, envolvendo assunto global. Uma realidade que hoje mostra ser um dos grandes problemas e que afeta e polui o meio ambiente é o lixo.

é impossível não gerá-lo, o que podemos fazer é diminuir a produção do mesmo, até porque o planeta não suportará se continuarmos como estamos indo, pois nota-se que a produção do lixo está aumentando gradativamente.

Como proposta de educação no processo de gestão ambiental busca a intervenção qualificada, coletiva e organizada, trata-se de se organizar o processo de ensino aprendizagem de modo coletivo do conhecimento sobre a realidade de num processo dialético de ação reflexão, ou seja, de exercício da práxis, objetivando sua transformação. (LOUREIRO, 2009, p.60)

Acredita-se que um trabalho que envolva os alunos com a realidade do seu dia-a-dia desperta neles a curiosidade e também o faz querer buscar alternativas para cuidar melhor do meio em que vive. Portanto, é preciso informar, alertar, conscientizar os alunos para a necessidade de pensar nos problemas que o lixo representa para a natureza e buscar formas adequadas através da reciclagem.

Entende-se que só falar sobre preservação da natureza não basta é preciso que haja envolvimento do professor e do aluno no conteúdo, envolvendo a comunidade escolar, a família e até mesmo a sociedade. Nesse sentido, o professor estará desenvolvendo em seus alunos valores básicos para o exercício de sua cidadania. A cada gesto, a cada atitude que o aluno desenvolve em sala de aula, em

relação aos cuidados com o meio em que vive, mostra que a educação tem a sua contribuição, sensibilizando as diferentes gerações sobre a realidade, e possibilitando a oportunidade de mudança de atitudes, hábitos e valores, pois aquele aluno que antes jogava o lixo fora da lixeira após entender o que é cuidar da natureza e do ambiente em que vive, ele muda seu comportamento, e passa a partir daí a cobrar das outras pessoas. Portanto para que haja uma comunidade Sustentável é fundamental uma:

Educação para uma vida Sustentável é uma pedagogia que facilita esse entendimento por ensinar os princípios básicos da ecologia e, com eles, uma baseada na experiência e na participação. [...] Por meio dessas experiências, nós também tomamos consciência de que nós mesmos fazemos parte da teia da vida e, com o passar do tempo, a experiência da ecologia na natureza nos proporciona um senso do lugar que pertencemos. (CAPRA, 2003, p.14)

Nesse sentido, reconhecer o conhecimento prévio dos alunos em relação ao lixo é o momento de apresentar os tipos de lixo gerados em casa o qual todos têm contato.

LIXO E SUAS CLASSIFICAÇÕES

O lixo é todo qualquer resíduo proveniente da atividade humana, descartado sem nenhum valor, gerado em todos os lugares, em casa, na rua, no trabalho, etc. Onde muitas vezes são jogados na rua, em terrenos baldios, tornando assim um problema para o meio ambiente. Não temos o hábito de nos preocuparmos com o papel de uma bala que muitas vezes jogamos no chão, com as sacolas de supermercados que usamos e jogamos fora, com a quantidade de papel que é levada para o lixeiro, com as latas de refrigerantes que são levadas para os lixões. Ainda é necessário despertar nas pessoas a importância de se preocupar com o meio ambiente.

Ainda que seja pequena a quantidade de lixo reciclado podemos fazer algo que faça diferença em nossa casa, o lixo Orgânico que produzimos em casa, pode ser reciclado, tais como casca de fruta, legumes, sobras de alimento e outros relacionados ao Orgânico. Se formos juntar a quantidade de lixo que produzimos por

dia em casa, ao final do dia em uma casa com mais de duas pessoas somaria uma quantidade suficiente para montar uma composteira.

De acordo com o grupo Internacional de Pesquisa Sobre Educação em Ciências - GIPEC (2003), “A atividade cotidiana das pessoas produz resíduo ou restos que constituem o lixo, sobre o qual temos muito que pensar e aprender”.

O lixo Orgânico, por exemplo, parece pouco problemático, mas não é bem assim, ele pode representar um grande problema para a natureza e para nossas vidas quando este é jogado a céu aberto e, principalmente, se ele atrai animais transmissores de doenças, como os insetos que transmitem doenças para as pessoas.

Segundo Barros e Paulino (2006), o lixo pode ser classificado em:

Domiciliar: trata-se de restos de alimentos, papéis vidros, latas, plásticos e embalagens em geral.

Comercial: o lixo comercial possui os mesmos componentes do lixo doméstico, variando na quantidade dos materiais descartados.

Público: o lixo público é basicamente o mesmo que o lixo doméstico, incluindo restos de podas de plantas e entulhos de construções civis.

Hospitalar: o lixo hospitalar requer cuidados especiais; deve ser enterrado em aterros sanitários para evitar que a população tenha contato com ele.

Industrial e outros: o lixo industrial varia conforme o tipo de atividade. Pode conter Ácidos, lodo, detergentes, óleos, metais pesados e outros produtos. (BARROS, PAULINO. 2006, p.227).

Todos esses lixos quando jogados a céu aberto levam um tempo muito grande para se decompor, o que representa um grande perigo para nossa saúde e poluição do meio ambiente.

Barros (2006), esclarece que o tempo de decomposição de um material na natureza sendo que vários fatores ambientais, como umidade e calor. O mesmo autor revela o tempo de decomposição de alguns lixos produzidos em casa, observe:

Papel	3 meses
Palito	6 meses
Pano	6 meses a 1 ano
Restos de frutas	6 meses a 1 ano
Filtro de cigarro	1 a 2 anos

Chiclete	5 anos
Lata de aço	10 anos
Garrafa de plásticos	100 anos, no mínimo.
Fralda descartável	600 anos
Garrafa de vidro	1000 anos, no mínimo.

Esses são alguns dos lixos que produzimos em casa e que todos os dias são descartados e jogados fora sem a devida preocupação, o que pode causar sérios danos para o meio ambiente e para nossa saúde.

Preocupar-se com o lixo produzido em casa deve ser uma prioridade mesmo porque todo cuidado com o meio ambiente deve começar pelo lugar mais próximo de nós, ou seja, no lugar onde vivemos, em casa.

A RECICLAGEM DO LIXO ORGÂNICO

Hoje o lixo tornou-se um problema que diz respeito a todos, pois somos responsáveis pela a geração do lixo, e nem mesmo temos consciência da tamanha responsabilidade em se procurar solução para todos esses problemas.

Nesse sentido, a reciclagem surge como um meio de minimizar os problemas do lixo gerado pelo homem, uma vez que este é responsável por grande parte do impacto causado na natureza.

Para Vizentin e Franco(2010) o termo reciclar quer dizer reutilizar, reusar, usar novamente um produto que já serviu a algum propósito anteriormente.

Reduzir- reduzir a quantidade de recursos e de resíduos, consumido de maneira racional e consciente.

Reutilizar- reusar produtos em sua forma original em outras tarefas e/ou funções ou ainda criar novas formas de utilização para determinados produtos.

Reciclar- é o processo de reuso, porém, feito por empresas especializadas e utilizando recursos tecnológicos. Á uma forma de fazer novos produtos a partir de produtos usados, de maneira a consumir menos recursos naturais. (VIZENTIM; FRANCO, 2010, p.44).

Para o grupo Interdepartamental de Pesquisa dos Resíduos Sólidos Provenientes das Atividades Humanas (GIPEC 2003)

É importante ressaltar que, qualquer que seja o tratamento dado aos resíduos, ' triagem e ' coleta seletiva são imprescindíveis. São instrumentos de educação/conscientização quando responsabiliza o indivíduo sobre os resíduos que produz, levando-o a repensar seus hábitos de consumo/desperdício. Dentre outros aspectos, a coleta seletiva é fundamental, pois envolve o gerador como um agente na construção de soluções, reduz o volume de lixo, aumentando a vida útil dos aterros e diminuindo a poluição. A coleta seletiva pode ser implantada em pequena escala [...] (GIPEC, 2003, p. 39).

Todo esse processo visa diminuir o volume de lixo levado para os lixões todos os dias, proporcionando a melhoria do meio ambiente. Pensar no que fazer para contribuir com a preservação do meio ambiente é necessário, pois só através da conscientização é que as pessoas estarão refletindo sobre suas atitudes, e assim estarão criando dentro de si um sentimento de responsabilidade.

A IMPORTÂNCIA DA COMPOSTAGEM PARA O MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Se pensarmos que podemos transformar o lixo Orgânico que produzimos em casa em adubo, saberíamos que estamos deixando de contribuir com a preservação do meio ambiente e do meio em que vivemos. Este é um processo de reciclagem que se chama compostagem onde o mesmo passa a ser adubo Orgânico, podendo, assim, diminuir a poluição do meio ambiente e alimentar as plantas com o próprio adubo gerado através da compostagem. Um processo que depende de muito cuidado e atenção por parte de quem faz esse tipo de reciclagem, mas que pode ser feito em casa e não tem custo para ser realizado e ainda oferece benefícios muito grandes para com a nossa saúde.

Este também é um processo que pode ser trabalhado na escola com projetos a serem desenvolvidos em todas as disciplinas, principalmente na área de ciência, em todas as modalidades de ensino e está relacionado 'educação ambiental podendo ser discutido e trabalhado tanto em sala de aula quanto na prática . Por se tratar de um problema de todos, os alunos vivem em seu cotidiano e tem grande capacidade de compreender melhor os conteúdos e se sensibilizar com as informações apresentadas.

Podemos dizer que a compostagem acontece através do reaproveitamento de restos de alimentos, cascas de frutas, verduras e outros considerados Orgânicos, com processo realizado através de monitoramento transformando o lixo Orgânico em adubo.

A compostagem é um processo biológico de transformação desenvolvida em sistemas aeróbicos controlados, que propiciam a esterilização, mineralização e humificação dos resíduos Orgânicos, gerando como produto final um composto Orgânico que pode ter vários usos e aplicação (PEREIRA NETO, 1998).

Até obter o composto Orgânico a transformação de resíduos é realizada por diversas populações de vivos, os decompositores, que se alimentam de detritos e restos de organismos ou de organismos mortos(GIPEC, 2003, p.47).

A Compostagem é um processo longo que pode levar meses, mas se for acompanhado diariamente com os devidos cuidados torna-se por ser um trabalho gostoso e divertido para se trabalhar na escola. Este é um trabalho que requer muita dedicação por parte de quem irá desenvolver, pois durante o processo de compostagem acontecem os processos de decomposição.

Ainda de acordo com Celffi (1986) há três tipos de decompositores:

Necrófagos- são os animais que se alimentam de cadáveres, como urubus, besouros, formigas, larvas de moscas. Em outros ambientes diferentes animais também atuam como necrófagos, por exemplo, hienas, siris, caranguejos e camarões, entre outros.

Detritivos -são os animais que comem detritos: restos de vegetais (ramos, folhas que caem das plantas), restos de animais (escamas, pelos, penas que caem dos animais, carapaças de insetos, ossos) ou ainda excrementos. Geralmente os invertebrados necrófagos são também detritivos como moscas, formigas e outros pequenos animais de solo.

Microdecompositores - são micro-organismos que agem sobre os corpos de outros organismos mortos e sobre os restos de animais e vegetais simultaneamente aos necrófagos e detritivos, completando a decomposição. (CELFFI, 1986)

Pensar em uma solução para o nosso lixo que geramos todos os dias em casa tendo como solução imediata uma compostagem pode ser uma forma de reaproveitar o lixo contribuindo para com o meio ambiente mais saudável e sem poluição de forma que favorece para a própria natureza, o que ela nos oferece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para responder a temáticas procuramos apresentar a importância da reciclagem do lixo Orgânico dentro da educação nas escolas. Buscando despertar a

sociedade para a grande necessidade de se preocupar com o meio ambiente e com o futuro do nosso planeta.

Este estudo consta de uma fundamentação teórica discutida e baseada nas ideias dos autores que discutem a prática da educação ambiental nas escolas e ainda mostra como deve ser trabalhado de forma transversal em todas as disciplinas.

É nesse sentido que a educação ambiental entra com sua contribuição buscando, sensibilizando, conscientizando despertando a sociedade para a mudança de atitudes em seu dia-a-dia.

Diante da necessidade de uma política voltada para o tratamento do lixo e para o cuidado com o mesmo e por ainda não ter programa voltado para o tratamento do lixo em todas as cidades, pesquisa mostra que podemos tomar iniciativa e começarmos em casa, na escola, enfim no que está em nosso alcance.

Esta pesquisa proporcionou a busca pela compreensão de como trabalhar a educação ambiental com a prática da reciclagem do lixo Orgânico dentro da escola desenvolve no aluno conceitos, valores, atitudes, posturas, éticas, e, principalmente a mudança de comportamento em relação ao meio ambiente, despertando para um compromisso com a preservação do meio em que vive.

REFERÊNCIAS

ASSAD, Zauilir Pedro. **Legislação ambiental de Mato Grosso**. Cuiabá: Editora de Liz, 2007.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: meio ambiente: saúde. 3. ed Brasília-DF: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental, 2001.

BARROS, Carlos. **Ciências**: manual do professor. São Paulo : -tico, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

MINC, Carlos. **Ecologia e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (orgs.). **Repensar a educação ambiental**: um olhar crítico. São Paulo:

Cortez, 2009. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. rev. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Grupo Interdepartamental de pesquisa sobre Educação em Ciências – **Geração e gerenciamento dos resíduos sólidos provenientes das atividades humanas/ GIPE**. 2. Ed. rer. - Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

VIZENTIM, Caroline Rauch; FRANCO, Rosemary Carla. **Meio ambiente**: do conhecimento cotidiano ao científico: metodologia ensino fundamental, 1— . Ao 5—. Ano. Curitiba: Base Editorial, 2009. Disponível em: <http://gi.globo.com/mato-grosso/noticia/20/11/06/aceso18/07/2012> Acesso dia 18/07/2012 hs 15h02min.

<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/lixo/producao-destinacao-residuos-solidos-brasil-panorama-2010-abrelpe-625938.shtml> Acesso dia 06/06/2012

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS PARA A APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA

Maria José Cordeiro¹
Valdinéia Nogueira Da Silva²

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a importância dos jogos para o ensino de matemática nas séries iniciais, apresentando sugestões práticas de como utilizar os jogos para facilitar o desenvolvimento e o raciocínio lógico dos alunos com dificuldades em aprendizagem. Os jogos são empregados como uma forma dinâmica de ensinar matemática, pois através das brincadeiras é mais prazeroso para os alunos apreender conceitos e capacidades que normalmente não aprenderiam em aulas tradicionalmente executadas. O objetivo desse trabalho é resgatar no professor a capacidade de brincar e, desta forma, auxiliar e estimular o aluno a sanar suas dificuldades, principalmente na área matemática, onde muitos alunos apresentam uma grande defasagem quando se trata de relacionar a teoria à prática.

PALAVRAS- CHAVE: Matemática; Jogos; Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O processo educacional no Brasil, em suas inúmeras modificações e reformas, apresentou a fragmentação do currículo escolar através de disciplinas.

A matemática, desta forma, assim como o português e as ciências naturais, surge como um caminho ou direção ao movimento educacional, que as considera áreas essenciais para o desenvolvimento científico e tecnológico dos educandos.

Na matemática moderna o caminho está todo voltado para a sua verdadeira aprendizagem, ou seja, a apreensão do significado, e também precisa estar ao alcance de todos, devendo seu ensino ser meta primordial do trabalho docente.

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, conclusão em 2004. Pós-Graduada em Propostas Pedagógicas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, pela Faculdade do Sul de Mato Grosso Instituto Superior de Educação Núcleo de Pós-Graduação, conclusão em 2007. Atualmente é professora da rede Estadual de Educação em Jaciara-MT atuando na Escola Estadual Milton da Costa Ferreira na 3ª Fase do 1º Ciclo do Ensino Fundamental. Email: mjcordeiro2011@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, conclusão em 2007. Pós-Graduada em Psicopedagogia pela Faculdade UNICID, conclusão em 2011. Atualmente é professora da rede Estadual de Educação em Jaciara-MT atuando na Escola Estadual Milton da Costa Ferreira como Articuladora Pedagógica. Email: Valdinéia.nogueira@hotmail.com

Dessa forma, procuramos desenvolver um trabalho que tem por título “A importância dos jogos para a aprendizagem de matemática”.

O objetivo deste trabalho é buscar a contribuição da pedagogia lúdica para o processo ensino-aprendizagem da matemática, através do uso de jogos e brincadeiras que façam com que os alunos se apropriem do conhecimento através do pensamento criativo, da imaginação, do raciocínio, do trabalho desenvolvido em equipe, da interação social, descobrindo o prazer da aprendizagem ao mesmo tempo em que desenvolvem sua capacidade de encontrar soluções para si mesmo, seja nas disciplinas escolares, seja em seu fazer cotidiano.

A metodologia empregada foi a de pesquisa bibliográfica, sendo abordados teóricos e estudiosos como Moura (1996), Cerquetti- Aberkane (1997), Kishimoto (1998) Duhalde & Cuberes (1998), entre outros.

DESENVOLVIMENTO

A ação em que a criança está quando brinca pode ser lúdica porque o jogo pode proporcionar isto, ou seja, o jogo cria uma situação imaginária. Neste sentido, o jogo pode ser considerado um meio para o desenvolvimento do pensamento abstrato.

É de extrema importância que a criança esteja inserida neste ambiente de brincar e ao mesmo tempo buscar conjecturas, reflexões, análise e criação. Podemos dizer a palavra criação porque usar a imaginação em um jogo a criança esta sendo criativa também. O jogo, a partir do momento que esta cobrando imaginação da criança, passa a ajudá-la a desenvolver a sua capacidade de não só resolver problemas, mas de também encontrar várias maneiras de resolvê-los (RIZZI, HAYDT, 2001, p.63).

Observando estes aspectos do jogo, podemos relacioná-lo a matemática. O medida que o jogo se caracteriza por uma situação irreal, para significar um conceito a ser compreendido pelo aluno. O jogo determinado por suas regras estabelece um caminho que vai da imaginação à abstração de um conceito matemático.

A partir do brinquedo, do jogo, e, portanto da imaginação, as crianças ampliam suas habilidades conceituais. Ao brincar as crianças estão sempre acima de sua idade e de seu comportamento diário. Quando a criança brinca de imitar os mais velhos, ela está gerando oportunidades para seu desenvolvimento intelectual (RIZZI; HAYDT, 2001, p. 64).

Assim, o jogo e a instrução escolar representam o mesmo papel no que se diz respeito ao desenvolvimento das habilidades e conhecimentos. Durante o jogo, ocorre uma transformação de um processo interpessoal em um intrapessoal, no momento em que consideramos a ação do jogo como um diálogo do indivíduo com ele mesmo, pois o outro é seu adversário.

Em se tratando da matemática, temos que ficar atentos ao fato de que ela exige imaginação, não se pode ensinar matemática de forma a fazer a criança pensar apenas uma maneira. Se o jogo passa pelo caminho das regras, ideias, estratégias, previsões, execuções e análise de possibilidades, seu uso deve ser incentivado na escola, principalmente no ensino de matemática.

Segundo Rizzi e Haydt (2001), Piaget propõe que se estructurem os jogos nas formas de exercícios, símbolo e regra, observando o desenvolvimento da criança nestes jogos em seu estágio de desenvolvimento cognitivo.

Nos jogos de exercícios estão as primeiras manifestações lúdicas da criança. Há observação, mas não ação para modificar, portanto a assimilação se torna repetitiva.

Para Rizzi e Haydt (2001), nos jogos simbólicos, a criança representa um objeto ausente. Esse tipo de jogo pode ser deformante, pois a criança acaba representando do jeito que ela acha que é. Desta forma ela é capaz de produzir linguagens, criando convenções e compreendendo o sentido de tais convenções. Assim, ela busca explicar as coisas, dar respostas às várias questões que já começam a perturbá-la.

Nos jogos de regras, a criança abandona seu egocentrismo e passa a ser social, pois as regras impostas pelo grupo devem ser respeitadas sendo que, o não cumprimento desta implica no fim do jogo social. Este jogo engloba os dois anteriores. O que é medida que é herdeiro das regularidades presentes na estrutura dos jogos de exercício e simbólico.

Na prática em sala de aula, geralmente, o trabalho com jogos envolve um desejo e interesse natural do aluno, enquanto ser de movimentação nata, ou seja, além da ação de jogar, o desejo e o desafio de competir servem como motivação para o aluno-jogador aprender a conhecer seus limites e procurar superá-los, para, desta forma, alcançar a vitória.

O jogo atrai a atenção pelo fato de estar competindo, e como todos os jogos, ou se destrói o inimigo, ou considera o adversário como referência constante para o diálogo consigo mesmo. Quando os jogos são propostos para as crianças, a reação é mais comum entre eles é da alegria e interesse pela atividade, pelo material e pelas regras, mas o interesse e alegria pelo jogo simplesmente não bastam, é preciso que haja uma intervenção pedagógica a fim de que esse jogo seja útil na aprendizagem de conceitos. 'necessário também que essa atividade represente um desafio, que seja capaz de gerar "conflitos cognitivos", que segundo Jean Piaget, os conflitos cognitivos são fundamentais para o desenvolvimento intelectual do sujeito (RIZZI, HAYDT, 2001, p. 68).

Pelo fato do jogo ser uma atividade competitiva, ele apresenta situações onde o sujeito tem a necessidade de coordenar diferentes pontos de vistas, estabelecer relações e resolver conflitos.

As crianças pequenas aprendem muito com os jogos, pois a partir de situações exploradas por eles, elas conseguem chegar a uma estruturação lógica, segundo Piaget (IN: RIZZI; HAYDT, 2001, p.75) "o jogo é a construção do conhecimento, principalmente nos períodos sensório-motor e pré-operatório".

Quando sugerimos a utilização de jogos nas aulas de matemática, desenvolvemos a hipótese de que podem auxiliar em todos os níveis de ensino. Dessa forma, os objetivos de jogo têm que ser claros, adequados, e sempre representar um desafio para o nível com o qual estamos trabalhando.

Compreendemos que o jogo se diferencia do brinquedo por características particulares, como regras definidas pelo próprio grupo de jogadores. Para estabelecer uma "lógica de ação", que desafiam e motivam os jogadores. O cumprimento de regras, conforme Rizzi e Haydt (2001, p.83), "envolve o fato de se relacionar com outras pessoas que pensam, agem e criam estratégias de maneiras diferentes."

No jogo, mesmo que seja derrotado o sujeito pode conhecer-se, estabelecer o limite de sua competência como jogador e avaliar o que tem que se trabalhado, aprender a perder e trabalhar estratégias para que não seja derrotado na próxima vez.

Pedagogicamente o jogo se apresenta produtivo ao professor, ou seja, facilitador na aprendizagem de estruturas muitas vezes de difícil assimilação, e

produtivo ao aluno que desenvolve a capacidade de pensar, analisar, refletir, compreender conceitos matemáticos, etc.

Nos jogos de regra, os jogadores estão, não apenas um do lado do outro, mas juntos. (...) o conteúdo e a dinâmica do jogo não determinam apenas a relação da criança com o objeto, mas também suas relações em face a outros participantes do jogo. (...) Assim, o jogo de regras possibilita o desenvolvimento das relações sociais da criança (RIZZI; HAYDT, 2001, p. 86).

Portanto para justificar a inserção desse método de ensino (jogo) é necessário apontar algumas possibilidades pedagógicas.

O competição garante dinamismo, movimento, propiciando interesse e contribuindo para o desenvolvimento social. A competição faz com que o aluno elabore estratégias, e com o tempo, aprimore essas estratégias, a fim de superar deficiências.

A busca pela competição faz com que o jogador sempre procure desafios maiores, a fim de sempre se superar, pois a competição no jogo propicia uma constante auto avaliação do sujeito sobre suas competências, habilidades, etc.

Em jogo se aprende a cooperação, ou seja, a entender e respeitar as atitudes e limites do grupo que joga com o aluno.

O jogo propicia o desenvolvimento de estratégias de resoluções de problemas na medida em que possibilita a investigação do conceito (do jogo matemático) e ainda de uma forma desafiadora e motivante para o aluno.

Quanto ao jogo de estratégia é indicado, segundo Cerquetti-Aberkane (1997), para aprendizados em matemática, pois faz com que o aluno crie estratégias para resolver problemas. Além disso, os jogos podem fazer com que os alunos entendam conceitos que pareçam muito abstratos, como no caso da introdução Ó Álgebra onde precisam de uma linguagem matemática.

Apesar de parecer que haja somente vantagens, os jogos também possuem desvantagens, como por exemplo, quando os alunos são motivados apenas pelo jogo, sem saber que jogam.

Para que a atividade tenha mais chances de dar certo, deve haver um trabalho interdisciplinar em comum com todos os professores, e o papel do professor

na classe deve ser o de dinamizador da relação que se estabelece na sala de aula entre o Jogar x “Fazer Matemática” x Aprender Matemática.

Uma vez que o professor planeja a exploração do jogo, este deixa de ser desinteressado para o aluno, porque visa a elaboração de processos de análise de possibilidades e tomada de decisão: habilidades necessárias para o trabalho com resolução de problema, tanto no âmbito escolar como no contexto social no qual todos estão inseridos.

Nessa perspectiva, o sujeito, além de ser envolvido em um contexto lúdico, deve colocar seu pensamento em movimento, enfrentando uma situação que o leve a elaborar estratégias para resolver o problema, ou seja, ganhar o jogo. Dessa forma, para Moura (1996), jogo e resolução de problema são abordados como produtores de conhecimento e possibilita dores da aquisição de conhecimentos matemáticos. Para essa elaboração, o aluno é “forçado” a criar processos pessoais para que possa jogar e resolver os problemas que inesperadamente irão surgir, elaborando assim novos pensamentos e conhecimentos, deixando de seguir sempre a mesma “receita”.

Desse modo, o jogo, na Educação Matemática, passa a ter o caráter de material de ensino quando considerado promotor de aprendizagem. A criança, colocada diante de situações lúdicas, apreende a estrutura lógica da brincadeira e, deste modo, aprende também a estrutura matemática presente (MOURA, 1996, p.80).

Além disso, ao se propor a análise do jogo pelo sujeito, este é levado a refletir sobre as estratégias (intuitivas ou lógicas) que utilizou durante as jogadas e a avaliá-las, fato que terá consequências na habilidade de resolução de problema. Tal reflexão ocorre sem que o sujeito tenha consciência, pois analisar os processos de pensamento seguidos é exigência do próprio jogo, o que leva a detectar as jogadas erradas realizadas, compreender as variáveis envolvidas na ação e buscar alternativas para solucioná-las a tempo de ganhar a partida e produzir conhecimento.

Nessa perspectiva, a análise do erro e do acerto pelo aluno se dá de maneira dinâmica e efetiva, proporcionando a reflexão e a (re)criação de conceitos matemáticos que estão sendo discutidos; o professor tem condições de analisar e compreender o desenvolvimento do raciocínio do aluno e de dinamizar a relação

ensino e aprendizagem, por meio de questionamentos sobre as jogadas realizadas pelos jogadores.

Com estas considerações delineadas, infere-se que, ao propor um jogo a seus alunos, o professor deve estabelecer e deixar muito claro seus objetivos para o jogo escolhido, bem como verificar a adequação da metodologia que deseja utilizar a faixa etária com que trabalha, e que este jogo represente uma atividade desafiadora aos alunos para que o processo de aprendizagem seja desencadeado. Em outras palavras, o professor deve tê-lo jogado anteriormente para que conheça o jogo selecionado, o que permitirá realizar intervenções pedagógicas adequadas no momento da aplicação em sala de aula.

Além disso, o professor deve estar consciente de que o inesperado e situações previsíveis poderão ocorrer em classe com seus alunos, estando atento para poder aproveitá-las da melhor maneira possível, explorando novas possibilidades do jogo com seus alunos, antes não imaginadas, contribuindo para a construção da autonomia, criticidade, criatividade, responsabilidade e cooperação entre os participantes. (MOURA, 1996, p.74)

Para a aprendizagem é necessário que o aprendiz tenha um determinado nível de desenvolvimento. As situações de jogo são consideradas partes das atividades pedagógicas, justamente por serem elementos estimuladores do desenvolvimento. É esse raciocínio de que os sujeitos aprendem através dos jogos, que nos leva a utilizá-los em sala de aula.

Muito ouvimos falar e falamos em vincular teoria à prática, mas quase não o fazemos. Utilizar jogos como recurso didático é uma chance que temos de fazê-lo. Eles podem ser usados na classe como um prolongamento da prática habitual da aula. São recursos interessantes e eficientes que auxiliam o aluno no desenvolvimento das capacidades de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pública, em suas inúmeras transformações, apresenta atualmente uma roupagem mais dinâmica para com o ensino do conhecimento em áreas.

É matemática, como área do conhecimento extremamente importante para o desenvolvimento do raciocínio lógico dos alunos, tem recebido diversas

contribuições e sugestões de atividades práticas que auxiliem o aluno na apreensão de conceitos e regras matemáticas.

É importante frisar que o desenvolvimento deste trabalho não sugere um ponto final para a questão da prática na matemática em séries iniciais. Antes, procuramos desenvolver um apanhado bibliográfico que pudesse contribuir para os colegas professores, apenas como instigador da reflexão, e não como roteiro ou caminho a seguir, até porque estamos engatinhando no processo de pesquisa e muito temos que aprender nesse sentido.

Devemos registrar que as dificuldades em executar o referido trabalho limitaram-se, exclusivamente, ao tempo e ao pouco acesso a obras sobre o assunto pesquisado, o que não impede que haja continuidade.

Sugerimos, com isso, que posteriores contribuições sejam feitas acerca do tema trabalhado, como por exemplo, uma abordagem prática, com coleta de dados que comprovem a eficácia dos jogos na disseminação das dificuldades dos alunos de séries iniciais, principalmente na disciplina da matemática.

REFERÊNCIAS

BORIN, J. **Jogos e resoluções de problemas: uma estratégia para as aulas de matemática.** São Paulo:IME-USP;1996.

CERQUETTI-ABERANKE, Françoise. **O ensino da matemática na educação infantil.** Porto Alegre: Artes Médicas,1997.

DUHALDE, Maria Elena. **Encontro iniciais com matemática:** contribuições a educação infantil: Porto Alegre: Artes Médicas,1998.

Kishimoto, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação.** São Paulo: Editora cortez,1998.

MOURA, M.O. de. **A construção do signo numérico em situação de ensino.** São Paulo:USP,1996.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

RIZZI, Leonor, HAYDT, Regina Célia C. **Atividades lúdicas na educação da criança.** São Paulo: Editora ética, 2001.

TAHAN, M. **O homem que calculava**. INTAHN, Malba. Os melhores contos. 22º ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2006.

VIGOSTKY, Lev Semenovich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DE CASO

Alisson Brito Lopes¹

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência tem sido pauta de debate nos vários segmentos da sociedade. Na perspectiva da inclusão, devemos pensar a educação como um processo em que se amplia o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Partindo desses pressupostos é que resolvemos escrever este artigo, intitulado: *A inclusão de alunos com deficiência em escolas de educação básica: um estudo de caso*, partindo de um problema de pesquisa assim delineado: Há alunos com deficiência nas escolas regulares do município de Pedra Preta-MT? O objetivo geral foi investigar se há alunos com deficiência frequentando as escolas públicas do município de Pedra Preta e os específicos: constatar quantos alunos com deficiência frequentam as escolas do município; averiguar quais os tipos de deficiência os alunos apresentam e verificar se os professores possuem formação adequada para trabalhar tal clientela. Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa foi orientada pelos princípios da abordagem qualitativa, mediada pelo referencial bibliográfico pertinente ao tema e pela pesquisa de campo exploratória nas escolas do município de Pedra Preta/MT. O aporte teórico-metodológico foi embasado em alguns autores como: Mazzota (2001), Bogdan e Biklen (1994), STEINEMANN, (1994) (2004), TIERNEY (1993), dentre outros que abordam a temática da escola inclusiva. A pesquisa foi organizada em capítulos, nos quais abordamos o histórico, os princípios e marcos legais que a norteiam o movimento da inclusão.

PALAVRAS- CHAVE: Inclusão; alunos com deficiência; escola regular.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido nas últimas décadas acerca da inclusão de pessoas com deficiência nos vários segmentos da sociedade.

Durante a realização dos estágios supervisionados do curso de Pedagogia, que precedeu a pós-graduação, observei que, mesmo com tantas campanhas, discussões e políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência nas

¹ Graduado em Pedagogia e pós-graduando em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Anhanguera de Rondonópolis

redes de ensino, constatei a ausência de alunos com deficiência nas escolas públicas do município de Pedra Preta.

Partindo desses pressupostos é que resolvemos escrever este artigo intitulado: *Inclusão escolar de alunos com deficiência em escolas de educação básica: um estudo de caso*, cujo problema de pesquisa foi assim delineado: Há alunos com deficiência nas escolas regulares do município de Pedra Preta - MT?

A pesquisa objetivou, de modo geral, investigar se há alunos com deficiência frequentando as escolas públicas do município de Pedra Preta - MT.

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa foi orientada pelos princípios da abordagem qualitativa, mediada pelo referencial bibliográfico pertinente ao tema e pela pesquisa de campo exploratória nas escolas do município de Pedra Preta/MT.

INCLUSÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Muito se tem ouvido nos últimos tempos acerca da palavra *inclusão*, seja na mídia, nos espaços educacionais, ou mesmo nas instituições especializadas para pessoas com deficiência.

Isso tem fomentado a defesa e o surgimento da educação inclusiva, que expõe em juízo de valor, por um lado, o pensamento existente sobre necessidades especiais e, por outro, marca uma forte crítica às práticas da educação em geral.

As alusões frequentes feitas à inclusão na educação refletem as dimensões pedagógicas e legais da prática educacional vigente.

O realização de uma educação inclusiva é uma tarefa complexa. é necessário que os profissionais envolvidos no contexto reflitam sobre estas questões, para operar as transformações dentro da escola e que a prática social e profissional esteja sustentada por ações interdisciplinares, que entrelacem no trabalho com as necessidades educacionais especiais dos alunos.

Segundo Mazzotta (1996) a preocupação com a educação das pessoas portadoras de necessidades especiais no Brasil é recente, tendo se iniciado efetivamente no século XIX, inspirado em experiências norte-americanas e europeias.

Da fundação desses primeiros Institutos até hoje, a história da educação especial no Brasil foi se estruturando, adotando quase sempre modelos que primam pelo assistencialismo, pela visão segregativa e por uma divisão em segmentos das deficiências.

A evolução dos serviços de educação especial caminhou de uma fase inicial, eminentemente assistencial, visando apenas ao bem-estar da pessoa com deficiência para uma segunda, em que foram priorizados os aspectos médico e psicológico. Em seguida, chegou às instituições de educação escolar e, depois, à integração da educação especial no sistema geral de ensino. Hoje, finalmente, choca-se com a proposta de inclusão total e incondicional desses alunos nas salas de aula do ensino regular.

As últimas décadas do século XX configuram-se como período marcado pela globalização da economia, ampliação de valores e culturas, bem como momento de fortalecimento dos movimentos sociais organizados em defesa da inclusão e eliminação das situações de exclusão.

A crescente valorização dos direitos humanos e dos conceitos de igualdade de oportunidades, do direito à diferença, da solidariedade e da justiça social, motivou o desabrochar de uma nova mentalidade, provocando uma educação que considere a diversidade cultural, a heterogeneidade e a inclusão de todos os cidadãos na escola e na sociedade.

A partir do movimento pela inclusão no Brasil, as escolas passaram a receber, de forma indiscriminada, crianças com deficiências físicas e mentais as mais variadas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: MARCOS LEGAIS

A Declaração de Salamanca é considerada, mundialmente, um dos mais importantes documentos que visam à inclusão social. Nessa convenção, os países proclamaram que toda criança tem direito fundamental à educação, devendo ser-lhe dada à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.

A Declaração de Salamanca (1994) enumera alguns princípios, políticas e práticas a serem considerados, entre os quais destacamos:

- Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem;
- Os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades;
- As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas, promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o objetivo de promover o respeito e direito à liberdade de todos os cidadãos.

No Artigo 7º declara que todos são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção da mesma e no Artigo 26 a proclama que todos têm direito à educação, devendo esta ser gratuita, pelo menos no ensino elementar fundamental, que deve ser obrigatório. Segundo a Declaração, a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

Em linhas gerais, a declaração dos direitos humanos ampara as pessoas com deficiências e garante os mesmos direitos à dignidade, educação, desenvolvimento pessoal e social como as demais pessoas.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 09 de março de 1990, aconteceu em Jomtien, Tailândia e reuniu mais de 1.500 participantes de 155 países. Tendo como tema central "Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem", a Declaração foi aprovada com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos.

Convenção da Guatemala, de 08 de junho de 1999, aprovou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, também conhecida como a Convenção da Guatemala, ratificada e promulgada pelo Brasil por meio do Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001.

O Brasil também tem demonstrado preocupação para a construção de uma sociedade para todos, tanto que elaborou dispositivos legais para orientar as políticas públicas e sociais.

No Brasil, a Constituição da República de 1988 dispõe sobre o atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. O Artigo 205 da Carta Magna preconiza o direito de todos à educação, enquanto que o Art. 206 aborda acerca do direito à igualdade de condições de acesso e permanência na escola a todos que estiverem em idade escolar. O Art. 208, por sua vez, é o que trata do Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo para os alunos com deficiência os mesmos direitos dos demais alunos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n° 8.069/90 regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal que atribui, à criança e ao adolescente, prioridade absoluta no atendimento aos seus direitos como cidadãos brasileiros.

É importante ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento importante nas mãos do Estado Brasileiro para transformar a realidade da infância e juventude, historicamente vítimas do abandono e da exploração econômica e social.

Nesse entendimento, seu artigo 4º afirma que

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96, sancionada em 20 de dezembro de 1996 define e regulariza o sistema educacional brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição.

A atual LDB, baseada no princípio do direito universal à educação para todos, trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica, garantindo ainda, em conformidade com a Constituição Federal, o atendimento educacional especializado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê nos artigos 58, 59 e 60 as condições de atendimento em relação à educação especial e ao atendimento educacional especializado, todavia deve-se ter claro que tais atendimentos não substituem o direito à educação oferecida em turmas comuns da rede regular de ensino, nem devem ser oferecidos em ambiente escolar em parte. Todavia, vale ressaltar que a formação e a qualificação dos professores não têm caminhado no mesmo patamar que o movimento da inclusão dos alunos.

Promulgada em 20 de Dezembro de 1999, a Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência adotou no Artigo 5º, os seguintes princípios:

- I - desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural;
- II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico;
- III - respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

O acesso à educação das pessoas com deficiência está previsto no Art. 24, o qual destaca que os estabelecimentos públicos de ensino devem ofertar um ensino satisfatório para as pessoas com deficiência.

No dia 8 de outubro de 2001, sob o decreto nº 3.956, a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência teve por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação e propiciar a sua plena integração à sociedade.

Por meio desse Decreto o Brasil comprometeu-se a:

1. Tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade (...):
 - a) medidas das autoridades governamentais e/ou entidades privadas para eliminar progressivamente a discriminação e promover a integração na prestação ou fornecimento de bens, serviços, instalações, programas e atividades, tais como o emprego, o transporte, as comunicações, a habitação, o lazer, a educação, o esporte, o acesso à justiça e aos serviços policiais e as atividades políticas e de administração;
2. Trabalhar prioritariamente nas seguintes áreas:

- a) prevenção de todas as formas de deficiência previsíveis;
- b) detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência; e
- c) sensibilização da população, por meio de campanhas de educação, destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais, permitindo desta forma o respeito e a convivência com as pessoas portadoras de deficiência.

Cumpre salientar que há outros documentos que fundamentam e garantem os direitos das pessoas com deficiência, todavia elencamos aqueles que consideramos de maior importância.

PERCURSO METODOLÓGICO: UM OLHAR SOBRE O FENÔMENO

Durante a minha trajetória escolar na educação básica nunca me deparei com colegas de classe ou mesmo na escola que apresentassem uma deficiência, seja de natureza mental, sensorial, ou motora.

Na graduação, mais precisamente na realização dos estágios supervisionados, observei que, mesmo com tantas campanhas, discussões e políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência na rede de ensino, constatei a ausência de alunos com deficiência nas escolas públicas do município de Pedra Preta-MT.

Foi nesse contexto que surgiu a ideia de realizar esta pesquisa, buscando investigar se no município de Pedra Preta havia alunos com deficiência incluídos nas escolas regulares.

A seguir apresento o caminho metodológico percorrido durante a investigação, ressaltando que, com a escolha da temática, já fizemos a opção metodológica da pesquisa.

Natureza da Pesquisa

Esta investigação foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, a qual foi resultante da prática no estágio supervisionado.

Por outro lado, esse tipo de abordagem é a mais utilizada em pesquisas realizadas na área da educação, além de apresentar as características apontadas

por Bogdan e Biklen (1994). Conforme esses autores, os estudos qualitativos estão diretamente relacionados a aspectos da vida educativa, de forma que no trabalho de coleta e interpretação de dados, os significados que as pessoas dão as coisas e a vida representam focos da atenção do pesquisador.

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico envolvendo a temática da inclusão de deficientes no âmbito escolar. Tal levantamento possibilitou aprofundamentos em aspectos relacionados à inclusão bem como o conhecimento da bibliografia publicada a respeito.

De acordo com Marconi e Lakatos (2004, p. 34) a pesquisa bibliográfica compreende ao:

Levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito por determinado assunto.

No segundo momento partimos para a investigação nas escolas onde procuramos saber o número de alunos com deficiência já incluídos, que tipos de deficiências possuem e se as mesmas estão preparadas, tanto em nível de recursos humanos, quanto em nível de estrutura física para o atendimento adequado.

Os procedimentos de coleta de dados

Nesta fase da pesquisa os dados foram coletados em escolas das redes municipal e estadual e em uma instituição especializada no atendimento a alunos com deficiência mental do município de Pedra Preta – MT.

Durante o mês de março do ano de 2009 dirigimo-nos às unidades escolares e aplicamos um questionário fechado aos diretores ou coordenadores pedagógicos. No total foram 08 (oito) escolas e uma instituição especializada.

Para Marconi e Lakatos (2004, p. 76- 77), o questionário é uma técnica de recolhimento de dados por meio da qual o participante pode dar as informações mediante duas possibilidades: a opção de afirmar sim ou não ou descrever o que for solicitado, conforme sua opinião.

O contexto do estudo: breve histórico do município

O povoamento do município de Pedra Preta, localizado no estado de Mato Grosso, distante 27 quilômetros de Rondonópolis, principal centro econômico da porção sul mato-grossense, teve início em 1950, quando Noda Guenko adquiriu extensa área de terras na região.

Do período de colonização até a emancipação política, o município teve três denominações. Inicialmente, o povoado denominou-se Jurigue, nome indígena do rio que banha a região, formando o Vale do Jurigue.

Posteriormente, recebeu o nome de Alto Jurigue, tendo em vista que o traçado original da cidade, criado pelo fundador, sofreu alterações, ganhando dimensões mais modernas, porém, a comunidade já tinha sua preferência para denominar o lugar - Pedra Preta. é simplesmente uma referência geográfica, mas que marca realmente o sítio urbano, pois inúmeras pedras de cor preta emergem do leito de um córrego que corta a cidade. Conta-se que os colonos, em suas idas e vindas, cruzavam permanentemente o lugar, chamando o vilarejo de Pedra Preta.

A princípio pertencia à comarca de Rondonópolis, sendo elevada à categoria de “município”, por meio da lei n° 3.688, de 13 de maio de 1976. Pela lei n° 4004, de 30 de julho de 1988, foi elevada a comarca, sendo instalada no ano de 1989.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O Município de Pedra Preta possui aproximadamente quinze mil habitantes, atendendo a 4.868 alunos na rede básica de ensino.

A rede municipal de educação possui 11 escolas, sendo 04 na zona urbana: Campos Sales I, Campos Sales II, São Sebastião e Pingo de Gente. As escolas da zona rural são: Canudos, Marechal Rondon, Nilo Peçanha, Rui Barbosa, Francisco Ferreira Gonçalves, Ari Griesang e Regente Feijó.

Nome	Quantidade de Alunos	Quantidade Alunos com Deficiência
Escola Municipal 1	309	05
Escola Municipal 2	253	04
Escola Municipal 3	280	07

Escola Municipal 4	300	01
Total	1142	17

Quadro I – Escolas Municipais Fonte: Dados da pesquisa/2009

Nas escolas municipais da zona urbana, a clientela consiste em 1142 (Um mil cento e quarenta e dois) alunos, sendo que o número de alunos com deficiência no total atendido é de 17 (dezessete).

Além das escolas, a rede municipal possui uma creche que atende crianças de 0 a 05 anos e um Centro de Informática, com acesso à Internet, para atendimento a alunos e comunidade.

Nome	Quantidade de Alunos	Quantidade Alunos com Deficiência
Escola Estadual 1	315	10
Escola Estadual 2	429	3
Escola Estadual 3	976	5
Escola Estadual 4	895	8
Total	2610	26

Quadro II- Escolas Estaduais

Fonte: Dados da pesquisa/2009

No município de Pedra Preta, também há 04 (quatro) escolas Estaduais, cuja clientela atendida totaliza 2610 (Dois mil seiscientos e dez) alunos, compreendendo o ensino fundamental e médio.

Constatamos que na Rede Estadual há uma pequena parcela de alunos, 26 (vinte e seis) ao todo, que apresenta algum tipo de deficiência, seja sensorial, mental ou motora.

Cumprе salientar que as escolas estaduais destacadas nesta pesquisa pertencem Ó zona urbana.

Idade	Quantidade
De 6 a 10 anos	31
De 11 a 14 anos	12

Total	43
-------	----

Quadro III – Idade dos alunos com deficiência.

Fonte: Dados da pesquisa/2009

Do total de alunos com deficiência, atendidos na educação básica de Pedra Preta, 31(trinta e um) possuem idade que varia de 06 (seis) a 10 (dez) anos e 12 (doze), com idade entre 11(onze) aos 14 (quatorze) anos.

Tipo de Deficiência	Quantidade
Deficiência Visual/ Baixa visão	11
Surdez	08
Deficiência Mental	07
Deficiência Física	07
Transtorno global de desenvolvimento	08
Outras	02
Total	43

Quadro IV – Tipos de Deficiência.
Fonte: Dados da pesquisa/2009

Constatamos que há alunos com vários tipos de deficiência, mas somente a deficiência mental tem suporte de atendimento em Pedra Preta. Os alunos que apresentam deficiência visual, física, múltipla ou surdez devem se deslocar para Rondonópolis-MT, cidade vizinha, para receber acompanhamento específico, caso necessitem.

Nome	Quantidade Alunos	Alunos que frequentam A escola regular
APAE	75	0
Total	75	0

Quadro V – Instituição Especializada.
Fonte: Dados da pesquisa/2009

Em Pedra Preta a única instituição especializada em atender os alunos com deficiência mental é a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. O que nos chamou atenção foi que nenhum dos 75 (setenta e cinco) alunos atendidos pela mesma frequenta a rede regular de ensino do município.

De acordo com a Resolução CNE/CEB, nº 2/2001:

Art. 2º - Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

O professor possui formação específica	Quantidade
SIM	02
NÃO	06
Total	08

Quadro VI – Formação do professor
Fonte: Dados da pesquisa /2009

Indagamos aos gestores se os professores possuem algum tipo de formação para trabalhar com os alunos com deficiência. O quadro acima mostra que das 08 (oito) escolas pesquisadas, 02 (duas) professoras possuem formação e 06 (seis) delas não possuem qualquer tipo de formação para trabalhar com tais alunos.

Diante da questão que levantamos: se tiveram dificuldades para trabalhar com os alunos deficientes em sala de aula, a maioria das gestoras respondeu que os professores possuem dificuldades em realizar um trabalho pedagógico com os alunos. Em contrapartida, afirmaram que os alunos que não apresentam deficiências se relacionam bem com seus colegas que possuem deficiência e respeitam suas diferenças.

Um aspecto que nos causou estranheza foi o fato de que nenhuma das escolas envolvidas na pesquisa recebe ou receberam qualquer tipo de acompanhamento ou orientações dos professores da APAE. Também não há um projeto de inclusão estabelecido entre o ensino regular e a instituição especializada. Disso se conclui que o atendimento especializado é tido como um serviço à margem do sistema regular de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Política Nacional para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial não deve estar limitada a um sistema paralelo de educação, e sim fazer parte da educação como um todo. Inclusão significa que a pessoa deficiente deve integrar-se à sociedade sim, mas a sociedade também deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência.

Partindo da preocupação com a inclusão dos alunos com deficiência na rede básica de ensino, este estudo teve como objetivo investigar se no município de Pedra Preta - MT havia alunos com deficiência incluídos na rede regular.

Ao término da pesquisa constatamos que nas Escolas Estaduais e Municipais de Pedra Preta - MT há, de fato, alunos inclusos. Em contrapartida, os alunos que frequentam a instituição especializada não estão inseridos no ensino regular.

Os dados revelaram, também, que a maioria dos professores não possui uma formação específica para trabalhar com alunos com deficiência.

Verificamos, contudo, que mesmo não tendo a formação específica, os professores demonstram empenho em aprender a trabalhar com crianças que apresentam deficiência, tendo em vista que ultimamente está aumentando a busca pelo acesso e permanência de crianças com deficiência nas escolas regulares.

Temos convicção de que necessitamos ampliar o leque de informações, aprofundar as buscas teóricas, juntamente com novas e possíveis vivências em espaços que desenvolvam a inclusão de alunos com deficiência, investindo, sobretudo, na formação docente para esse fim.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais de n.1, de 1992, a 43, de 2004, e pelas emendas constitucionais de revisão de n. 1 a 6, de 1994. 23. ed. Brasília, DF: Câmara dos deputados, Coordenação de publicações, 2004.

Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Corde, 1994.

MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**.: história e políticas públicas. São Paulo, Cortez. 1996.

PEDRA PRETA. Prefeitura Municipal. **A História**. Disponível em: <http://www.pedrapreta.mt.gov.br> - Portal da prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT/acesso em 15/05/2009.

STEINEMANN, C. F. The Vocational Integration of the Handicapped. **EASE**, EUA, 1994.

A INTERAÇÃO VERBAL NA AULA DE PRODUÇÃO DE UMA CARTA*

Milene Bazarim¹
Maria Cristiana Da Silva Vilela²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que investigou quais as pistas de contextualização que professora e alunos podem ter utilizado para compreender o(s) sentido(s) do marcador discursivo *né* durante a interação na aula de produção textual em que foi produzida coletivamente uma carta. Na análise, foram utilizados elementos da Sociolinguística Interacional e da Análise da Conversação. O resultado dessa análise aponta que, no grupo e na situação estudada, as pistas de contextualização que indicam o sentido do marcador discursivo *né* podem até ser compreendidas pelos alunos, no entanto, essa compreensão não resultou na ação esperada pela professora, a qual se ocorreu quando houve explicitação.

PALAVRAS-CHAVE: marcador discursivo, pistas de contextualização, interação verbal, produção de texto, ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

A interação verbal nas aulas de Língua Portuguesa (LP) apresenta características diferentes se comparada, por exemplo, a uma conversa espontânea entre dois amigos. A aprendizagem como o resultado almejado nas aulas de LP é uma dessas características diferenciadoras. A pergunta "como é que os alunos podem ter compreendido o que a professora disse?" parece pertinente, mas nos parecer uma tarefa um tanto pretenciosa tentar respondê-la de forma definitiva.

* Uma versão deste trabalho, sob o título A INTERAÇÃO VERBAL EM UMA AULA DE PRODUÇÃO DE TEXTO NO ENSINO FUNDAMENTAL: as pistas de contextualização, foi publicada nos Anais do Congresso Internacional de Linguagem e Interação que aconteceu em São Leopoldo-RS na UNISINOS de 22 a 25 de agosto de 2005. Este trabalho contou com o apoio financeiro do programa Bolsa Mestrado do Governo do Estado de São Paulo e contribuiu com as investigações referentes às práticas de reflexão sobre a escrita desenvolvidas no Âmbito do projeto integrado *Práticas de escrita e de reflexão sobre a escrita em contextos de ensino* (CNPq n.º 520427/2002 ; Auxílio FAPESP n.º 2002/11837-4).

¹ Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Braz Cubas. Mestre em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP. Doutoranda em Linguística Aplicada pelo IEL-UNICAMP. Já atuou como professora de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e Médio. Atualmente, é docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: milene_bazarim@yahoo.com.br.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Especialista em Psicologia da Educação pela UFMT e em Métodos e Estratégias do Ensino de Língua Estrangeira pela Faculdade São Luís. Licenciada em Letras e em Pedagogia. Atualmente, é professora da rede municipal de ensino de Rondonópolis-MT e docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: maria.cristiana@hotmail.com

Este trabalho, um estudo introdutório, tem como objetivo apresentar o resultado de uma investigação sobre as possíveis pistas de contextualização que professor e alunos de um sétimo ano (antiga sexta série) do Ensino Fundamental utilizaram para compreender o(s) sentido(s) do marcador discursivo (MD)³ *né*⁴ durante a interação na aula de produção textual⁵ de Língua Portuguesa. Na delimitação desse objeto de estudo, procuramos preservar a multiplicidade e a complexidade⁶ de fatores que o constituem.

Ao abordar a compreensão, foi preciso levar em conta que ela se dá na interação, que é um diálogo no qual, a cada palavra do locutor, o receptor deve fazer corresponder a sua palavra, uma espécie de réplica ou contra palavra (BAKHTIN, 1988, p. 132).

A interação na aula de Língua Portuguesa, no entanto, tem características específicas, sobretudo por que o resultado almejado é a aprendizagem e a língua é, simultaneamente, meio/instrumento de trabalho e objeto de ensino. Além disso, a relação estabelecida entre os interlocutores – professor/alunos – é assimétrica, pois ambos falam a partir de “lugares” diferentes, possuem conhecimentos diferentes, cabendo ao professor ser o mediador entre a instituição/saberes escolares e os alunos.

E ainda, foi preciso considerar que, durante a interação na aula de Língua Portuguesa, o professor não tem pleno controle sobre “as contra palavras” que os alunos podem fazer corresponder as suas [do professor], já que ele está diante de interlocutores cujas práticas sociais são diversificadas e, por conta disso, os repertórios também são variados. Isso pode levar a bifurcações (SIGNORINI, 1998), ou seja, para as mesmas pistas contextuais os alunos podem fazer corresponder interpretações diversas e até divergentes.

^{15 3} Assim como em RISSO, SILVA, URBANO (2002, p. 22) aqui é adotada a nomenclatura *marcador discursivo* no lugar de *marcador conversacional*, pois segundo os autores o primeiro é mais adequado e abrangente

^{16 4} Também foram consideradas outras formas, tais como o *não é*.

^{17 5} A denominação aula de “produção textual” é utilizada aqui para fins analíticos, pois em momento algum a professora explicita que se trata de uma “aula de redação” ou de “produção textual”. A produção coletiva de uma carta é apenas um dos eventos que acontecem na aula. No entanto, parece ser para esse fato que, enquanto professora, atribuímos maior importância, não sendo possível afirmar que o mesmo tenha ocorrido em relação aos alunos

^{18 6} O termo complexo aqui assume o mesmo sentido proposto por Morin, E. (2002, p.16) “o que está tecido em conjunto á. Para Morin, E. (2002, p.72), enfrentar a complexidade do real significa perceber as ligações, interações e implicações mútuas de fenômenos multidimensionais e de realidades que são simultaneamente solidárias e conflitantes

Assim, o professor conta com o auxílio de tais pistas para que os alunos compreendam o enunciado da maneira como ele deseja; todavia, também o professor, a partir das pistas dadas pelos alunos, pode perceber se o enunciado foi compreendido conforme o pretendido.

Visto dessa forma, tem-se a impressão de que, graças às pistas contextuais, não há incompreensões ou mal-entendidos durante a interação. No entanto, as próprias pistas de contextualização têm uma natureza social e mantêm vínculos indissociáveis com a realidade imediata em que são empregadas. Com isso, abrem-se possibilidades para que as mesmas pistas sejam compreendidas de maneira diferenciada pelos alunos, já que a compreensão [dos alunos] está intimamente relacionada as suas experiências anteriores com a língua.

Após esta breve introdução, discutimos os aspectos metodológicos, seção em que também há a caracterização dos participantes. Somente na segunda e terceira partes, apresentamos os resultados das análises. Na finalização deste trabalho, é feita uma reflexão a respeito dos possíveis impactos da interação na sala de aula no processo de ensino-aprendizagem.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a geração⁷ dos registros aqui analisados, utilizou-se a pesquisa-ação integral e sistêmica (PAIS) que é uma metodologia de base qualitativo-interpretativista, aberta à complexidade do real e à interdisciplinaridade, o que a torna compatível com o campo de investigação da Linguística Aplicada e da Educação. Na PAIS, a participação dos atores é guiada a fim de se provocar mudanças na ação ou na reflexão. Tal opção metodológica, portanto, exige não apenas a participação do investigador enquanto observador, mas que ele se implique como um ator, conforme Morin, A. (2004, p.52) “ele [o investigador] se **implica**, ele se **explica** e ele se **aplica** em uma realização educativa” [grifo nosso]. Na pesquisa aqui abordada, contamos com o grau máximo de implicação, pois a

⁷ Conforme Bazarim (2008, p. 54-55), a diferença entre gerar ou coletar um registro está inteiramente relacionada ao grau de participação do pesquisador no processo que dá origem ao registro. Fala-se em “coleta” se a única interferência do pesquisador residir no fato de que ele seleciona, dentro daquilo que já existe, o que lhe poderá ser útil – exemplo: livro didático; documentos oficiais etc. Fala-se em geração de registros quando aquilo a ser estudado não existiria sem a ação do pesquisador

professora em questão, Milene, é um elemento constituinte da ação, integra, portanto, o objeto de análise e também assume o papel de analista.

Esse fato, que poderia “comprometer” a análise, aqui teve uma contribuição determinante, pois foi possível recuperar o(s) significado(s) que a professora atribuiu ao marcador *né* durante a interação, cabendo a nós, quando assumimos o papel de analista, identificar quais pistas foram dadas e inferir que sentido(s) os alunos podem ter atribuído a elas. Ressalta-se que uma postura de estranhamento na análise dos registros fez-se necessária para que fosse possível levantar hipóteses sobre as diferentes compreensões que podem ter sido geradas pelos alunos a partir das mesmas pistas contextuais.

Os participantes da interação aqui analisada são a Professora Milene (M.) e seus alunos. No total, eram 24 adolescentes, 11 meninos e 13 meninas. A maioria deles possuía idade avançada – 13 a 15 anos – para o ano/série que estavam cursando, o que é um indício de que eles tenham um histórico de evasão ou reprovação.

A turma, um sétimo ano (antiga sexta série), pode ser caracterizada como bastante agitada, tendo em vista o que consta no diário de campo (“Como eles [os alunos] são? Carentes. São. (...) Gritam muito, falam muito palavrão, tudo é motivo para brigar, para bater ...”), e o que é evidenciado no trecho que segue.

M (Professora):⁸ ((muito barulho)) tudo bem ninguém me escuta, é uma coisa de louco, mas vamos lá (10,0s). Já que você tá em pé, distribuí pra mim, por favor.

(Trecho da aula na 6.^a série A em 09/11/2004)

A escola na qual a pesquisa foi desenvolvida está localizada em um bairro da periferia de Campinas-SP, o qual é conhecido não só pela precariedade das condições em que muitas famílias vivem, mas, sobretudo, pela violência. Lá são atendidos cerca de 750 alunos, distribuídos no Ensino Fundamental I (1^a a 4^a séries), Ensino Fundamental II (5^a a 8^a séries) e Ensino Médio.

A interação aqui analisada resultou da necessidade de reconfiguração da sequência de atividade didáticas⁹²¹ que estávamos executando. Após vários

⁸ Sinais utilizados na transcrição, adaptados de Marcuschi (2003, p.9-13): () Dúvidas suposições; (()) Comentários do analista; [[Falas simultâneas; [Sobreposição de vozes; xxxx Incompreensível; : : : : Alongamento da vogal; AAA Ênfase ou acento forte; ' Subida leve; (+) Pausa equivalente a 0,5 segundos, cada + corresponde 0,5 segundos; (1,5) Acima de 1,5 segundos registra-se o tempo; / Truncamentos; ? Subida forte equivalente a uma pergunta.

desencontros, provocados pela agitação da turma, fizemos uma reunião com os alunos a fim de discutir aspectos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, metodologia de trabalho, comportamentos etc.

Após a reunião, ocorreu a aula na qual lemos a ata da reunião e criamos a necessidade de elaboração de uma carta à Diretora. Tais aulas não estavam previstas na sequência de atividades didáticas, elas surgiram da necessidade de se realizar "um acordo" com os alunos através do qual seus interesses também fossem atendidos.

Tal acordo parece ser consequência da consciência que a professora manifestou a respeito do estranhamento que suas práticas – que reproduzem as práticas da cultura letrada – podem ter causado ao grupo. Ao se reunir com os alunos para discutir as atividades com o objetivo de adequar o planejamento às necessidades/interesses da turma, a professora M. demonstrou ter encarado o comportamento dos alunos como uma espécie de "rejeição" a práticas sociais diferentes das suas [dos alunos].

ASPECTOS INTERACIONAIS DA AULA

A aula da qual analisamos as ocorrências do *né* ocorreu no dia 11 de novembro de 2004 e resultou da reunião realizada no dia anterior, conforme o mencionado acima. Essa aula pode ser dividida em duas partes, as quais não são apenas diferentes em relação à atividade desenvolvida, mas talvez em consequência disso, apresentam diferenças na interação.

Arriscamo-nos a dizer que, em tal aula, há dois padrões interacionais distintos. Na parte dedicada à leitura da ata, o turno deveria ser exclusivo do leitor – da professora – todavia as interrupções foram frequentes, o barulho e agitação da turma também ficaram mais explícitos. Já na segunda parte, quando há a produção coletiva de uma carta, há maior engajamento dos adolescentes, sendo praticamente inexistentes as tentativas de mudança de típico por conta dos alunos.

⁹Entendemos a sequência de atividades didáticas com "um conjunto **provisório** de atividades variadas, direcionais, metódicas e sistemáticas que serão empreendidas pelo professor/professora junto aos alunos em busca de objetivos definidos para a aula de Língua PORTUGUESA. Entendida como tendo uma **configuração provisória pelo fato de o processo didático ser dinâmico e estar sujeito a modificações ao longo de sua atualização** [grifo nosso] ". (GATINHO, 2004)

A ata de reunião lida na aula foi redigida pela Professora M. com base nas anotações sobre a reunião feitas por uma das alunas. A parte da aula dedicada à leitura concentra apenas 35% dos turnos existentes na interação. Essa diferença quantitativa em relação à segunda parte é compensada pela extensão, aqui encontramos os turnos maiores, o que pode ser atribuído à própria natureza da atividade: leitura.

Já que a professora é quem faz a leitura, era esperado que a ela coubesse a maioria dos turnos, no entanto 54% deles pertenceram a alunos. Evidentemente, os turnos da Professora M. são maiores, sobretudo nos momentos da leitura, os dos alunos quase sempre podem ser caracterizados como “interrupções”, sinalizando, talvez, uma tentativa de mudança de tópico, a qual foi ignorada para que leitura fosse concluída.

Apesar de os alunos serem responsáveis pela maioria dos turnos, isso não deve ser tomado como o único elemento para analisar a interação quanto a sua estrutura de participação. A quantidade de turnos dos alunos poderia sugerir uma interação menos assimétrica, no entanto, uma análise mais detida revela que, em vários momentos, além do controle sobre o tópico, emerge na fala da professora o papel de professora-avaliadora-controladora, ou seja, de interlocutor que decide o que deve ser feito, conforme exemplos abaixo.

48 M: E (+) mas eu faço questão de pedir pra ficar uma coisa bem certinha (+) pra a diretora t, ciente de repente ela até participa da festa com agente não (+) como é que agente vai fazer pra pedir isso pra ela' (3,0) ((conversas entre os alunos ao fundo)) como que agente pode pedi isso ?

117 V: é pra todo mundo escrevê dona?

118 M: sim todos no caderno (+) senhora diretora vírgula

Evidentemente tais características – que são identificadas através das falas como “eu faço questão” e “sim ...” – são previstas em contextos de ensino-aprendizagem, afinal é papel do professor ser o mediador entre a instituição/saberes escolares e os alunos. Isso significa que a assimetria presente na interação em questão é resultado da diferença de papéis e, conseqüentemente, da diferença de direitos e deveres entre os interlocutores.

Há momentos em que essa assimetria fica mais evidente, como em “eu faço questão” (48), porém há também aqueles em que os alunos assumem o papel de “avaliador” e a professora aceita as sugestões, conforme se observa abaixo

- 144 M: gentl: (+) ceis tem que me ajudar a fazer' olha l,
 145 Al: Dona (não é sexta a) ((vários falam ao mesmo tempo))
 146 M: Da: ah é da sexta série a' olha aqui esqueci da (série) ((vários falam))
 249 M: No lugar de obrigado eu acho que pode colocá atenciosamente que é uma maneira
 250 E: agradecemos xx
 251 M: é isso xxxx ((vários falam)) agradecemos e aguardamos a sua resposta não é' isso mesmo (então) deixa eu modificar aqui (+) ((a professora apaga o que estava escrito e começa a escrever)) olha s[^] agradecemos (+) (+)((fala mais pausadamente porque est, anotando no quadro))

No turno 145, o aluno intervêm para mostrar que a professora esqueceu de anotar no quadro a série. Tal intervenção demonstra que o aluno está engajado na atividade a ponto de perceber esse “esquecimento” e solicitar a correção. Nesse contexto, a professora M. imediatamente concorda com o aluno “ah é” (146) “esqueci da série” e prontamente providencia a alteração.

Já no turno 249, E. interrompe o turno e sugere uma forma diferente da que estava sendo usada na carta até aquele momento. Novamente, a professora concorda “é isso”, “isso mesmo”, apaga o que estava escrito anteriormente e coloca aquilo que o aluno sugeriu.

Por mais que a assimetria não tenha desaparecido em trechos como este, pois ainda cabe a professora decidir aceitar ou não as sugestões dos alunos, percebemos um esforço para que elas sejam incorporadas. De certa forma, tal característica é mais evidente na segunda parte da aula, talvez por conta do tipo de atividade que está sendo realizada, pois se a proposta era produzir coletivamente a carta, é esperada uma maior abertura á participação dos alunos.

Essa segunda parte concentra 65% dos turnos da interação, 43% deles couberam a professora que organiza as sugestões dos alunos para a seguir retextualizá-las¹⁰. Os demais turnos são utilizados pelos alunos, mas de forma aparentemente distinta a do primeiro momento da aula, em que houve a leitura da Ata.

Neste momento da aula, as participações dos alunos mantêm relação como o tópico que está sendo desenvolvido, caracterizando, portanto, um maior engajamento na atividade. Também não há grandes diferenças na extensão dos turnos, em geral, são curtos, os maiores pertencem a professora M. e ocorrem

¹⁰ Conforme consta em Marcuschi (2001) entende-se por retextualização a passagem ou a transformação de um texto oral para o texto escrito

quando ela está lendo/revisando o que está escrito e explicitando aos alunos o porquê daquela forma.

Tem-se nessas ocasiões uma atividade predominantemente epilinguística (Exemplo - 203 : VS : pedimos a sua autorização para / 204 M : pedimos a sua autorização para dois pontos por que os dois pontos aqui’ porque agente vai listar uma duas três quatro coisas e agente quer dá ênfase pra essas coisas ...) ; a metalinguagem é utilizada sim, mas ela está a serviço do gênero – neste caso o efeito de sentido que a escolha daquele sinal de pontuação pode provocar – e não por uma razão puramente conceitual.

Evidentemente, essa divisão da aula, na prática, não se dá de maneira tão estanque, conforme possa parecer tendo em vista o que foi discutido acima. Para a divisão, consideramos principalmente a atividade que estava sendo realizada: leitura *versus* produção coletiva de uma carta. Há, no entanto, um momento de transição – do turno 46 ao 91 – que mantém algumas características da primeira parte da aula, mas já trazendo indícios de alteração.

AS PISTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Uma vez que foi traçado um panorama geral da aula, podemos finalmente chegar ao ponto que este trabalho pretende explorar detidamente: quais as pistas de contextualização que a professora e seus alunos utilizaram para compreender o(s) sentido(s) do marcador discursivo *né* durante a interação aula de produção textual.

Conforme Risso *et al.* (2002), o marcador discursivo (MD) ***né?*** é uma unidade independente, não faz parte da estrutura oracional; possui pouca transparência semântico-referencial; é orientador da interação, isto é, seu uso apresenta uma orientação por parte do falante em direção ao seu interlocutor em busca da aprovação discursiva.

Urbano (2002, p 218) aponta que as formas ***não é*** e ***né***, assim como ***não é verdade***, que não aparece na interação analisada, por terem a mesma estrutura de origem – oração com verbo ser ; por conterem a mesma forma negativa – não – e por formarem um conjunto semelhante às chamadas *tag questions*, podem ser estudadas em conjunto, conforme é feito neste trabalho, pois seriam equivalentes.

Ainda segundo o mesmo autor, tais formas teriam como matriz a expressão ***não é verdade?***

Observemos algumas ocorrências do *né* nos exemplos abaixo:

24 M: por outro lado' alguns alunos solicitaram o uso da sala de informática' a professora concordou mediante as seguintes condições' primeiro a direção deve autorizar o uso da sala porque eu não mando na escola **né**' gente (...)

30 M: Então eu vou ser a primeira a assinar depois disso nós precisamos pedir autorização para a direção **n,o ê**'

74 M: (...) então que que nos vamos fazer voltando aqui agente vai elaborar ((a professora dirige-se novamente para o quadro)) uma espécie de carta **né**'

No turno 30, tem-se o marcador ocupando uma função que é classificada em Urbano (2002, p 227) como “fáticos de natureza ou entonação interrogativa pós asserção”, isto é, o marcador possui uma entonação marcadamente interrogativa e seu uso indica a “busca de aprovação discursiva”^{11, 23}, neste caso, a presença de tal marcador indica que a professora pressupõe que os alunos concordem com a nossa posição.

Isso também ocorre no turno 24 “(...) primeiro a direção deve autorizar o uso da sala porque eu não mando na escola **não** gente (...)”. Em “(...) então que que nos vamos fazer voltando aqui agente vai elaborar ((a professora dirige-se novamente para o quadro)) uma espécie de carta **não**”, turno 74, a ocorrência o MD assemelha-se a anterior, mas como o **não** aparece após um enunciado interrogativo e não declarativo, ele é classificado por Urbano (2002, p 227-228) como “fático de natureza e entonação interrogativa, pós interrogação”. Além disso, a busca da aprovação discursiva sinalizada pelo **não** no turno 74 se dá de outra maneira, pois a professora parece partir do pressuposto de que os alunos estão dispostos a aprovar a sua proposição, que é a elaboração da carta.

Tendo em vista o contexto em que aparece, a presença dos marcadores que, nos casos acima, indica essa “busca de aprovação”, não resultou em uma manifestação positiva do aluno para que a professora continuasse suas ações, ou melhor, M., na verdade, não dá tempo/oportunidade para esta manifestação e, convenientemente, interpreta o silêncio como sinal de que podia prosseguir.

Tais características aparecem em 44% das ocorrências do **né**. A pouca transparência semântica desse marcador aliada a sua função basicamente orientadora da interação faz com que ele assuma, em contextos específicos, significados diferentes dos expostos acima.

¹¹ Segundo Urbano (2002, p 227) esse termo foi criado por Settekorn (1977).

Acreditamos, e Õ o que tentaremos mostrar agora, que tal distinção sé Õ feita quando o interlocutor consegue compreender as pistas contextuais que lhe são dadas. Aqui, entendemos por pistas de contextualização “todos os traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais” (GUMPERZ, 2002, p 152).

Sabe-se que durante a interação não ocorrem apenas as pistas verbais (linguísticas, paralinguísticas e prosódicas), mas também as não-verbais, que correspondem ao direcionamento do olhar, gestos, distância entre interlocutores, entre outros.™, portanto, a ocorrência de tais pistas, quase sempre simultaneamente, que faz com que o ouvinte perceba os diferentes propósitos comunicativos do interlocutor. Apesar de a análise ter como foco os traços linguísticos, não serão ignorados os demais traços.

Nos exemplo abaixo, a primeira diferença, que aparentemente não seria significativa, Õ que o MD vem acompanhado do nome do interlocutor ao qual o enunciado se destina e com o acento marcadamente interrogativo. A hipótese de que o uso do **né** poderia ser entendido como a busca de aprovação discursiva, tal qual nos exemplos anteriores, começa a se diluir quando se percebe que o seu uso interrompe o fluxo da leitura da ata.

Tendo em vista o conhecimento que se tem sobre tal prática social, espera-se que não haja interrupções durante a leitura e que eventuais divergências quanto ao conteúdo do texto – o que Õ pouco comum, já que a ata Õ o resultado de discussões e acordos feitos anteriormente – sejam comentadas posteriormente.

Tal prática social típica da cultura letrada, pode não fazer parte do repertório desses alunos, dado o seu contexto socioeconômico e cultural. Essa suposição Õ reforçada quando, no turno seguinte 11, tem-se a informação de que vários alunos estão conversando e jogando papel uns nos outros, ou seja, o comportamento de tais alunos, muito mais que somente indisciplina, pode também ser entendido como uma espécie de recusa a essa prática social.

10 M: ontem / que em todas as aulas antes de cada atividade a professora' **né** A?

11 VS: Xxx ((alunos falam ao mesmo tempo porque h, alguns alunos tacando papel))

12 A: ele que tacou em mim primeiro

Uma vez diante de tal cenário e identificando um dos alunos que está apresentando um comportamento diferente da expectativa, o recurso utilizado para chamar a atenção desse aluno, e por consequência do grupo, foi interromper a leitura e se dirigir a um dos alunos através do uso do **né A.?**

Assim, ao usar tal MD, a professora não buscava a ratificação do seu enunciado, mas sim que o(s) aluno(s) se engajasse(m) na atividade realizada, ou seja, ao se dirigir a A, esperava-se que ele, e consequentemente os demais, entendesse esse **né A.?** como “A. eu quero que você pare de jogar papel, fique quieto e preste atenção ao que eu estou lendo”.

Para tanto, a professora deu algumas pistas, na esperança de que o(s) aluno(s) percebesse(m) a sua real intenção comunicativa. Primeiramente, há a interrupção da leitura que é marcada por uma pequena pausa - equivalente a da vírgula - e subida leve (‘), posteriormente “invoca-se” um dos alunos que não estavam engajados na atividade (A.), o que é feito com um acento de pergunta. Todas essas pistas aliadas ao contexto em que se dá a interação - aula de Língua Portuguesa, a professora está lendo, o aluno em questão conversando em jogando papel - segundo a nossa percepção, seriam suficientes para que o aluno percebesse a inadequação de seu comportamento e mudasse de atitude.

A inadequação de seu comportamento, A até pode ter percebido, conforme era pretendido. A resposta presente no turno 12 (“ele que tacou em mim primeiro”), é um forte indício de que as pistas acima mencionadas foram processadas e o enunciado compreendido pelos alunos, especialmente A, pois tal resposta não mantém relação alguma com o típico que está sendo desenvolvido. Vale ressaltar, no entanto, que o fato de o aluno não mudar, imediatamente, o seu comportamento, não pode ser tomado como uma evidência de que o aluno não tenha compreendido o enunciado, conforme consta no exemplo abaixo.

21 M: t, (+) continuando a leitura / concordaram também que em todas as aulas antes de cada atividade a professora deve, usar utilizar de dez a quinze minutos para dar as instruções sobre as atividades período este que os alunos permanecem sentados individualmente e em silêncio’ após as instruções eles poderão se reunir em duplas para executar a atividade solicitando ajuda da professora sempre que necessário’ né A?

22 A: é ((quase inaudível)) (4,0)

24 : por outro lado’ alguns alunos solicitaram o uso da sala de informática’ a professora concordou mediante as seguintes

25 condições’ primeiro a direção deve autorizar o uso da sala porque eu não mando na escola né gente segundo uma vez autorizado podemos ir uma vez por semana’ os alunos serão divididos em dois grupos enquanto o primeiro grupo estar na sala realizando atividade selecionada pela

professora os demais estarão na sala de aula (fazendo)outra atividade' depois haverá a troca logo agente vai poder ir para a sala de informática num dia que tiverem que houverem que houver duas horas tá?

As pistas dadas foram basicamente às mesmas, pois para a professora elas teriam sido suficientes para que o aluno compreendesse as intenções comunicativas. No entanto, aqui (turno 22) , ao contrário do ocorre no turno 12, a resposta do aluno “é” parece desmontar a hipótese traçada anteriormente de que ele havia atribuído ao **né A. ?** um significado próximo ao que se desejava foi enunciado.

Ao invés de afirmar que o aluno não compreendeu, preferimos acreditar que prevaleceu aqui a força do par adjacente. Diante da segunda “invocação” feita pela professora, o aluno parece ter se visto com poucas alternativas, tanto que a sua resposta é quase inaudível, em seguida há um momento de silêncio tanto do aluno em questão quanto da turma como um todo.

Somente quando é “restaurada a ordem”, a professora continua a leitura. Alguns turnos depois, conforme consta no exemplo abaixo, novamente a aula Õ interrompida.

- 64** M: Olha' não ç possível
65 Al: agora é ele que t, tacando ne professora ((vários falam ao mesmo tempo, barulho de carteiras sendo arrastadas))
66 A: hei não foi eu não ((vários falam ao mesmo tempo))
67 A: aí ^ professora e ele aqui ^ xxx ((incompreensível))
68 M: Não é possível que eu vou ter que mandar aluno para direção ((vários falam))
69 D: manda mesmo professora
70 M: Cada papel desse que você rasga e não usa bem, ((a professora dirige-se a A))
71 WE:
 é uma sujeira
72 M: foi uma árvore que caiu e sabe o que isso significa ? árvore a menos oxigênio a menos qualidade do ar a menos' então assim os papéis que nós usamos foram resultado do sacrificio da natureza então agente deve usar bem esses papéis pra registrar ideias e registrar coisas boas e pra anotar tudo que agente aprendeu ,

Dessa vez não foi preciso “invocar” A., ele já se defendeu, turno 66, “hei não foi eu não”. Neste trecho a professora foi mais explícita, ignorando a fala em que o aluno se eximia da culpa, além de ameaçar levar o aluno para a direção e houve o famoso “sermão”, o que, novamente, não deu o resultado esperado, conforme se observa a seguir.

- 80 M: Olha A eu sou difícil de perder a paciência com alguém
 81 A: Ô professora xxxx ((incompreensível))
 82 M: Você conhece palavras como respeito e boa educação ?
 83 A: (não sou só eu) professora
 84 M: Você conhece? (+) os dois (+) você é um excelente aluno eu não sei o que que acontece (2,0) sabe' é difícil eu ter que ficar chamando a atenção sabe por que' eu não sou seu pai nem sua mãe pra tá que ficar toda hora chamando a sua atenção (+) sabe'
 85 A: ((a aluno reclama baixinho e aponta para o amigo da frente))

Nesse trecho, a professora vai direto ao assunto, deixando claro para o aluno que já foram utilizados todos os recursos disponíveis para que ele compreendesse o que era desejado, turno 80, “Olha A eu sou difícil de perder a paciência com alguém”. Também é explicado que os enunciados anteriormente a ele dirigidos tinham como objetivo chamar a sua atenção, turno 84, “é difícil eu ter que ficar chamando a atenção sabe por que'(...) tá que ficar toda hora chamando a sua atenção “.

Talvez em virtude dessa explicitação, ou da natureza da nova atividade, ou de ambos simultaneamente, o comportamento do aluno, que seria um indício de que ele não teria compreendido as intenções comunicativas da professora quando do uso de **né A.?**, modificou-se e ele até participou da produção coletiva, conforme consta no exemplo abaixo.

- 113 A: e é professora Maria Siqueira
 119 A: é diretor' não é ?

O uso do **né**, nas mesmas condições acima descritas, corresponde a 66% das ocorrências, isto é, o MD, na maioria dos casos e quando acompanhado do nome do interlocutor a quem se dirige, é utilizado como uma estratégia para chamar a atenção do aluno.

Para tanto, são dadas as pistas contextuais, tais como pequenas pausas e uso do acento interrogativo, sem contar as não verbais, tais como direção do corpo do olhar, as quais apesar de serem recuperadas pelo analista (pois se trata de uma pesquisa-ação) não são demonstráveis porque a aula foi apenas áudio gravada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das diversas possibilidades oferecidas pela interação analisada, a escolha do marcador discursivo **não** se deu em virtude do significado que a

professora a ele atribuiu durante a interação. Uma vez que seguimos um percurso de investigação que se volta para as “regularidades locais” e para “as relações moventes”, pudemos perceber que, na interação analisada, nem sempre o MD foi utilizado da mesma forma.

O uso do **né** como uma estratégia para chamar a atenção do aluno, está intimamente relacionado ao contexto em que ocorre e, principalmente, ao comportamento dos alunos. Se, no momento em que a professora tivesse dito **né A. ?** a sala estivesse silêncio e A. engajado na atividade, a resposta de A. seria outra, porque o significado assumido pela expressão não poderia ser “*A. eu quero que você pare de jogar papel, fique quieto e preste atenção ao que eu estou lendo*”. No entanto, quando enuncia, a professora interrompe a leitura de uma Ata de Reunião – sinalizada pela pausa e subida leve; dá a expressão **né A. ?** o acento marcadamente interrogativo ; e, talvez, o que é determinante: há na turma um grupo que ignora a atividade e permanece conversando e brincando, entre eles o aluno em questão.

Entendemos que esse comportamento pode ter sido gerado devido ao estranhamento desse grupo em relação às atividades por propostas durante a execução de sequência de atividades didáticas. Mesmo diante da ânsia em engajar os alunos nessas atividades, não ignoramos que o estranhamento e a recusa poderiam ocorrer, por isso tentamos negociar e aproveitamos a situação da negociação, a reunião - momento em que houve a discussão e a explicitação objetivos da professora e dos interesses dos alunos - para abordar outros gêneros como a ata e a carta formal.

O resultado dessa análise mostrou que, no grupo e na situação estudada, as pistas de contextualização que indicam o(s) sentido(s) do marcador discursivo **né** podem até ter sido compreendidas pelos alunos, no entanto, essa compreensão não se transformou, imediatamente, na ação esperada pela professora que se ocorreu quando houve explicitação.

Não pretendemos que esse resultado seja lido como um atestado de “inferioridade” ou da “incapacidade de compreensão e ação” do grupo estudado, mas sim desejamos evidenciar que nem sempre os alunos entendem os enunciados da forma como o professor gostaria que eles entendessem, pois há elementos de diversas ordens agindo nesse processo; que dada a natureza social das pistas de contextualização, nem sempre elas conseguem evitar mal-entendidos; que também

o professor deve ter a preocupação de observar se realmente foi compreendido. Talvez explicitar, deixar claro os comportamentos esperados, bem como objetivo da atividade, além de evitar mal-entendidos poderia provocar maior engajamento dos alunos nas atividades.

Será que se a professora tivesse explicitado logo no início da aula o tipo de comportamento que era necessário durante a leitura da ata, haveria tantas interrupções? E se ao invés de usar o **né A.?** ela dissesse que aquele não era um comportamento adequado naquele momento ?

Se o processo didático se atualiza a cada novo ingrediente, qualquer mudança, por menor que seja, teria como resultado algo diferente, observe-se que aqui se evita dizer “melhor” ou “pior”.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M (Volochnikov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1988, p.90-136.

BAZARIM, M. Metodologias de pesquisa aplicadas ao contexto de ensino-aprendizagem de línguas. **Cadernos do CNLF, 52 VOL. XII, Nº 05**, 2008. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xiicnlf/05/04.pdf>>. último acesso em novembro de 2011.

CANÇADO, M. Um estudo sobre a pesquisa etnográfica em sala de aula. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n.º 23, p. 55-69

ROCKWELL, E. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In : EZPELETA, J. ; ROCKWELL, E. **Pesquisa participante**. São Paulo, Cortez, 1989.

GATINHO, J.B.M. O caráter processual-complexo do processo didático enquanto objeto de investigação em Linguística Aplicada. Comunicação apresentada na sessão temática “Construindo objetos de investigação no campo aplicado” do **52º Seminário do GEL**, de 29-30 de julho de 2004. (mimeo)

GUMPERZ, J.J. Convenções de Contextualização. In : RIBEIRO, B.T. ; GARCEZ, P.M. (orgs). **Sociolinguística interacional**. 2.ed. São Paulo, Edições Loyola, 2002.
 MARCUSCHI, L.A. **Da fala para a escrita : atividades de retextualização**. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **Análise da conversação**. São Paulo, ética, 2003.

MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica – uma antropopedagogia renovada**. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

- MORIN, E. **Os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo, Cortez, 2002.
- RISSO, M.S; SILVA, G.M.; URBANO, H. Marcadores discursivos. In: KOCH, I.V. (org) **Gramática do português falado**. V. 6, 2.ed, Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2002.
- ROJO, R. Modelização didática e planeamento: duas pratica esquecidas do professor? In: KLEIMAN, A. B. **A formação do professor – perspectivas da Linguística Aplicada**. Campinas-SP, Mercado de Letras, 2001.
- SIGNORINI, I. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Linguística Aplicada. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas-SP, Mercado de Letras, 1998.
- URBANO, H. Aspectos basicamente interacionais dos carcadores discursivos. In: NEVES, M.H.M.(org) **Gramática do português falado**. V. 7, 2.ed, Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2002.

O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA-MT

Aline Mariane Azevedo¹
Evaldo Rezende Duarte²
Braz Da Silva Oliveira³

RESUMO:

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa que culminou na realização de uma monografia. O tema de estudo da monografia foi cooperativismo e desenvolvimento socioeconômico sob uma perspectiva contábil. O intuito da pesquisa era compreender e analisar o quanto, nas sociedades modernas, especificamente no caso do município de Juscimeira – MT, o cooperativismo de crédito impacta na economia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso que está fundamentada teoricamente, principalmente, em Benecke (1980); Frantz (2003); Menezes (2004); Schardong (2002) e Ribeiro (1999).

PALAVRAS-CHAVE: cooperativa, cooperativismo, crédito, análise contábil , desenvolvimento socioeconômico.

INTRODUÇÃO

O Cooperativismo surgiu idealizado e realizado por alguns tecelões de uma fábrica na Inglaterra, depois da Revolução Industrial. Este movimento trouxe inovações no mercado de trabalho e também na própria economia em si, pois, abrangia um novo pensamento de administração nas empresas.

Com o objetivo de desenvolvimento econômico sustentável, ele marcou a história da sociedade na época em que foi criado, pois, havia muito sofrimento devido à desigualdade econômica. Como ainda hoje há desigualdade econômica, o cooperativismo tornou uma das alternativas inteligentes para melhorar a distribuição de renda e trabalho, pois, ele possui como idealismo a união, a democracia, a justiça e o relacionamento, através destes pensamentos muito mais do que lucro, ele busca remuneração justa aos que fazem parte deste sistema.

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE

² Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela União das Escolas Superiores de Rondonópolis. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE. Oficial Administrativo da Prefeitura Municipal de Jaciara – MT. Atualmente, docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: erezende_9@hotmail.com.

³ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica Dom Bosco. Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade de Cuiabá. Mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente, é docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: professor.braz@hotmail.com.

Por isso, com o intuito de mostrar o quanto o cooperativismo é importante para as sociedades modernas, inclusive no município de Juscimeira, surgiu o interesse de conhecer mais profundamente sobre este tema e também demonstrar se realmente o cooperativismo de crédito ajudou a mudar a história do município acima citado.

Enfim, esta pesquisa espera avaliar a importância da concessão e acesso ao crédito através da participação ativa na cooperativa de crédito, e assim verificar se realmente a cooperativa é uma forma de fomentação da econômica local.

DEFINIÇÃO DE COOPERATIVISMO

O Cooperativismo existe como um modo de organização só cio-produtiva. Ele representa a união de pessoas que possuem um objetivo em comum na realização de alguma atividade, organizada em base democrática, de maneira em que todos se apoiam para atender as necessidades uns dos outros.

Segundo Figueiredo (2000, p. 59), o cooperativismo é um movimento que tem por objetivo corrigir a economia da sociedade, trazendo inovações para o mundo capitalista, que buscam, além de lucros e remuneração justa para os que fazem parte da cooperativa, o bem-estar de todos.

Com um pensamento solidário e justo, o Cooperativismo conseguiu, em pouco tempo, muitos seguidores, que adotaram a pratica de cooperar através das cooperativas de crédito no Brasil, encontra-se várias cooperativas de crédito, dentre elas, o SICREDI, que define cooperativismo da seguinte forma:

O Cooperativismo é um instrumento de organização econômica da sociedade, criado na Europa, no século XIX, caracterizando-se como uma forma de ajuda mútua através da cooperação e da parceria.
(www.sicredi.com.br Acesso em 06/11/11 as 8:45)

Como se pode perceber o Cooperativismo é visto como sendo um novo caminho para se construir uma empresa, sem que haja concentração de poder nas mãos de apenas um (dono), ele visa Ó distribuição igualitária entre todos os associados.

Com a mesma linha de pensamento, mas, com uma linguagem mais popular, o CREDIPRODESP, que também é uma cooperativa de crédito define:

Cooperativismo é a união de pessoas visando o bem comum e que atuam de forma solidária, igualitária com justiça e ética.

Esta definição auxilia a compreensão do sentido do cooperativismo na sociedade, é uma forma justa que busca ajudar as pessoas tornando o mundo mais igual, amenizando as diferenças que o capitalismo gerou ao longo da história.

Normas Contábeis

Segundo Lima (www.ufsm.br/revistacontabeis, acesso em 09/05/11 as 21:37) a contabilidade tem como objetivo explicitar a situação econômica e financeira das entidades, através de relatórios e demonstrações. Sendo assim, cada segmento de entidade necessita de uma contabilidade específica para fornecer as informações de forma adequada. Nas cooperativas, a contabilidade tem que atender a legislação e também informar os associados de maneira com que todos entendam as informações passadas.

Unindo o objetivo do sistema cooperativo, ao objetivo da contabilidade que é o de relatar informações úteis, aos que estão envolvidos tanto externamente quanto os internamente, teremos assim um controle de informações claras onde seus usuários poderão tomar decisões rápidas e precisas. (www.ufsm.br/revistacontabeis, acesso em 09/05/11 as 21:37)

Men (www.ocepar.org.br Acesso em 09/05/11 as 21:40) afirma que na contabilidade as cooperativas recebem tratamento diferenciado das empresas mercantis pelo fato da cooperativa ser uma sociedade de pessoas e não de capital, e que não objetiva lucros, sendo transferido este objetivo as pessoas que se associam com a intenção de obter melhores resultados.

A finalidade da sociedade cooperativa é o de afastar os intermediários promovendo a integração das cooperativas, ao contrário das sociedades empresariais que em muitos casos são os próprios intermediários acirrando a concorrência entre estas; os resultados das cooperativas retornam aos associados de forma proporcional as operações, enquanto que nas sociedades empresariais o retorno se dá proporcionalmente às ações ou quotas investidas. (www.ufsm.br/revistacontabeis, acesso em 09/05/11 as 21:37)

Uma grande diferença das cooperativas das empresas comerciais está relacionada aos atos. Nas cooperativas, os atos são divididos em atos cooperativos e não-cooperativos, e são diferenciados de acordo com a relação que ocorre entre a cooperativa e o associado. O ato cooperativo é definido pela lei 5.764/71 no art. 79, que diz que o ato cooperativo é o que não incide operação de mercado, nem

contrato de compra e venda de produto e mercadoria, são atos que envolvem apenas as cooperativas e seus associados, para a realização dos objetivos sociais.

Young (apud LIMA, 2003, p.35,) define Ato não-cooperativo, como sendo quando a cooperativa precisa contratar atividade de uma pessoa ou de um agente econômico qualquer que teria a condição de se associar, desde que a cooperativa preste serviço a esta pessoa, para este ente econômico, e que, pelas suas características, poderiam ingressar na cooperativa e não ingressa.

Diante destas afirmações, pode-se definir que as operações realizadas que resultem em ato cooperativo, são escriturados separadamente dos atos não-cooperativos, pois estes, não fazem parte da legislação cooperativista, não são revertidos aos associados e obrigatoriamente integram o Fundo de Assistência Técnica Educacional, chamado de FATES, que são tributados pelo IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), CSLL (Contribuição Social do Lucro Líquido), PIS (Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).

Os atos cooperativos, segundo Andréia Lima, devem ser escriturados da mesma forma que nas empresas comerciais, seguindo as formalidades da escrituração contábil e avaliação patrimonial, porém, observando a terminologia usada nas entidades cooperativas, por exemplo, as entradas são identificadas como ingressos, enquanto que as saídas são denominadas como dispêndios. Nos atos não-cooperativos registra-se assim como nas empresas mercantis, receita, custos e despesas.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, o Balanço Patrimonial é uma exigência tanto nas Entidades Empresariais como nas Cooperativas. O Balanço Patrimonial é composto pelo Ativo, que representam os Bens e Direitos. No Passivo e no Patrimônio Líquido são registrados as origens dos recursos. A conta Lucros ou Prejuízos Acumulados será denominado de Sobras ou Perdas Ó disposição da Assembleia Geral.

Outra diferença de terminologia está na DRE (Demonstração do Resultado do Exercício), esta passará a ser chamada de Demonstração de Sobras ou Perdas, a qual deve:

Evidenciar, separadamente, a composição do resultado de determinado período, considerando os ingressos diminuídos dos dispêndios do ato cooperativo, e das receitas, custos e despesas do ato não-cooperativo, demonstrados segregadamente por produtos, serviços e atividades

desenvolvidas pela Entidade Cooperativa. (www.ocepar.org.br Acesso em 09/05/11 as 21:40)

Mais recentemente, Men (www.ocepar.org.br Acesso em 09/05/11 as 21:40) diz que o Conselho Federal de Contabilidade, publicou as resoluções nº 920 de 19/12/2001 e nº 944 de 30/08/2002, que tratam aspectos contábeis específicos para as cooperativas. Este tratamento específico acontece devido às diferenças entre cooperativas e entidades empresariais. As cooperativas são consideradas sociedade de pessoas, as empresariais de capital. Nas cooperativas, cada associado participa com um voto, independente da quantidade de cotas, nas empresariais a quantidade de cotas determina o peso do voto. Nas cooperativas as cotas não podem ser transferidas a terceiros, já nas sociedades empresariais não há restrição.

BREVE HISTÓRICO DO SISTEMA SICREDI

Com 120 Cooperativas de Crédito, 05 Cooperativas Centrais, 01 Confederação, 01 Banco Cooperativo e Empresas controladas, como a Administradora de Cartões, Administradora de Consórcios e Corretora de Seguros, além da SICREDI Participações S.A no Brasil, o Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI conta no ano de 2010 com cerca de 1,7 milhões de associados.

Esta organização sistêmica proporciona as cooperativas integrantes do SICREDI, o fortalecimento de sua marca, maior competitividade e ganhos de escala em todos os níveis, pois, estas empresas corporativas mencionadas têm a função principal de oferecer com a maior qualidade o apoio técnico e especializado ao negócio, que resultam em maior credibilidade e crescimento sustentável, com base na sua perpetuação.

Este sistema de crédito cooperativo iniciou-se Na América Latina no dia 28 de dezembro de 1902, na localidade de Linha Imperial, Município de Nova Petrópolis - Rio Grande do Sul, pelas mãos do padre suíço Theodor Amstad, mas somente em 1964 é que se confirma a utilização deste novo sistema no mercado financeiro com a implantação de sessenta e seis cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul.

E hoje, após 109 anos, a cooperativa de crédito SICREDI, já reconhecida em quase todos os estados brasileiros, busca atender ao máximo todas as necessidades dos seus associados, sendo uma alternativa as instituições financeiras convencionais, que além de prestar serviços de natureza bancária, possui forma e

natureza jurídica própria, com o principal objetivo de melhorar a qualidade de vida dos associados e da sociedade.

POLÍTICAS PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO NO SISTEMA SICREDI

Como instrumento de regulamentação para concessão de crédito aos associados o Sistema Sicredi conta com o Manual de Políticas de Crédito que orienta:

A Política de Crédito é primordial para nortear e embasar os procedimentos e operacionalidade de todo ciclo do crédito da organização. Este ciclo consiste num conjunto de atividades sequenciais, as quais se iniciam com as novas associações nas Cooperativas, passando pela concessão de um limite ou operação de crédito e depois pelo seu monitoramento e recebimento e, finalmente, pela cobrança extrajudicial ou judicial, que encerram e, ao mesmo tempo, reiniciam todo o processo. (Manual de Políticas de Crédito Sicredi)

Este Manual ainda traz a cultura do Sistema, uma vez sendo seu objetivo trazer organização econômica as comunidades em que está inserido e como instituição financeira, tem a responsabilidade de preservar os recursos que a ele são confiados. A gestão destes recursos deve trazer condições para o atendimento das demandas de seus associados por produtos de crédito, observando sua cultura que traz os seguintes preceitos:

- Concessão do crédito com base na capacidade de pagamento dos tomadores, não sendo realizadas operações exclusivamente baseadas na garantia ou na possibilidade de cobrança de altos spreads;
 - Concessão do crédito benéfica ao tomador, permitindo a esse realiza investimentos e melhorias ou satisfazer necessidades momentâneas;
 - Observação irrestrita das normas internas e as emanadas pelas autoridades reguladoras;
 - Observação incondicional da Política de Crédito do Sicredi;
 - Ações de acompanhamento e controle independentes e eficazes;
 - Crescimento sustentável das carteiras; e
 - Utilização adequada dos sistemas de informações
- (Manual de Políticas de Crédito Sicredi)

Diante destes preceitos pode-se observar que o Sistema Sicredi é conservador na análise e concessão de crédito, sendo que esta política obrigatoriamente deve ser observada em todas as filiais do Sistema, “as Políticas de Crédito do Sicredi estão em conformidade com as normas legais e regulamentares às quais as empresas integrantes ao Sistema Sicredi estão submetidas”.

As principais normas exigidas no Brasil são: Resolução 2.025/93; Lei 9.613, de 03 de março de 1998; Resolução 2.682/99; Resolução 2.697/00; Resolução

2.844/01; Resolução 3.258/05; Resolução 3.490/07; Circular 3.360/07; Resolução 3.442/07; Resolução 3.658/08; Resolução 3.721/09; Circular 3.461/09; Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009; Todas as Circulares e Cartas-Circulares relativas à Basiléia II. Todas estas e outros normativos emitidos por autoridades monetárias.

O processo de concessão de crédito deve ser embasado em critérios técnicos e contemplar a identificação dos aspectos favoráveis e desfavoráveis ao crédito pleiteado, detalhando adequadamente os riscos envolvidos e os mitigadores aplicáveis. (Manual de Políticas de Crédito Sicredi)

Como pode observar, para concessão de crédito é necessária toda uma análise embasada em critérios normativos que visam proporcionar ao Sistema e ao associado, segurança.

O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

As primeiras Cooperativas de Crédito nasceram na Alemanha, em 1846. No Brasil, a primeira surgiu no Rio Grande do Sul, em 28 de dezembro de 1902, no município de Petrópolis, por meio do trabalho do padre Jesuíta Teodoro Amstadt, que, percorrendo a região de colonização alemã daquele estado, levava junto com seu trabalho missionário a doutrina cooperativista baseada no modelo agrícola alemão.

A partir dessa iniciativa, o movimento de crédito rural tomou força e se expandiu por todo o país, com destaque para o estado gaúcho. Desde o seu surgimento, o cooperativismo de crédito tem revelado sua importância. “eficaz para o fortalecimento da economia, a democratização do crédito e a desconcentração da renda, resultando no desenvolvimento social da comunidade onde atua. Através do cooperativismo de crédito, o cooperado tem à disposição várias opções de poupança e, ao mesmo tempo, crédito de forma barata e simples.

O Cooperativismo de Crédito é utilizado nos países mais desenvolvidos do mundo, como alavanca para o crescimento econômico, atuando como instrumento de organização econômica da sociedade, bem como desenvolver programas de assistência financeira e de prestação de serviços aos cooperados. (SCHARDONG, 2002, p.21)

Como mostra Schardong, o cooperativismo de crédito tem cumprido com seus princípios, pois, de acordo com a necessidade de seus cooperados oferece adequado atendimento de crédito que auxiliam no desenvolvimento, crescimento e independência econômica dos mesmos.

Segundo ainda o referido autor as cooperativas de crédito estão se tornando agentes que solucionam os problemas que são comuns a um grupo de pessoas, conseguindo melhores resultados socioeconômicos em favor de todos.

Conforme Walmor Franke (1973, p.11), é essencial no conceito de cooperativa, que esta promova a defesa e a melhoria da situação econômica dos cooperados, quer obtendo para eles os mais baixos custos nos bens e serviços que necessitam, quer colocando, no mercado, a preços justos, os bens e serviços que produzem. (SCHARDONG, 2002, p. 83)

Schardong ainda relata que a Cooperativa de Crédito, enquanto espécie do gênero “cooperativa” objetiva promover a captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos cooperados, a administração das suas poupanças e a prestação dos serviços de natureza bancária por eles demandada.

Assim como Schardong relata, Menezes também afirma que a principal função do Cooperativismo de Crédito é captar recursos através de poupança, e devolver isto na sociedade oferecendo soluções financeiras a seus associados de forma com que eles possam se desenvolver economicamente.

À partir do compromisso da poupança individual, estará sendo realizada a solidariedade entre os membros da cooperativa: os que dispõem de mais capital colocam-no no caixa comum da cooperativa. O disposição dos que têm necessidade de financiamento. (MENEZES, 2004, p. 41)

Desta forma cooperativa, quem tem mais ajuda outro que necessita, o cooperativismo ganha espaço no mercado financeiro e traz o desenvolvimento econômico às pessoas da sociedade. Outro fator das cooperativas que auxiliam os seus associados a se desenvolverem economicamente é o fato de concederem um crédito diferenciado das demais instituições financeiras.

De acordo com Etgeto (www.maringamanagement.com.br Acesso em: 06/06/2011 as 09h34), existem várias vantagens das Cooperativas em relação aos bancos privados, dentre elas, destacam-se os juros mais baratos que o do mercado nos empréstimos; remuneração mais alta que o mercado nas aplicações financeiras; taxas de serviço a preço de custo; apropriação do lucro que seria do banqueiro por

ocasião da distribuição das sobras. Além também de oferecer o crédito de acordo com o que realmente o associado necessita, adequando a sua capacidade de pagamento.

Schardong (2002, p. 88) aborda sobre a distribuição das sobras aos associados, dizendo que o intuito das cooperativas é propiciar aos cooperados melhores condições para suas atividades particulares, mediante as operações e serviços, porém, esta não tem razão para lucrar a suas expensas. Como já mencionado anteriormente a Cooperativa quando apurado resultado positivo apresenta sobras e não lucro, como acontece com os Bancos.

Estas sobras devem ser distribuídas proporcionalmente a cada sócio no valor de operações e serviços realizados com a cooperativa, sendo que, de acordo com a lei 5.764/71, artigo 21, inciso IV, as Cooperativas devem estabelecer a forma de devolução das sobras registradas aos associados.

Esta é mais uma forma de garantir ao associado um crescimento patrimonial, pois, é medida que ele vai trabalhando com a cooperativa, vai aumentando seu rendimento no final do exercício.

A principal característica das Cooperativas que determina a função de instrumento de desenvolvimento das Cooperativas seria a distinção dos Bancos Comerciais. Através dos diversos aspectos que diferenciam um do outro é possível entender esta forma de atuação. Schardong aborda seis aspectos, sendo eles:

1º As sociedades cooperativas são sociedades de pessoas e não de capital, onde o poder de decisão está na participação dos sócios e não na detenção de quotas do capital social;

2º O objetivo das cooperativas é a prestação de serviços aos associados, independentemente de ser Pessoa Jurídica, ela não possui o objetivo de obter vantagens para si;

3º Os resultados são distribuídos entre os sócios de acordo com o volume de operações que realizam durante o exercício;

4º As relações entre o sócio e a cooperativa não se confunde com a de fornecedor e consumidor, pois, são caracterizadas como atos cooperativos que possuem tratamento legislativo diferenciado;

5º Sobre o resultado não incide Imposto de Renda ou Contribuição Social, esta incidência ocorre na pessoa física do associado.

Ainda sobre diferenças entre Cooperativas e Bancos o Programa de Formação Cooperativa “Crescer”, promovido pelo Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI traz uma tabela prática onde se pode visualizar com clareza as principais diferenças entre Sociedade Cooperativa e Sociedade de Capital:

Sociedade Cooperativa	Sociedade de Capital
Controle democrático: 1 pessoa = 1 voto	Controle exercido a partir da participação no capital
Sociedade de Pessoas	Sociedade de Capital
Quórum para Assembleia= número de associados	Quórum para Assembleia = capital representado
Objetivo: Estruturação de um empreendimento econômico coletivo	Objetivo: Exportação de uma atividade econômica com fins lucrativos.
É vedada a transparência de quotas para o atendimento das necessidades partes do capital subscrito ou próprias dos associados integralizado a terceiros.	Não é vedada a alienação ou transferência de capital a terceiros
Resultado distribuído proporcionalmente a direções e serviços	Resultado distribuído proporcionalmente ao capital integralizado
O capital é dividido quotas em partes iguais	O capital é dividido em ações (quanto mais ações mais participações no capital integralizado)
Capital variável	Capital Fixo
A utilização das operações e serviços oferecidos pela cooperativa e condição básica para ser sócio	A utilização das operações e serviços oferecidos pela empresa não é condição para ser sócio
área de admissão de associados limitada as possibilidades de reunião controle, operações e prestação de serviços.	área de atuação ilimitada

Quadro 1. Fonte: Programa de Formação Cooperativa “Crescer”, promovido pelo Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI, Percurso 1.

A Revista Gestão Cooperativa na edição Agosto/Setembro 2010 apresentou uma reportagem que trouxe o título: “Cooperativismo faz a diferença e promove o desenvolvimento”, esta reportagem mostra como as cooperativas auxiliaram no desenvolvimento de três municípios do estado de Mato Grosso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso.

Uma das regiões mais produtivas de Mato Grosso promete ser, também, um dos principais polos do agronegócio no estado dentro de mais alguns anos. Nesta edição, a revista Gestão Cooperativa mostra Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, três cidades que estão bem no meio desse surto de

desenvolvimento e na alça de mira de grandes investidores. Três exemplos da força do cooperativismo e de como é possível mudar a história de um lugar, com a união das pessoas que o constroem. (Revista Gestão Cooperativa Ano 13 nº 46, p. 15)

Como mencionado na Revista o Cooperativismo auxiliou no processo de desenvolvimento destes municípios, considerando os aspectos de inclusão social proporcionado pelas cooperativas. É pessoas que outrora estavam as margens da sociedade. Este fenômeno pode ser traduzido em desenvolvimento local.

Para definir o conceito de desenvolvimento local, Frantz (2003, p. 07) utiliza o autor Sergio C. Buarque (2002, p.25), que define desenvolvimento local “como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.” Sobretudo pode-se definir por desenvolvimento local como sendo a melhoria das condições de vida, em todos os aspectos, de uma sociedade.

O autor ainda traz a relação entre desenvolvimento local, associativismo e cooperação. O desenvolvimento local tem como objetivo a direção para o melhor, o associativismo é a relação entre indivíduos com interesses comuns no sentido de uma melhor qualidade de vida. Desta forma, Frantz define que “indivíduos se associam em função de interesses comuns que podem desencadear ações de cooperação com reflexo no desenvolvimento local”.

Como define o autor, este desenvolvimento local é possível pelo cooperativismo, devido à preocupação além do lado econômico, como também do social.

Organizações cooperativas são fenômenos que nascem da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento pela instrumentalização, com vistas a objetivos e resultados, normalmente de ordem econômica. [...] No entanto, contêm elementos sociais, culturais e políticos, incorporados ao seu sentido econômico. Destes elementos decorre uma natureza local que permite reconhecer uma relação entre organização e o funcionamento de uma cooperativa e o processo de desenvolvimento local. (FRANTZ, 2003, p. 17 e 18)

A prática cooperativa que envolve o social e o econômico expressa a importância das organizações cooperativas no desenvolvimento local, pois, além de estabilidade financeira e fortalecimento de sua vida econômica, o ser humano busca o relacionamento, convívio, enfim a vida em sociedade.

A organização cooperativa, ao tirar o indivíduo de seu mundo particular, relacionando-o com os outros, pelos laços sociais da cooperação,

construindo espaços coletivos, desperta a responsabilidade social e a de seus espaços de vida. A organização cooperativa tem esse sentido da construção do coletivo que lhe advém da natureza associativa. (FRANTZ, 2003, p. 45)

Desta forma pode-se compreender que a organização cooperativa pode ser um caminho expressivo para se promover o desenvolvimento de uma região, ou até mesmo de um país como afirma Benecke, “nos países em desenvolvimento, estabelecer e expandir as cooperativas deveria ser considerado um dos fatores mais importantes do desenvolvimento econômico, social e cultural, assim como da promoção humana”. (p. 78) O autor ainda afirma que “sem crescimento econômico não se poderá dinamizar a sociedade, e sem sociedade dinâmica é pouco provável uma aceleração considerável do crescimento”. (p. 135)

Considerando que o desenvolvimento econômico está diretamente ligado ao desenvolvido do indivíduo na sociedade, quebrar as barreiras de desigualdade social é um passo extremamente importante para o início deste processo. Benecke trata de um dos fatores de desigualdade social que é a concentrada distribuição de renda. Ele diz que “no campo econômico espera-se que as cooperativas superem o dualismo através de influência sobre a distribuição de renda, a criação ou manutenção de uma estrutura econômica pluralista e superação do desprovemento”. (p. 134 e 135)

Em 2011, foi emitido o Relatório de Gestão da OCB (Organização das Cooperativas Brasileira), referente ao exercício de 2010, onde o presidente, Sr. Márcio Lopes de Freitas afirmou:

Diante do cenário econômico-social atual, o cooperativismo produz resultados e contribui diretamente para uma melhor distribuição de renda e para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Exercendo papel fundamental, o setor vem amadurecendo seus frutos e multiplicando suas colheitas, consolidando, assim, sua participação na economia e no crescimento do País.

Mas, para entender melhor, na prática, como a cooperativa auxilia no desenvolvimento e crescimento econômico das pessoas? Ainda segundo o autor Benecke:

O aumento da renda, possibilitado pelo efeito de racionalização e/ou de concorrência, pode tornar-se efetivo para os associados a curto prazo, se as vantagens de custos e preços, alcançadas pela cooperação, se transferirem diretamente da cooperativa aos associados. Se a cooperativa oferece seus serviços em condições normais de mercado, sem transferir imediatamente as vantagens de custos alcançadas, produz-se um excedente. Se este é

repartido no término do período contábil , pode-se falar em aumento da renda a médio prazo. Maior renda a longo prazo poderá ser alcançada finalmente, se os excedentes não forem repartidos. Esta formação de reservas tem o propósito de consolidar a cooperativa e/ou tornar possível sua expansão, possibilitando um incremento mais tangível da renda no futuro. (BENECKE, 1980, p. 120 e 121)

O Jornal A Gazeta de Cuiabá-MT trouxe em 13 de agosto de 2011, uma reportagem com o seguinte título “Cooperativismo é crescente”, a jornalista Silvana Bazani trouxe informações importantes sobre os índices de crescimento do Cooperativismo no estado:

Nos últimos 20 anos, o total de cooperados cresceu 1.279% no Estado, saltando de 17,511 mil em 1989 para 223,318 mil este ano. Número de cooperativas aumentou 236% no mesmo período, evoluindo de 75 para 177, distribuídas em 10 segmentos, conforme dados da Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Mato Grosso. (OCB)

De acordo com a escritora este crescimento auxiliou no desenvolvimento da população porque acarretou na geração de empregos, passando de 2,467 mil funcionários para 6,9 mil este ano.

Na reportagem, que foi extraída dos dados apresentados no Encontro de Governança cooperativa, no dia 12 de agosto de 2011 em Cuiabá-MT, ela ainda trouxe dados de alguns presidentes, o senhor João Spenthof, presidente da Central Sicredi, disse que houve expansão do Sicredi em Mato Grosso de 6 pontos de atendimento em 1989 para 125 este ano, e que a previsão de distribuição de sobras aos associados representa o montante de R\$ 95 milhões.

METODOLOGIA

Diante do estudo realizado na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Cerrado no município de Juscimeira - MT. Na tentativa de melhor compreender a relação entre o cooperativismo de crédito e o desenvolvimento econômico e social, foi utilizado leituras e fichamentos de textos importantes para o trabalho.

Essas leituras favoreceram a compreensão do objeto de investigação, pois se propôs a fazer a análise sobre a importância do acesso ao crédito através da cooperativa e sua influência na economia local.

Utilizando também a abordagem da investigação estudo de caso, que

Designam um método da abordagem de investigação em ciências sociais simples ou aplicadas. Consiste na utilização de um ou mais métodos qualitativos de recolha de informação e não segue uma linha rígida de investigação. Caracteriza-se por descrever um evento ou caso de uma forma longitudinal. O caso consiste geralmente no estudo aprofundado de uma unidade individual, tal como: uma pessoa, um grupo de pessoas, **uma instituição**, um evento cultural, etc. Quanto ao tipo de casos estudo, estes podem ser exploratórios, descritivos, ou explanatórios (Yin, 1993).

Caracteriza-se, ainda, como uma pesquisa descritiva, pois, segundo Gil (2002, P.87) pesquisa descritiva é aquela que visa descrever as características de determinado objeto de estudo, estabelecendo relações entre as variáveis, através de técnicas padronizadas de coletas de dados.

Caracteriza-se ainda como pesquisa Bibliográfica destacando e expondo o trabalho de autores relacionados ao tema pesquisado.

Para a coleta de dados, foi utilizada a Pesquisa Documental sobre as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito do Vale do São Lourenço, para GIL (2002, P.58) a pesquisa documental é aquela elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico.

A demonstração dos resultados foi feita através de análise quantitativa, o que para GIL (2002, P.60) significa traduzir em números informações para classificá-las e analisá-las. A abordagem utilizada foi a Dedutiva, para assim entender qual é a influência do cooperativismo de crédito na sociedade.

Análises Contábeis

Segundo Ribeiro (1999, p. 116), “processos de análise são técnicas utilizadas pelos analistas de Balanços para obtenção de conclusões acerca da situação econômica e financeira da entidade”. A análise propriamente dita “consiste em exame minucioso, abrangendo cada uma das contas que compõem a demonstração financeira objeto de análise”.

De acordo com a www.wikipédia.com.br (Acesso em 21/09/2011 as 17:45) “análise das demonstrações contábeis consiste em uma técnica que realiza a decomposição, comparação e interpretação dos demonstrativos da empresa”, ou seja, é um exame dos números da empresa com o fim de transformar os dados em informações úteis que auxiliem os gestores em suas tomadas de decisão.

Logo a Análise Financeira, também para a www.wikipédia.com.br (Acesso em 21/09/2011 as 17:45) “refere-se à avaliação ou estudo da viabilidade, estabilidade e lucratividade de um negócio ou projeto. Engloba um conjunto de instrumentos e métodos que permitem realizar diagnósticos sobre a situação financeira de uma empresa, assim como prognósticos sobre o seu desempenho futuro”.

Sobre a análise horizontal, o professor mestre Santos (contador.nacumbuca.com Acesso em: 10/10/2011 as 10h52), define que “a análise horizontal consiste na comparação entre valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes períodos”. Ele ainda define a finalidade da análise horizontal:

A finalidade da análise horizontal é elucidar as variações de cada conta ou grupo de conta dos balanços e demonstrações de Resultados, bem como de outros demonstrativos, através dos exercícios sociais, com o objetivo de identificar tendências. (contador. nacumbuca.com Acesso em: 10/10/2011 as 10h52)

O professor Oliveira (nelsonco1.sites.uol.com.br Acesso em: 15/10/2011 as 17h40) define que o estudo técnico de análise de balanço é um dificultoso processo, porém de fundamental importância.

A análise de balanço é de fato um poderoso instrumento de pesquisa que permite aquilatar a saúde econômico -financeira da empresa, no passado e no presente, e ensina a projeção desse resultado para o futuro; possibilita o conhecimento objetivo dos efeitos da administração realizada pelos gerentes e permite mensurar o volume dos recursos livres ou patrimônio líquido. (nelsonco1.sites.uol.com.br Acesso em: 15/10/2011 as 17h40)

O professor Zorzo (www.claudiozorzo.com Acesso em 16/10/2011 as 19:30) define a análise de quocientes “o processo de análise mais utilizado porque oferece uma visão global da situação econômica/financeira da empresa. São índices extraídos das demonstrações contábeis numa mesma época para que se possa comparar o resultado da empresa com os índices das concorrentes.”

Ribeiro (2005, p. 116) também trata a análise de quocientes como sendo “o estudo comparativo entre grupos de elementos das demonstrações financeiras por meio de índices, objetivando o conhecimento da relação entre cada um dos grupos do conjunto”.

ANÁLISE DOS DADOS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS VALE DO CERRADO – UA JUSCIMEIRA

1. Volume de operações de crédito

As informações sobre o volume de operações de crédito foram extraídas do Sistema SIAC Relatórios, onde foi gerado um relatório contendo o valor total de operações nos períodos de 01/01/2008 a 31/12/2008, 01/01/2009 a 31/12/2009 e 01/01/2010 a 31/12/2010.

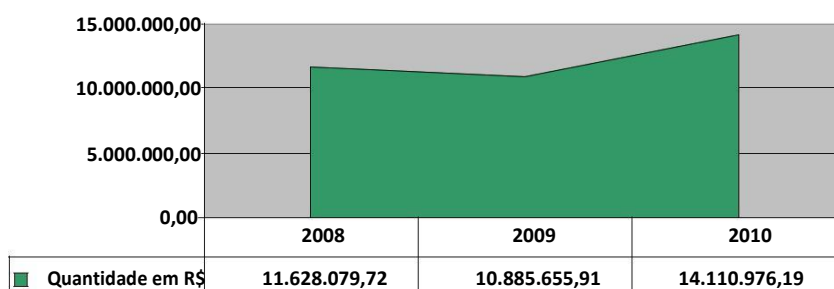


Gráfico 1 – Volume de Operações de Crédito
 Fonte: Sistema SIAC - Relatórios
 Autor: A autora

Através destas informações, observa-se que no período de 2009 houve uma diminuição no volume de operações, este fator pode se caracterizar como uma consequência da crise no setor sucroalcooleiro que a região do Vale do São Lourenço enfrentou.

A região sofreu financeiramente quando as Usinas que trabalham com cana-de-açúcar passaram por problemas financeiros, por se tratar de uma região onde não há diversidade das culturas, o que a torna dependente do bom funcionamento das Usinas sucroalcooleiras.

Após superado a crise, em 2010 o volume de operações de crédito volta a crescer, e este aumento torna-se considerável se comparado aos outros anos, pois, houve uma evolução de aproximadamente 3 milhões de reais se comparado com o ano de 2008, o que representa um aumento de 21,35% em 2 anos.

3. Volume de inadimplência geral no período

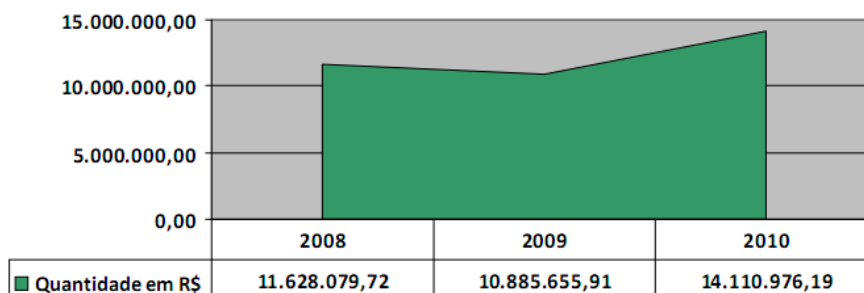


Gráfico 1 – Volume de Operações de Crédito
 Fonte: Sistema SIAC - Relatórios
 Autor: A autora

O Sicredi, na gestão de sua carteira de crédito, considera como atraso todas as operações de crédito contratadas por associados e não liquidadas nos seus respectivos vencimentos. Para efeito de avaliação do portfólio e divulgação, o Sicredi considera inadimplência os valores vencidos e não pagos a partir do 15º (décimo quinto) dia da data pactuada. (Manual de Políticas de Crédito do Sicredi)

De acordo com o manual de Políticas de Crédito do Sicredi para efeito de avaliação é considerado a inadimplência de títulos vencidos e não pagos a partir de 15 dias. Sendo assim, os dados do gráfico acima foram calculados da seguinte maneira:

Foram extraídos do Sistema Analyser as porcentagens mensais da inadimplência geral, conceito restrito, de cada período. Esta porcentagem foi somada e dividida por 12 (total de meses em cada período). Depois, o valor resultante foi calculado em cima do saldo total da carteira de crédito. Exemplo:

Ano 2008:

Ind Inadimplência Geral > 14 dias CR (Conceito Restrito)	$5,87+5,48+5,57+1,08+1,20+0,78+0,52+0,30+0,14+0,25+2,08+2,06$ $= 25,33 / 12 = 2,11\%$
--	--

Volume da Carteira de Crédito = R\$ 11.628.079,72 x 2,11% = R\$ 245.352,48

Como é observado, na base do cálculo acima existe uma definição CR (Conceito Restrito), que é o conceito utilizado para cálculo da inadimplência. Pois, na realidade existem dois tipos de conceitos, o amplo e o restrito, sendo que o conceito amplo de inadimplência considera o valor total do título que está inadimplente, independente se o que está em atraso seja apenas uma parcela do título.

Exemplo:

Valor total do título = R\$ 20.000,00 Número de parcelas = 20

Valor das parcelas = R\$ 1.000,00

Supondo que o associado esteja apenas com 1 parcela em atraso, deste título com 20 parcelas, no conceito amplo de inadimplência, considera-se o valor nominal do título, ou seja, a inadimplência do associado será de R\$ 20.000,00.

No conceito restrito é considerado apenas o valor que realmente está em atraso. Utilizando o mesmo exemplo acima, no conceito restrito, a inadimplência do associado seria de R\$ 1.000,00.

Desta forma, para que o cálculo seja preciso e as informações corretas, utiliza-se do conceito restrito para que a inadimplência seja medida de forma eficaz.

3. Comparativo do volume de inadimplência

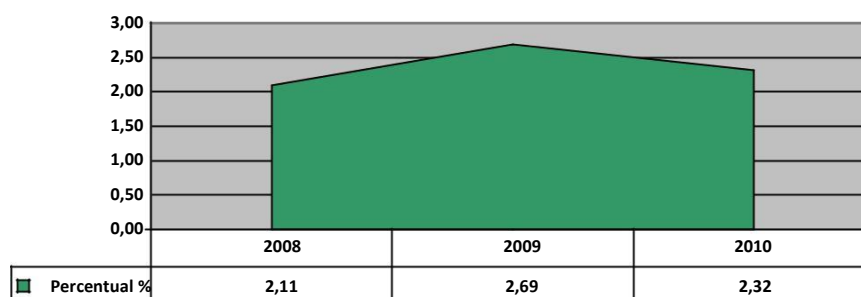


Gráfico 3 - Comparativo do Volume de Inadimplência usa
 Autor: A autora

Observa-se que o cálculo utilizado neste quadro comparativo foi o valor total de inadimplência do período dividido pelo volume total da carteira de crédito vezes 100, para se chegar na porcentagem. Exemplo:

Ano 2008:

Volume total da inadimplência = $\frac{245.352,48}{11.628.079,72} \times 100 = 2,11\%$ Volume de operações = 11.628.079,72

Através deste quadro observamos que no ano de 2009 houve um aumento no volume de inadimplência em relação aos outros anos. O ano de 2009 apresentou um menor volume de operações de crédito, porém, apresentou um maior índice de inadimplência, gerada consequente da crise financeira que afetou a região.

4. Volume do Capital Social

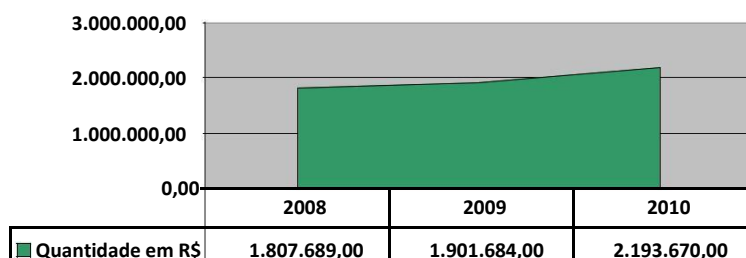


Gráfico 4 - Volume do Capital Social

Fonte: Analyser

Autor: A autora

O Capital Social da Cooperativa é composto pelas quotas-partes dos associados, sendo assim, podemos definir alguns fatores que levaram a este aumento do capital social:

- Confiança na cooperativa, por isso mais investimento; - Ingresso de novos associados;
- Distribuição das Sobras.

Na realidade a junção destes fatores resultou no aumento do capital social da cooperativa, pois, houve investimento dos associados antigos, houve ingresso de novos e também a distribuição das sobras, pois, nos três anos relatados a cooperativa obteve resultados positivos no fim do período.

Estas sobras representam o retorno aos associados do valor investido, é o resultado dos ingressos menos todos os gastos e despesas, subtraindo também os fundos obrigatórios. Estas sobras são distribuídas proporcionalmente a cada sócio no valor de operações e serviços realizados com a cooperativa.

Conforme relatado acima, a cooperativa obteve Sobras nos 03 períodos analisados, 2008, 2009 e 2010. Segue abaixo gráfico que demonstra a evolução das Sobras da Cooperativa, os dados apresentados são da Cooperativa em Geral, ou seja, resultado de todas as Unidades juntas, não só da UA Juscimeira.

5. Sobras – Cooperativa Vale do Cerrado

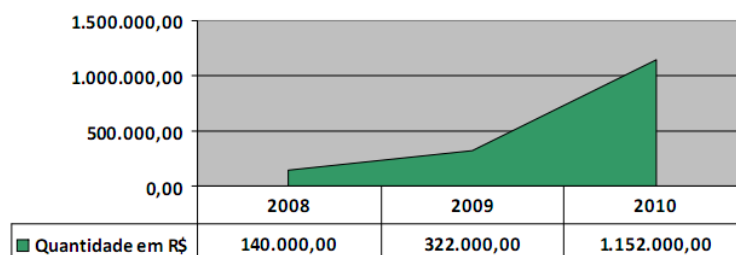


Gráfico 5 - Sobras – Cooperativa Vale do Cerrado

Fonte: Relatório Anual 2009 e 2010

Autor: A autora

Observamos que no ano de 2010 o valor das sobras foi mais expressivo que os outros anos. Isso ocorreu devido à incorporação das duas cooperativas “Cerrado” e “Vale do São Lourenço”. Este resultado mostrou que realmente a união das cooperativas foi um passo importante para melhoria dos números e consequentemente mais desenvolvimento financeiro aos associados.

Através da análise destes dados observamos que a cooperativa proporcionou em um valor considerável crédito aos seus associados com o fim de custear a realização das suas atividades, sendo que como citado acima nas cooperativas às taxas de juros são menores do que nos Bancos o que proporciona mais facilidade no pagamento.

Observamos também que o volume de inadimplência é pequeno se comparado com o volume de crédito emprestado, desta forma concluímos que o associado possui compromisso com a cooperativa e entende seu papel como sócio, pois, procura manter um relacionamento recíproco de confiança e portas abertas.

Uma vez que o associado entende seu papel como sócio ele também busca investir em sua cooperativa, logo observamos o volume do capital social que gradativamente foi aumentando ano a ano.

No último gráfico observamos a distribuição de sobras aos associados que é a prova máxima de que a cooperativa realmente existe em função de todos os seus sócios, pois, todo o resultado de sua atividade é dividido proporcionalmente a cada um de acordo com suas movimentações, quanto mais se usa da cooperativa mais retorno se tem dela.

Estes dados revelam que a cooperativa no município de Juscimeira realmente vem colaborando para o desenvolvimento social e econômico de seus associados. Social, pois proporciona uma vida em sociedade por parte de seus associados, é preciso que eles participem da cooperativa, sejam ativos, indo às reuniões, visitando a cooperativa, buscando relacionar-se com os outros sócios da

cooperativa, pois, afinal de contas, o sucesso da cooperativa representa o sucesso de todos.

O desenvolvimento econômico os próprios gráficos mostram, o acesso a crédito quando necessário, o capital investido que pertence ao associado, mas que de acordo com que a cooperativa cresce, ele também aumenta, sendo este aumento representado também pelas sobras o que proporciona mais agregação de renda aos sócios da cooperativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa podemos compreender que o cooperativismo auxiliou no desenvolvimento social e econômico de Juscimeira, através de um fator principal, o acesso ao crédito, que proporcionou aos associados mais recursos para financiar suas atividades, e assim estar melhorando a qualidade dos produtos e dos serviços prestados, sejam produtor rural ou uma empresa.

Estes dados também revelam o desenvolvimento social, pois, a cooperativa proporciona uma vida em sociedade para seus associados, é preciso que eles participem da cooperativa, o investimento no capital social é uma forma de participar, investir na cooperativa, os dados indicam uma evolução no capital social, mostrando que os associados estão investindo na cooperativa, só investe que realmente acredita no negócio, os associados entenderam que o sucesso da cooperativa representa o sucesso de todos.

Através de seu pensamento solidário, participativo e buscando sempre a igualdade, o cooperativismo conseguiu conquistar seu espaço dentro da sociedade, a intenção de unir forças para realizar o trabalho e assim proporcionar as pessoas a participação, o cooperativismo abrange a ideia de desenvolvimento econômico sustentável, e este é o objetivo almejado, e este foi o objetivo conquistado, pois a cooperativa aumentou se firmou e hoje é referência no mercado financeiro do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento**; o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre, Coojornal; Recife, Assocene, dezembro de 1980.

BOESCHE, Leonardo. **Fidelidade Cooperativa** – Uma Abordagem Prática. Curitiba: OCEPAR/SESCOOP, 2005.

FIGUEIREDO, Ronise de Magalhães. **Dicionário Prático de Cooperativismo**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

FRANTZ, Walter. **Caminhos para o desenvolvimento pelo Cooperativismo**. Ijuí - RS, Ed. Unijuí, 2003.

MENEZES, Antonio. **Cooperativa de Crédito: o que é e quais seus benefícios** – Stilo: Brasília, 2004.

NETO, Sigismundo Bialoskorski. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Cooperativismo brasileiro: uma história**. Ribeirão Preto: Br Comunicação e Marketing, 2004.

O CATAVENTO. Ano 01 - 1ªed. Jaciara: Grafivale, fevereiro de 2007.

O CATAVENTO. **Informativo Especial Sicredi MT, PA e RO – 20 anos**. Equipe de Comunicação Social da Central Sicredi MT, PA e RO, novembro de 2009.

QUEIROZ, Carlos Alberto Ramos Soares de. **Manual da Cooperativa de Serviços e Trabalho**. 6.ed. São Paulo: STS, 2000.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de Crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. Porto Alegre: Rigil, 2002

www.maringamanagement.com.br Acesso em: 06/06/2011 as 09h34.

www.portaldecontabilidade.com.br Acesso em: 06/09/2011 as 10h12.

contador.nacumbuca.com Acesso em: 10/10/2011 as 10h52.

nelsonco1.sites.uol.com.br Acesso em: 15/10/2011 as 17h40.

www.sicredi.com.br Acesso em: 06/11/2010 as 08h45.

www.target.blogspot.com Acesso em: 26/11/2010 as 17h32.

www.crediprodesp.com.br Acesso em: 12/11/2010 as 09h40.

www.wikipédia.com.br Acesso em 21/09/2011 as 17:45.

www.bcb.gov.br Acesso em 15/09/2011 as 19:34.

www.ufsm.br/revistacontabeis Acesso em 09/05/11 as 21:37.

www.ocepar.org.br Acesso em 09/05/11 as 21:40.

www.claudiozorzo.com Acesso em 16/10/2011 as 19:30.

VALOR JUSTO APLICADO AOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS POR BANCOS PÚBLICOS HABILITADOS PARA ATUAR NO MERCADO DE CÂMBIO: A REALIDADE BRASILEIRA

Amauri Gonçalves De Oliveira¹

RESUMO

Com a expansão do mercado de capitais as informações fornecidas aos usuários externos passaram a exigir um maior rigor na clareza e transparência das demonstrações financeiras. A ocorrência deste fato está ligado no fornecimento de subsídios mais seguros aos usuários da informação contábil para a tomada de decisão por parte dos *shareholders* e *stakeholders*. Neste aspecto a contabilidade adotou o valor justo. Porém, a adoção do valor justo pode representar um viés no momento da avaliação que pode impactar na confiabilidade da informação. Assim, o presente artigo busca verificar se há semelhança nos valores praticados pelos bancos públicos habilitados a operar no mercado de câmbio dos instrumentos financeiros derivativos no período de 2010 e 2011. Os dados de análise serão dos bancos públicos para a análise dos valores justos praticados. O presente estudo viabilizou observar que apenas dois bancos declararam explicitamente a adoção do valor justo para os instrumentos financeiros derivativos em consonância ao que é preterido pelo *International Accounting Standard* (IAS) 39, porém não há variação dos valores dos derivativos algo não esperado na construção da presente pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Instrumentos financeiros derivativos. Bancos públicos. IAS 39.

INTRODUÇÃO

A reforma das Normas Internacionais de Reporte Financeiro (IFRS) introduzida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) trouxe impactos nas demonstrações Contábeis, uma dessas mudanças está relacionada com a aplicação do valor contábil justo, o que levou a uma mudança de foco dos fatos Contábeis que outrora era baseada em fatos verificáveis para um foco em estimativas Contábeis. Esta reforma criou um desafio epistemológico para auditores externos independentes, para os gestores e conselhos de administração, no momento de verificar, atestar e certificar as demonstrações financeiras. Esta ação tornou-se mais arriscada agora, a concluir que as demonstrações financeiras devem estar livres de distorções relevantes.

¹ Mestrando em Ciências Contábeis – FECAP/SP. Especialista em Matemática – UFMT/ROO. Bacharel em Ciências Contábeis UFMT/ROO. Atualmente, é docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: amaurigo.oliveira@bol.com.br.

Esta preocupação relatada acima acontece em consequência que o valor justo na sua essência envolve ativos e passivos declarados nos relatórios do Balanço Patrimonial e que mudam os valores de entrada para um valor justo obtido com ganhos e perdas da renda no decorrer do período. E, esta mudança nos valores ocorre com base nos preços de mercado, utilizado para determinar o valor justo contábil (LAUX; LEUZ, 2010).

No entanto, o que pode ser o valor justo para alguns participantes do mercado não é o mesmo para os outros. Isto fica notário nas palavras de Weil (2011), pois destaca que “a última vez em que o mundo viveu uma enorme crise bancária, as regras de contabilidade baseadas em valor justo estavam perto do topo na lista de bodes expiatórios mais prováveis de serem denunciados por governos e líderes do setor bancário”.

Nesta seara, os bancos como principais agentes de financiamento nos países *code-law*, poderiam estar utilizando os instrumentos financeiros derivativos para realizar *hedge* (proteção) ou para gerenciar riscos ou mesmo para especular (AMARAL, 2003), contribuindo para este processo com adoção do valor justo para esses títulos.

Diante deste cenário, se pretendeu neste trabalho descrever os critérios de valor justo de ativos, em particular, dos instrumentos financeiros derivativos identificando os bancos públicos que adotam o valor justo para a avaliação dos instrumentos financeiros derivativos, valendo-se para isso das notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras dos exercícios de 2010 e 2011 para identificar a similaridade entre os valores justos aplicados pelos bancos públicos que estão aptos a atuar no mercado de câmbio.

CONTABILIDADE DE CUSTO HISTÓRICO VERSUS A CONTABILIDADE A VALOR JUSTO

A contabilidade a valor justo mudou a profissão contábil afastando do antigo cenário que buscava objetividade, confiabilidade e verificabilidade, que foram garantidos no passado pela contabilidade do custo histórico. Por outro lado, a contabilidade a valor justo proporciona aos usuários das demonstrações financeiras informações mais relevantes do que a contabilidade de custo histórico. No entanto, também envolve julgamento o que pode deteriorar a representação fiel porque não

importa o quão relevante, se a informação não representa totalmente o fenômeno econômico apropriado, é inútil, que é difícil de justificar dada a falta de um mercado ativo.

Como, as empresas no Brasil, não divulgam claramente como foram contabilizados os seus instrumentos financeiros derivativos, esta prática não facilita a comparabilidade que é uma característica qualitativa de contabilidade que ajuda os usuários a ver semelhanças e diferenças entre os eventos sob as mesmas condições. Comparabilidade implica que as informações Contábeis devem ser comparáveis entre diferentes empresas e em diferentes períodos, para que os investidores e credores sejam capazes de comparar as informações entre as empresas para tomar suas decisões (CPC-00, 2011).

VALOR JUSTO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O valor justo sobre instrumentos financeiros foi introduzido pelo FASB, SFAS 105 que é o primeiro projeto para regulamentação e divulgação das informações financeiras que se utiliza do método de mensuração a valor justo, sendo que grande parte das publicações acadêmicas sobre o assunto datam de 1996 em diante (MARQUES, et al., 2012). Já, no Brasil, foi introduzida após a publicação da lei nº 11.638/2007 e ajustada com os pronunciamentos Contábeis CPC 38, 39 e 40 em 2009, que proporcionaram que a realidade contábil brasileira contemplasse as partes importantes e relevantes das normas internacionais (COSTA, 2010).

A classificação de instrumentos financeiros ao justo valor é determinada por referência ' fonte de insumos que são utilizados para estimar o valor justo (DAR“S e BORBA, 2005). Esta classificação orienta contabilistas sobre a seleção dos métodos adequados de estimação de valor justo, sendo fornecida pela IFRS 7. Esta classificação dos insumos disponível nesta norma auxilia os usuários das demonstrações financeiras para avaliar a confiabilidade e observação do mercado para a confecção das estimativas de valor justo evidenciadas nas demonstrações financeiras. No entanto, requer julgamento profissional na sua implementação. Como resultado, a comparabilidade das demonstrações financeiras elaboradas pelas entidades diferentes dentro do mesmo setor pode ser diminuída.

Assim, valor justo contábil não é mais do que uma forma de mensurar os ativos e passivos que viabilizam uma retratação equilibrada da situação patrimonial.

O *Financial Accounting Standard* (FAS) 157 define valor justo como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação normal entre os participantes do mercado na data da mensuração (LAUX; LEUZ, 2009).

No Brasil, o procedimento de estimativa de valor de mercado dos títulos para fins de contabilização, avaliação e divulgação de informações sobre instrumentos financeiros e de gestão da carteira de títulos e valores mobiliários na organização é regulado pelo Banco Central (BACEN) e orientado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis com os pronunciamentos 08, 14 e 38 que versam sobre a *International Accounting Standard* (IAS) 39 (OLIVEIRA; LEMES, 2011).

CASO DE ESTUDO

Neste estudo foram analisados os bancos públicos habilitados pelo BACEN em setembro de 2012 para atuar no mercado de câmbio, sendo: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia (BASA), Banco de Brasília (BRB), Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), Banco do Estado do Pará (BANPARA) e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Para a consecução do presente objetivo foi feita uma revisão de todas as demonstrações financeiras e suas notas explicativas destes 10 bancos públicos dos períodos anuais de 2010 e 2011, e revelou que apenas 2 bancos divulgam os seus instrumentos financeiros derivativos a valor justo de forma explícita, conforme relatado cada caso abaixo.

Bancos	Valor Justo	Valor de mercado
BB		São avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base

		em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.
CEF	Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de <i>hedge</i> estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação. Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado ' operação de captação ou	
	aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN n' 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo. [...] a carteira de títulos para negociação e os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo com reflexo no resultado.	
BNDES	Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente	

	mensurados pelo valor justo no final de cada exercício. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.	
BANRISUL		Os instrumentos financeiros derivativos contratados associados a outras operações de aplicação de recursos estão avaliados pelos valores das receitas e despesas incorridas de acordo com regime de competência, em contrapartida do Resultado do Exercício.
BNB		A atuação do Banco do Nordeste no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário. As operações de "swap" são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as
		taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.
BASA		O Banco tem como política de investimento não atuar no mercado de derivativos e a sua exposição atual detém 72% do valor a mercado dos ativos da carteira alocados em títulos públicos indexados à SELIC e papéis privados indexados ao CDI, não havendo, portanto, mudança significativa de cenário senão as decorrentes da volatilidade do mercado.
BRB		Os instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), quando aplicável, são classificados de acordo com a

		intenção da Administração na data do início da operação, podendo ser utilizados para proteção contra riscos <i>hedge</i> ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de <i>hedge</i> contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo BRB não possuía operações com derivativos.
BANESTES		São registrados, na data de aquisição, de acordo com a intenção da Administração [...] conforme Circular n° 3.082 [...]. Os derivativos que não atendem aos critérios de classificação do referido normativo para <i>hedge</i> são
		registrados pelo valor de mercado [...]. As operações com instrumentos financeiros e derivativos efetuados em negociação associada ' operação de captação de recursos [...] não são ajustadas a mercado ...
BANPARA		São registrados, na data de aquisição, de acordo com a intenção da Administração [...] conforme Circular n° 3.082 [...]. As operações com instrumentos financeiros e derivativos efetuados em negociação associada ' operação de captação de recursos [...] não são ajustadas a mercado ...
BDMG	A Instituição não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2010 e 2009.	

Fonte: Dados da pesquisa

QUADRO 1 – Avaliação dos instrumentos financeiros derivativos pelos bancos públicos habilitados para atuar no mercado de câmbio

Diante do quadro é possível se observar que apenas dois bancos reconheceram que seus ativos/passivos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo e que nos demais casos ou são mensurados/ajustados de acordo com o mercado. Assim, ao avaliar os bancos com a mesma característica não se pode afirmar que há mercado ativo para a utilização de marcação a mercado. Assim, é perceptível que se for pela característica comum utilizado como o alvo deste estudo, seria melhor que todos adotassem o valor justo, de repente com base em outros indexadores.

Neste caso, destaca-se abaixo como foram divulgados os instrumentos financeiros derivativos na demonstração dos dois bancos nos anos de 2010 e 2011.

	Caixa Econômica Federal		Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	
	2010	2011	2010	2011
Futuro			833	17.443
Swap	1	-	-	10
Opções			271.249	572.752

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 1 – Informações extraídas das notas explicativas

Diante da constatação das notas explicativas dos bancos se constatou que não há diferenciação dos valores adotados pelos bancos e, portanto, nada se pode inferir sobre o porquê desta dissociação de informações.

CONCLUSÃO

A contabilidade que por muito tempo foi uma profissão muito conservadora, onde cada pedaço de informação podia ser verificada por referência a documentos comprovativos originais. Devido a uma recente mudança de custo histórico para a contabilidade de valor justo, a relevância das informações Contábeis tornou-se mais importante do que a sua confiabilidade. Este fato criou desafios para os gestores tornando mais arriscado afirmar que as demonstrações financeiras que as entidades declarantes estão livres de distorções.

Este desafio foi ilustrado com o exemplo do setor bancário do Brasil um país com economia de mercado em desenvolvimento. Ao levantar preocupações que, devido a anomalias financeiras na classificação dos ativos, têm impacto sobre a escolha dos métodos de estimativa de valor justo, nem a exatidão (veracidade) das estimativas Contábeis do valor justo, nem a ausência de distorções financeiras não intencionais. Assim, a questão fundamental é saber se essas demonstrações são suficientemente o bastante para apresentar a situação financeira da entidade empresarial, especialmente quando é uma entidade que está em um país com mercado não suficientemente ativo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. A. L. V. **Derivativos**: o que são e a evolução quanto ao aspecto contábil. Revista contabilidade e finanças, São Paulo, v. 14, n. 32, ago. 2003.

COMIT, DE PRONUNCIAMENTOSCONTÁBEIS. **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC-00)**. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – The Conceptual Framework for Financial Reporting (IASB – BV 2011 Blue Book). Brasília, dez. 2011.

COSTA, J. A. M. **Evidencio contábil dos instrumentos financeiros derivativos no Brasil – uma análise comparativa SEC X CVM após os efeitos da Lei 11.638/07 e do CPC 14**. 2010. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Faculdade de Economia e Finanças IBMEC, Rio de Janeiro, 2010.

DAR“S, L. L.; BORBA, J. A. Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações Contábeis : uma análise das empresas brasileiras. **Revista contabilidade e finanças**, São Paulo, v. 16, n. 39, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772005000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2012.

Financial Accounting Standards Board - FASB. **Statement of Financial Accounting Standards No. 157** - Fair Value Measurements. Norwalk: IFRS, Disponível em: <<http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobkey=id&blobwhere=1175823288587&blobheader=application%2Fpdf&blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARD - IFRS. **IAS 39 - Financial instruments: recognition and Measurement**. London: IFRS, Disponível em: <http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/consolidated/ias39_en.pdf>.

Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. **IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures**. London: IFRS, Disponível em: <<http://eifrs.ifrs.org/eifrs/bnstandards/en/2012/ifrs7.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2012. LAUX, C.; LEUZ, C. The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate. **Journal Accounting, Organizations and Society**, v. 34, 2009, p. 826–834.

_____; _____. Did Fair-Value Accounting Contribute to the Financial Crisis? **The Journal of Economic Perspectives**, v. 24, n. 1, 2010, p. 93-118.

MARQUES, T. O. et al. Valor justo aplicado nos instrumentos financeiros: um estudo nas pesquisas nacionais e internacionais. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 110-127, maio/ago., 2012.

OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios Contábeis brasileiros e norte-americanos 's normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 155-173, maio/jun./jul./ago., 2011.

WEIL, J. **O valor justo (fair value) vai aparecer, mais cedo ou mais tarde**. Blog do Marcos Assi, 2011. Disponível em: <<http://marcosassi.com.br/o-valor-justo-fair-value-vai-aparecer-mais-cedo-ou-mais-tarde>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÕES

Valtoir José Fernandes Junior¹

Herlones Wuilles Dos Santos²

Júlio César Gavilan³

Renato Arnaut Amadio⁴

RESUMO:

O trabalho apresenta alguns elementos para a reflexão sobre a importância de um Sistema de Informações no processo de tomada de decisão em uma empresa. E para melhor especificar o assunto veremos algumas situações vividas na empresa GAZIN – MT filial 123, localizada na cidade de Jaciara-MT. Com o tema “Sistema de Informação para a Tomada de Decisões” a fim de buscar proposta para solucionar os problemas existentes na área de atendimento e relacionamento entre funcionários tornando o Sistema de Informação um requisito base para um empresa ser bem sucedida nos dias atuais. O avanço tecnológico favorece á empresa que possui uma rede de informação que funciona através de site da própria empresa, onde o mesmo fornece diariamente informações sociais, econômicas, notícias da própria empresa denominada “GIRO GAZIN”, site contém rádio GAZIN que se é utilizado para fornecer informações em tempo real para clientes/ouvintes em tempo real e funcionários. Na primeira etapa, o presente trabalho mostra o conceito de Sistema, suas definições, evolução. Na segunda etapa também mostrará o papel estratégico dos sistemas de informação.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de Informação, Tomada de Decisões.

INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu com o intuito de estudar e fazer um diagnostico para gerenciar o processo de informação na empresa GAZIN de Jaciara-MT filial 123, a fim de buscar proposta para solucionar os problemas existentes na área de atendimento e relacionamento entre funcionários. Segundo (CHIAVENATO, 2002, p. 531), “a única maneira de mudar as organizações é mudar a sua cultura, isto é, mudar os sistemas dentro dos quais as pessoas trabalham e vivem”.

¹ Graduado pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE

² Professor Especialista e Coordenador do Curso de Sistemas de Informação – Faculdade EDUVALE.

³ Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina e Bacharel em Física Computacional pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor e chefe do departamento do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

⁴ Especialista em Redes e Teleprocessamento pela UNIC e Bacharel em Ciências da Computação pela UNIPAR. Atualmente professor do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE

As hipóteses aqui descritas serão pesquisadas e investigadas afim de apresentar melhorias da comunicação interna traçando a função de cada cargo, para que o serviço funcione de forma harmoniosa, utilizando a tecnologia disponível no ambiente de trabalho, de forma a melhorar o serviço afim de promover um atendimento ágil ao cliente, e os ramais internos que nem sempre é do setor referenciado na lista disponível, contando com o sistema informação meios de mudança no ambiente da empresa de forma externa e interna para resolução do problema entre os funcionários.

Atualmente com a globalização, as empresas estão buscando melhorar o desempenho, e estabelecer a qualidade do produto e o serviço na empresa. Estando inserida no mercado competitivo visando atrair maiores lucros e obtendo resultados positivos, a empresa conta com o sistema de informação contribuindo para atingir os objetivos e realizar um processo de transformação de dados em informações que são utilizadas na estrutura decisória da empresa, proporcionando, ainda a sustentação administrativa para aperfeiçoar os resultados esperados.

Com isso o objetivo desta pesquisa gerenciar melhorias na comunicação interna conforme necessidades da empresa e dos funcionários. Conhecendo as necessidades da empresa, podendo melhorar os meios de comunicação entre funcionários e utilização dos recursos tecnológicos disponíveis, o que poderá proporcionar uma melhoria de relacionamento e promovendo um ambiente de trabalho agradável, podendo levar a uma maior produção.

O sistema de informação dentro da empresa facilita o conjunto de partes interagistes e interdependentes que conjuntamente, forma um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função.

De acordo com (OLIVEIRA, 2001, p.285) “essas informações devem propiciar a identificação dos problemas e das necessidades organizacionais nos vários níveis da empresa (estratégicos, táticos e operacional)”.

A Justificativa para elaboração deste trabalho baseado no sistema de informação totalmente implantado e atuante, e que se pode, tirar planos de ação de melhorias que se alcance metas de trabalho na empresa, visando atingir os níveis estratégicos pensando no planejamento, tática implantação e operacional na prática, assim a empresa consegue atingir todos os níveis hierárquico, administra a produção, qualidade e crescimento em questão financeira da empresa.

A pesquisa de Sistema de Informação ainda irá contribuir para que a empresa faça uma avaliação das atuais condições do processo de atendimento vigentes, fazendo novos planejamentos e ainda propor um plano de sistema de informação de comunicação que facilite e melhore a produtividade da empresa. Segundo (GUIMARAES, 2007, p.25) “Os sistemas de informações surgem com objetivo de suprir essa necessidade agilizando e automatizando o fluxo de informação entre as diferentes partes de uma empresa”.

A satisfação no trabalho é importante, pois um colaborador satisfeito com a organização produz mais e melhor, sendo mais eficaz e eficiente, contribuindo mais efetivamente para os resultados organizacionais.

A empresa tenta trabalhar de forma honesta e sincera com todos que nela contribuem para seu funcionamento.

METODOLOGIA

A atual empresa possui um sistema que fornece informações tais como: rentabilidade, valores reais de vendas que assim permite a comparação de lucros e vendas facilitando a comparação de crescimento de um ano para o outro, sendo esta análise feito pelo método de SWOT.

Dados de informação que transmite informações de produtos que tem saída em determinadas épocas do ano, tais como datas comemorativas (EX: dia das mães, dia dos pais, dia das crianças), o que favorece um estoque para atender a demanda do cliente em específico de cada época;

O sistema também fornece informações precisas com numero de serviços assim pode-se acompanhar diariamente as metas estabelecidas de vendas mensais para cada vendedor.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor trabalhar o assunto, devemos conhecer o conceito de sistema de informação gerencial.

Um Sistema de Informação pode ser então definido como todo sistema usado para prover informação (incluindo o seu processamento), qualquer que seja o uso feito dessa informação.

O sistema de informação possui vários elementos inter-relacionados que coletam (entrada), manipulam e armazenam (processo), disseminam (saída) os dados e informações e fornecem um mecanismo de *feedback*.

Um Sistema de Informações Gerencial (SIG) abrange uma coleção organizada de pessoas, procedimentos, software, banco de dados e dispositivos que fornecem informação rotineira aos gerentes e aos tomadores de decisão. O foco de um SIG é, principalmente, a eficiência operacional. Marketing, produção, finanças e outras áreas funcionais recebem suporte dos sistemas de informação gerencial e estão ligados através de um banco de dados comum. (STAIR; REYNOLDS, 2002, p. 18)

Um Sistema de Informação cujo elemento principal é a informação. Seu objetivo é armazenar, tratar e fornecer informações de tal modo a apoiar as funções ou processos de uma organização.

Geralmente, um sistema é composto de um subsistema social e de um subsistema automatizado. O primeiro inclui as pessoas, processos, informações e documentos. O segundo consiste dos meios automatizados (máquinas, computadores, redes de comunicação) que interligam os elementos do subsistema social.

Ao contrário do que muitos pensam, as pessoas (juntamente como os processos que executam e com as informações e documentos que manipulam) também fazem parte do sistema de informação. O Sistema de Informação é algo maior que um software, pois além de incluir o hardware e o software, também inclui os processos (e seus agentes) que são executados fora das máquinas.

Isto implica em que pessoas que não usam computadores também façam parte do sistema e, conseqüentemente, necessitem ser observadas e guiadas pelos processos de planejamento e análise de sistemas.

O perigo de não se dar atenção ao aspecto social é que os sistemas automatizados (incluindo o software), não sejam eficazes ou não possam ser utilizados, apesar de estarem funcionando perfeitamente (pelo menos, em ambientes de implantados acabam teste).

No ambiente real, os aspectos sociais interferem e muito no funcionamento do sistema de informação. Os processos podem ser modificados em razão de aspectos sociais não bem controlados. Por esta razão, é que existem muitos sistemas que após não sendo utilizados ou até mesmo trazendo prejuízos ou dificultando o trabalho nas organizações.

Entre tais problemas, observou-se: a difícil identificação do local onde está o código de barras (funcionário mal treinado ou etiquetas mal colocadas), problemas com a leitora ótica (exigindo passar várias vezes o produto para que o código fosse identificado ou mesmo digitá-lo), problemas na passagem do produto pela leitora do código (etiqueta com o código mal colocado, dobrado ou em lugar inacessível), demora no preenchimento de cheques, falta de empacotadores ou mesmo sacolas, etc. Assim, o Analista de Sistemas deverá também estudar e planejar o subsistema social de cada sistema de informação.

O uso da informação para tomada de Decisões e soluções de problemas, deve-se sempre estar, escutar e conhecer o mercado, antecipar as expectativas do cliente e adaptar nossos produtos e serviços, definir procedimentos saudáveis de pós-venda.

“ necessário comunicar internamente, organizar e capitalizar a experiência adquirida, avaliar o desempenho, entre diversas outras atividades.

Enfim, mais do que quantidade, é necessário rapidez, seletividade e qualidade na informação, que precisa ser coletada, armazenada, processada e difundida. Deve-se zelar para que a informação produzida nesse processo todo seja atual, correta, confiável e de fácil compreensão.

A Matriz da empresa faz o controle de satisfação dos clientes baseados em pesquisas, assim conseguem visualizar a satisfação que os usuários da empresa tem com ela, melhorando o que não for satisfatório.

STEPHEN e COULTER (1996, p. 126), enfatizam que “a situação ideal para a tomada de Decisões é a de certeza, ou seja, o administrador pode tomar Decisões precisas, pois o resultado de cada alternativa é conhecido” de tomada de decisão é realmente um processo que envolve fenômenos Com relação às Decisões tomadas sob condições de incertezas, os resultados são desconhecidos e gerados sob probabilidades, onde o decisor tem pouco ou nenhum conhecimento das informações que formam as alternativas.

Entende-se que o processo tanto individuais como sociais, baseado em premissas de fatos e de valores, que inclui a escolha de um comportamento, dentre uma ou mais alternativas, com a intenção de aproximar-se de algum objetivo desejado.

A tomada de decisão pode ser realizada de acordo com diferentes estratégias. Desta forma, são listados os modelos de decisão de Harrison (BILHIM, 1999):

Modelo racional: prescreve o que o indivíduo deve fazer para se um decisor eficaz e muito estruturado. O seu critério de decisão é a maximização do resultado final. Este modelo está mais adequado para a tomada de Decisões do tipo I (estruturadas);

Modelo organizacional: combina as contribuições do uso de matemática, estatística e economia, como o modelo anterior, com as disciplinas de ciências sociais. O seu critério de decisão é a obtenção de um resultado final que seja satisfatório. Este modelo reconhece que existem limitações de informação, cognitivas, de tempo e de custos, levando este facto em consideração. Está associado com a tomada de decisão de curto prazo e muito orientado para os resultados finais, possui um carácter tático.

Modelo político: referido também como modelo adaptativo, baseia-se nas contribuições da ciência política, da filosofia, da psicologia e da sociologia. Trata-se de um modelo comportamental e o seu critério de decisão é que os resultados sejam aceitáveis. Recorre a uma estratégia de decisão baseada na negociação e no compromisso para conseguir obter resultados que sejam aceitáveis por diversos grupos externos. Desta forma, a escolha não é única, muito menos é a decisão certa, pois é apenas a decisão aceitável;

Modelo de processo: associado á gestão e que possui como critério de decisão uma forte orientação para os objetivos. Usa as disciplinas quantitativas e reconhece a importância das ciências sociais. Sensível á envolvente externa e assente em princípios profundamente interdisciplinares (tal como o modelo organizacional, embora possua em relação a este, uma orientação para o longo prazo e um carácter estratégico). Este modelo é adequado á inovação.

No contexto organizacional, Choo (1998) considera que a tomada de decisão normal é estruturada por regras e procedimentos que especifica papéis, métodos e normas que, por sua vez, estabelecem valores que influenciam como a organização enfrenta a escolha e a incerteza. A combinação esperada entre cultura, comunicação e consenso melhora a eficiência e ajuda a alcançar um nível mais elevado de comportamento de escolha racional. Nos vários modelos de decisão

estudados, é possível reconhecer que a decisão nem sempre é resultado de um processo sequencial, estruturado e dirigido para uma única solução.

Mas é possível afirmar que a informação é um recurso primordial para a tomada de decisão e que, quanto mais estruturado for este processo, como no caso dos modelos racional e de processo, mais indicado se faz o uso de sistemas de informação que possam responder às demandas e necessidades informacionais do decisor. Da mesma forma, as informações requeridas para este tipo de decisão são mais objetivas e quantificáveis, tornando mais indicada a utilização de recursos informacionais que possam organizar, recuperar e disponibilizar as informações coletadas durante o processo de trabalho.

O papel estratégico dos sistemas de informações muitas vezes, é a própria fonte de informação que influencia diretamente na característica de um acesso à informação, é obter a boa informação (pertinente e útil) e igualmente poder dispor dela mesmo antes do momento adequado (O'REILLY, 1982, p. 760)

Trabalhar esta opção significa rapidez e agilidade na tomada de decisão, pois quando se possui informações necessárias rápidas, permite agir com rapidez e eficácia.

O planejamento, segundo Chiavenato (2007, p. 207), representa o como fazer, pois se refere à maneira como as estratégias deverão ser colocadas em prática, ou seja, operacionalizadas. Quanto ao sistema de informação realizar estratégias afim de melhorar a comunicação, e assim tornar o ambiente mais hostil e agradável.

O planejamento possibilita perceber a realidade, avaliar os caminhos, e reavaliar todo o processo a que o planejamento se destina. Sendo, portanto, o lado racional.

Algumas de nossas ações necessitam de planejamento, mas muitas não. Em nossas atividades diárias, estamos sempre agindo, e antecipamos os resultados de nossas ações, mesmo que não estejamos completamente cientes dessa antecipação. Uma atividade premeditada exige tomada de decisão quando se volta para novas situações ou tarefas e objetivos complexos ou quando conta com ações menos familiares.

Uma vez que o planejamento é um processo muito complicado, que consome muito tempo e dinheiro, recorremos ao planejamento apenas quando é realmente necessário ou quando a relação custo vezes benefício nos obriga a

planejar. Além disso, geralmente, procuramos somente planos bons e viáveis ao invés de planos ótimos.

É importante que o planejamento seja entendido como um processo prático das determinações do plano, o que lhe garante continuidade, havendo uma constante realimentação de situações, propostas, resultados e soluções, lhe conferindo assim dinamismo, baseado na interatividade, num processo contínuo de tomada de Decisões.

No exercício da função gerencial, a ênfase deve ser dada á informação. Algumas estratégias são citadas por Davenport (1998, p. 19) para o gerenciamento do comportamento informacional nos ambientes empresariais, dentre as quais se destacam tornar claros os objetivos e estratégias da organização, identificar competências informacionais, concentrar-se na administração de tipos específicos de conteúdos da informação, atribuir responsabilidades pelo comportamento informacional, criar uma rede de trabalho responsável pelo comportamento informacional e apresentar a todos os problemas do gerenciamento da informação.

A sociedade da informação em seus diferentes papéis que a informação tem na organização, ela assume várias formas, detém diferentes características e pode ser processada e transmitida de diferentes maneiras utilizando diferentes tecnologias. Por exemplo, na interação da organização com o ambiente externo, a informação pode comparecer na forma de boatos e notícias para acompanhar movimentos da economia e ações da concorrência, reaver produção e vendas, analisar o consumo da população ao produto.

Na coordenação de suas atividades, a organização pode utilizar a comunicação informal face – a - face, memorandos internos ou formulários para transmitir ordens e especificações sobre as tarefas a serem realizadas.

Na automação de suas atividades, dados de pedidos de clientes podem ser registrados em sistemas informatizados e estruturados, e acionar ações de produção automaticamente.

Muitos autores definem dado e informação tomando como base o modelo computacional, em que os dados são a matéria-prima que deve ser devidamente processada para a obtenção de informações (LAUDON; LAUDON, 2004, p. 101).

A transformação de dados em informação envolve sempre o contexto em que ela será utilizada. Como definem Davis e Olson (1985, p.209), informação é um

dado que foi processado de forma significativa para seu receptor e seu valor é real ou percebido no momento, ou em ações prospectivas nas Decisões.

Davenport (1998, p. 18), por exemplo, considera que informações são dados dotados de relevância e propósito, lembrando que quem dota os dados de relevância e propósito sempre são as pessoas.

Portanto, a informação é dependente da sua interpretação e do contexto em que será utilizada. Não é algo objetivo, isolado de seu contexto.

A avaliação de sistemas de informação é uma necessidade para o gestor, tanto para a melhoria destes sistemas, como para justificar os altos investimentos realizados neste setor.

A avaliação não é um fim por si mesma. Seus propósitos se originam da necessidade de determinar o valor de um sistema ou de atividades deste sistema.

Operacionalmente, o processo de avaliação está inter-relacionado ao planejamento: tem início com a definição de seus objetivos (derivados do objetivo do sistema) e prossegue identificando critérios e variáveis adequados à mensuração e explanação do grau de sucesso (nível de desempenho do sistema).

Os critérios são indicadores de desempenho do sistema e expressam expectativas — do administrador e dos usuários — com relação aos objetivos do sistema. Eles são os componentes fundamentais da avaliação e deles se derivam as variáveis necessárias à obtenção de medidas de desempenho.

Nem sempre é fácil selecionar critérios e variáveis; em geral, esta seleção vai depender não só dos objetivos da avaliação, mas também da validade e aplicabilidade instrumentos de coleta e análise de dados.

A mensuração é um componente auxiliar no processo de avaliação, não é indispensável, mas a linguagem matemática facilita a compreensão análise do problema em estudo.

Portanto o sistema de informação é apontado como um destes instrumentos, embora não se encontre organizado a ponto de responder às demandas e necessidades de informação para a tomada de decisão pelos gerentes.

Para os gerentes e coordenadores, a informação é a base para a tomada de decisão, e, para que a solução sugerida aos problemas seja efetiva e acertada, as informações devem ser precisas, relevantes, oportunas, permitindo uma abordagem completa da situação.

Os dados e informações comumente utilizados são aqueles que se referem ao cuidado do paciente e aos recursos organizacionais disponíveis para a coordenação da unidade, em especial, os recursos humanos.

A compreensão do significado de necessidades e fontes de informação reafirma que a maior dificuldade para criação de um sistema de informação está na definição das necessidades e demandas por parte dos usuários, pois, por várias vezes, foram citadas fontes como necessidades de informação para a tomada de decisão.

Tendo como referência o cenário vivido pelos gerentes e coordenadores na unidade funcional e o ambiente informacional disponível, ou sabe - se pontuar alguns subsídios para a (re)organização da informação como recurso para a gerência, considerando os usuários do sistema, as demandas e necessidades de informação, as fontes disponíveis e potenciais.

O ponto de partida é o repensar da prática gerencial, ou seja, as mudanças geradas no processo de trabalho pela incorporação tecnológica, que vão requerer também mudanças na forma como se faz o trabalho.

Em especial quando se opta por utilizar sistemas informatizados, isto não significa que o modo como são organizados os dados e as informações produzidas no processo de trabalho não seja transferido para o meio eletrônico.

O desenvolvimento de sistemas de informação prevê a abordagem das normas relativas aos aspectos estruturais da organização e da especificidade técnica de cada serviço. No que se refere à terminologia, deve-se adotar um sistema de classificação que permita a organização, o acesso e a recuperação das informações para utilização no processo de trabalho.

Alguns aspectos devem ser observados: definir regras para as classificações, de forma a assegurar a uniformidade no seu emprego; incorporar expressões pertinentes à determinada categoria; assegurar que as categorias dos termos sejam excludentes; garantir a estabilidade do sistema para possibilitar uma análise comparativa ao longo do tempo.

É importante ressaltar que o processo de trabalho na instituição implica, necessariamente, a articulação entre os diversos setores. Portanto, não se trata de criar sistemas isolados para cada serviço, mas sim garantir a articulação dos dados, orientada pela especificidade de cada serviço e pela seletividade no acesso à

informação. Acrescido a estas condições, o sistema deve utilizar componentes estratégicos que reúnam condições de aplicabilidade, sustentabilidade e orientação

O computador não pensa, apenas realiza as tarefas que lhe são – ensinadas–. O desenvolvimento dos Sistemas de Informação, bem como sua análise, devem ser feitos de maneira independente. Uma vez desenvolvidos os processos, resta apenas transmiti-los á máquina. A eficiência dos sistemas não é medida pela informatização, mas pela qualidade e eficiência dos métodos, assegurando a informação desejada, confiável e no tempo certo.

O entendimento dessa diferença (desenvolvimento de Sistema de Informação versus Programação) proporciona a criação de processos/rotinas mais adequados, mais segurança, maior controle, além de possibilitar á empresa, uma análise clara dos benefícios (ou não) que a informatização pode trazer.

Os Sistemas de Informação são peça fundamental para as empresas, não apenas na elaboração de relatórios, mas fazem parte de todos os departamentos e atividades da companhia, desde o simples controle até a confecção de planos estratégica complexos. Tudo que acontece, todos processos, são regidos por um sistema, que pode ou não ser informatizado. Mais uma vez, deve ser considerada a importância do administrador nesse processo que é nada menos que vital para a corporação.

A técnica SWOT ferramenta eficaz na organização dos dados e das informações, fator importante na compreensão dos ambientes interno (forças e fraquezas) e externo (ameaças e oportunidades), inserindo-a em um modelo de exame da ambiência organizacional. Com o diagnóstico resultante da sua aplicação possível traçar diretrizes claras na promoção do desenvolvimento futuro, incluindo ações de diferenciação e diante do desafio da gestão estratégica da informação (ARAÚJO JR, 2005, p. 2).

a. autor (ARA—JO JR, 2005, p. 6).define que a análise SWOT é uma espécie de “fotografia” das ocorrências nos ambientes organizacionais, daí a sua consideração de forças e fraquezas intrínsecas á organização, coletadas no ambiente interno e de oportunidades e ameaças extrínsecas á organização, coletadas no ambiente externo. Os quatro elementos a serem coletados e analisados podem ser definidos como:

Forças ou pontos fortes - são como características internas que propiciam, se reforçadas, amplas condições para a organização cumprir sua missão e atingir seus objetivos;

Fraquezas ou pontos fracos - são debilidades intrínsecas á organização que impõem obstáculos no cumprimento da missão e dos objetivos pré-estabelecidos;

Oportunidades - são condições ambientais externas que, se aproveitadas, podem ajudar a organização a cumprir com efetividade sua missão e os seus objetivos; e

Ameaças - são condições ambientais que impedem o cumprimento da missão e dos objetivos organizacionais.

RESULTADOS PRELIMINARES

A sociedade da informação em relação entre informação, tecnologia, organizações e pessoas demonstra que o avanço tecnológico tem favorecido á empresa que possui uma rede de informação que funciona através de site da própria empresa, onde o mesmo fornece diariamente informações sociais, econômicas, notícias da própria empresa denominada “GIRO GAZIN”, site contém rádio Gazin que se é utilizado para fornecer informações em tempo real para clientes/ouvintes em tempo real e funcionários.

147 site da empresa também possui opções que favorece o serviço do funcionário. Seu papel estratégico a empresa possui um sistema de informação central, que atualizado em tempo máximo de 30 min., onde em uma central possui pessoas designadas á tomar decisão afim de não perder venda, e estar antenado em promoções de concorrentes e atualizar as promoções.

O avanço tecnológico favorece á empresa que possui uma rede de informação que funciona através de site da própria empresa, onde o mesmo fornece diariamente informações sociais, econômicas, notícias da própria empresa denominada “GIRO GAZIN”, site contém rádio GAZIN que se é utilizado para fornecer informações em tempo real para clientes/ouvintes em tempo real e funcionários.

Assim podemos concluir que o sistema o site da empresa também possui opções que favorece o serviço do funcionário.

Todo o processo de sistema de informação central, que é atualizado em tempo máximo de 30 min., onde em uma central possui pessoas designadas á tomar decisão afim de não perder venda, e estar antenado em promoções de concorrentes e atualizar as promoções.

Baseado na revisão de literatura observa se que o método abordado na empresa tem uma boa resolubilidade e agilidade na resolução de conflito.

Através desses dados, podemos concluir que os nossos objetivos foram alcançados, pois o Sistema de Informação utilizado pela GAZIN auxilia nas tomadas de Decisões, reduz custos e proporciona metas de vendas para a empresa, e permite aos funcionários acompanhar suas vendas e produtividades.

REFERÊNCIAS

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial** : transportes, administração de materiais e distribuição física. Tradução Hugo T.Y. Yoshizaki. São Paulo : Atlas, 1993 DORNIER, Philippe-Pierre et al. Logística e Operações Globais. São Paulo : Atlas, 2000

GATTORNA, John et al. **Stategic Supply Chain Alignment** : Best practice in Supply Chain Management. [S.l.] : Gower Pub. Co. , 1998

LAUDON, Kenneth. **Sistemas de Informação**. Rio de Janeiro : LTC, 1999
MEIRELES, Manuel. 1949 – Sistemas de Informação: quesitos de excelência dos sistemas de informações operativos e estratégicos. Volume 1 da Série: Indicadores Gerenciais/ Manuel Antônio Meireles da Costa; MEIRELES. Manuel. São Paulo: Arte & Ciência, 2001

NAZÁRIO, Paulo. **A Importância de Sistemas de Informações para a competitividade logística**. In: PUBLICAÇÕES DA COPPEAD – UFRJ, 1999. Rio de Janeiro. RJ

SOFTWARE LIVRE

Gilmar Damacena Machado¹
Renato Arnaut Amadio²
Júlio César Gavilan³
Herlones Wuilles Dos Santos⁴

RESUMO

Com o crescimento da quantidade de computadores existentes nos lares, empresas públicas e privadas, há uma grande demanda de softwares existentes no mercado e isso faz emergir algumas questões sobre o quanto se sabe a respeito da legislação que rege a distribuição desses softwares. Com o avanço da tecnologia cada vez mais notório nos últimos tempos, o crescimento do uso Software Livre em relação ao software proprietário denota que existe uma maneira de se amenizar a pirataria no mundo dos softwares, tanto em relação aos aplicativos de computador quanto aos sistemas operacionais. O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância do uso de Software Livre nos Órgãos públicos, definindo assim, o que é Software Livre, seu histórico, apresentando alguns exemplos de programas atuais que se encaixam nessa categoria de softwares. Apresentamos também algumas vantagens e desvantagens da migração de software proprietário para o livre, a qual tem como foco a redução de custos.

PALAVRAS-CHAVE: Software Livre, Software proprietário, licença, sistemas operacionais.

INTRODUÇÃO

A grande necessidade de que cada vez mais computadores precisam ser usados no processamento de informações traz também a realidade e a problemática na questão de que tipos de licenças esses computadores receberão. Esse trabalho tem o intuito de apresentar a análise sobre o custo benefício do processo de migração estrutural na unidade gestora do poder público municipal de Jaciara, assim como o processo de adaptação, podendo ser expandido para os demais níveis governamentais, para uma base tecnológica que utilize Software Livre.

¹ Graduado em Sistemas de Informação pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE

² Especialista em Redes e Teleprocessamento pela UNIC e Bacharel em Ciências da Computação pela UNIPAR. Atualmente professor do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

³ Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina e Bacharel em Física Computacional pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor e chefe do departamento do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE

⁴ Professor Especialista e Coordenador do Curso de Sistemas de Informação – Faculdade EDUVALE

Desde o ano de 2007, a Prefeitura Municipal de Jaciara trabalha com uma estrutura tecnológica voltada para atender melhor a população, de maneira que toda movimentação administrativa deve ser informada através de sistemas de informação. Tal situação exigiu o uso de muitos computadores e automaticamente sistemas capazes de manipular os dados da Prefeitura.

Por motivo de não ter um profissional formado na área de Sistemas de Informação, a Prefeitura passou a utilizar uma estrutura pouco produtiva em relação aos padrões que regem a legalidade do uso de softwares em seus computadores. Alguns apontamentos e orientações feitos pelo Tribunal de Contas do Estado, como a Instrução Normativa STI 001/2009 incentivaram todas as unidades gestoras a terem consciência do que é a pirataria, e a se tornarem conhecedoras do que significa utilizar Software Livre. Partindo da ideia de que cada computador necessita de um sistema operacional para funcionar, pretende-se, então, nesse trabalho demonstrar as características do processo de comunicação e informação através de Software Livre onde os Órgãos públicos como a Prefeitura de Jaciara poderão conhecer a demanda de um mercado que possui várias opções em softwares e sistemas operacionais gratuitos.

SOFTWARE LIVRE

DEFINIÇÃO E CONCEITOS BÁSICOS

Segundo Stallman (2002), criador da *Free Software Foundation* (Fundação do Software Livre), que define Software Livre como qualquer software que ofereça as quatro liberdades:

LIBERDADE 0: executar o programa para qualquer finalidade;

LIBERDADE 1: estudar como o programa trabalha, e adaptá-lo À suas necessidades. Tendo como pré-condição para isto o acesso ao código fonte;

LIBERDADE 2: de redistribuição de cópias podendo assim ajudar aos outros e ainda ser remunerado por isto;

LIBERDADE 3: de melhorar o programa e liberar suas melhorias ao público, de modo que a comunidade inteira se beneficie. Tendo como pré-condição para isto o acesso ao código fonte;

Executar um programa para qualquer finalidade significa utilizá-lo da maneira mais adequada, podendo ser usado para desenvolver outros programas ou até mesmo apenas utilizar para ajuda em tarefas simples do cotidiano. Analisar como o programa trabalha e ter a liberdade de adaptá-lo revela que podemos estar por dentro de como se decorre o funcionamento completo do software, podendo assim, estudar todo o seu conteúdo e verificar a maneira como foi desenvolvido.

A redistribuição de um software se baseia em fornecer cópias ao demais integrantes da sociedade, ou seja, poder repassar para quem tem interesse e assim colaborar com os demais. E a última que talvez seja a mais importante para a sobrevivência do Software Livre seja a liberdade de alteração. Tendo posse de tal liberdade e conhecimento pode-se readaptar e reestruturar o software alterando, diminuindo ou acrescentado funções para que supra as necessidades. Somando essa liberdade com a de redistribuição pode-se ter várias versões do mesmo Software Livre, cada uma com uma especificação e função melhorada e diferente do outro, ou até mesmo única, como nota-se nos dias de hoje.

Um software só é considerado livre se garantir essas liberdades aos seus usuários . Possuir tais liberdades significa não ter que solicitar prestar conta e nem mesmo pagar a ninguém pela permissão. Devemos lembrar que apesar de se ter a liberdade de executar, modificar e redistribuir, não quer dizer que isso acontecerá sem nenhum custo, afinal quando falamos de Software Livre não devemos usar termos como “distribuído” ou “de graça”, pois esses termos se referem à questão de preço, não de liberdade. E Software Livre é uma questão de liberdade, independência e de preço.

Às vezes os programas livres distribuem-se grátis, e outras vezes por um preço substancial (STALLMAN, 1998).

De acordo com Stallman, essa liberdade é garantida através da Licença GNU GPL. A Licença Pública Geral GNU define condições para cópia, distribuição e modificação de programas. Ou seja, qualquer pessoa pode modificar uma cópia de um programa, desde que se comprometa a:

Exibir, em destaque, em cada arquivo modificado, um aviso onde conste que os dados originais foram modificados.

Exibir um aviso de que o trabalho distribuído ou publicado deriva, de maneira completa ou em parte, do programa original.

HISTÓRICO

O artigo 1º da Lei nº 9.609/98 define programa como

um conjunto de instruções lógicas, desenvolvidas em linguagem específica, que permite ao computador realizar as mais variadas tarefas do dia-a-dia de empresas, profissionais de diversas áreas e usuários em geral.

O termo “software” nos remete a um produto da imaginação tecnológica. Um Software Livre ganha forma a partir do surgimento da primeira versão do seu código, depois se dá andamento para o preparo da sua publicação pelo autor, na rede mundial de computadores, internet. Após isso usuários e também desenvolvedores de software de diversos lugares melhoram esse código e o retornam ao autor. Ele assimila as alterações realizadas e recomeça o ciclo para uma nova versão com melhoras.

O movimento do Software Livre teve início na década de 80 e se espalhou pelo mundo levado pela imensa rede mundial de computadores, ou seja, a internet. Seus maiores defensores são os hackers, um grande número de acadêmicos, cientistas, e os que mais se destacam quando se fala em combater pela razão da liberdade. Em contrapartida seus maiores oponentes são as mega empresas que sobrevivem exclusivamente de um modelo econômico baseado absolutamente na exploração de licenças de uso de software e do controle total dos códigos essenciais dos programas de computadores.

Alguém da área da educação já disse, simbolicamente, que o maior êxito consiste em transformar um caráter vulgar em outro valoroso e perfeito. Pense nessa frase, mudando a palavra “caráter” para software. Ficou claro?(PACITTI, 2006, p.35).

Pacitti (2006) cita que o marco do surgimento do Software Livre foi quando Richard Stallman deu início a uma tentativa de criação de um sistema operacional capaz de executar programas e aplicativos do UNIX, mas que fosse livre, porém não cresceu nem se popularizou. O desenvolvimento era feito por ele mesmo, portanto, lento e com muitos problemas a resolver.

No entanto Stallman idealizava um desenvolvimento de forma evolucionária, no qual um programador pudesse, a partir de um programa já existente, adicionar melhorias, novas funcionalidades, novos recursos e até mesmo criar novos programas sem a necessidade de se começar do zero. Então instituiu o projeto chamado GNU. GNU significa GNU'S Not Unix, sendo gnu um antílope mamífero da África, muito ágil, rápido, belo e versátil, possuindo cabeça semelhante Ó do búfalo, juba de leão, chifre de boi, lombo e rabo de cavalo. O

projeto GNU patrocina a “General Public License” (GPL), isto é, os programas são comprometidos e distribuídos de acordo com os termos pré-acordados da GPL.

Em 1985 Stallman cria a FSF (*Free Software Foundation* – Fundação Software Livre) para o desenvolvimento e manutenção do sistema operacional GNU. Sua receita se dá a partir da venda de CD-ROM's e doações de grandes empresas e organizações de caridade.

Como naquela época a maioria esmagadora dos softwares eram proprietários, ou seja, havia alguém por trás que proibia e impedia que se alterasse ou mesmo redistribuísse esses softwares, inibindo assim, a cooperação entre os usuários, o projeto GNU se fez necessário e indispensável.

Muitos usuários utilizam o sistema operacional GNU hoje em dia sem perceber, pois o mesmo possui variantes espalhadas em vários lugares, embora com o nome de LINUX. Na verdade, o correto seria chamar esses sistemas operacionais de GNU/LINUX. Não devemos confundir o público por utilizar o nome LINUX de forma ambígua. Linux é um núcleo, um dos principais componentes essenciais do sistema. O sistema como um todo é o sistema GNU.

“Por favor, não chame o GNU de Linux”. (STALLMAN, 2007).

Em uma entrevista Richard Stallman cita que essa troca ingênua de nomes ocorre porque, como já dito, o Linux é um núcleo, um componente do sistema que é o GNU. E esse núcleo se juntou ao GNU na década de 90 quando já tinham escrito todos os principais componentes de um sistema, exceto um, o kernel. Então Linux, um kernel livre, foi desenvolvido por Linus Torvalds, do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Helsinki na Finlândia, em 1991. E em 1992 a combinação do kernel com o quase completo sistema GNU resultou em um sistema operacional completo: um sistema GNU baseado no Linux, que se modernizou, popularizou e impulsionou o movimento no mundo e até hoje, quando se faz referência a Software Livre a primeira palavra que veem a ser dita é LINUX. Entre os principais podemos citar os Kernel's do Slackware, Debian, Ubuntu, Red Hat entre outros.

No Brasil, também temos idealizadores e pioneiros do Software Livre. Um deles é Rubens Queiroz, que se envolve no trabalho com Software Livre desde 1991. Atualmente, é mantenedor do site Dicas-L, um repositório de códigos e instruções para um maior aproveitamento de sistemas operacionais de código aberto. Também podemos citar Marcelo Branco, referência internacional na área, e um dos idealizadores do Fórum Internacional de Software Livre e integrante do Conselho Científico do Mestrado Internacional em Software Livre da Universidade aberta de Catalunya (UOC, Open University of Catalonia) além de ser um dos principais organizadores do Projeto Software Livre no Brasil.

Além de representantes no tema, o Brasil pode se orgulhar por possuir um software cem por cento nacional e totalmente livre, o BrOffice, um pacote completo para escritórios que possui editor de textos, planilhas, slides e outras funcionalidades muito interessantes. Até hoje existem melhorias sendo feitas no constante desenvolvimento desse software lançando-se assim atualizações e novas versões.

Temos uma ideia conhecendo a opinião do criador de tudo isso que escreveu um artigo a relação Linux e o projeto GNU, avaliando a ideia de Software Livre.

O projeto GNU não é somente desenvolvimento e distribuição de alguns softwares livres úteis. O coração do projeto GNU é uma ideia: que software deve ser livre, e que a liberdade do usuário vale a pena ser defendida. Se as pessoas têm liberdade, mas não a apreciam conscientemente, não irão mantê-la por muito tempo. Se quisermos que a liberdade dure, precisamos chamar a atenção das pessoas para a liberdade que elas têm em programas livres. O método do projeto GNU é que programas livres e a ideia da liberdade dos usuários ajudam-se mutuamente. Nós desenvolvemos software GNU, e conforme as pessoas encontrem programas GNU ou o sistema GNU e comecem a usá-los, elas também pensaram sobre a filosofia GNU. O software mostra que a ideia funciona na prática. Algumas destas pessoas acabam concordando com a ideia, e então escrevem mais programas livres. Então, o software carrega a ideia, dissemina a ideia e cresce da ideia. (...)

Nós devemos continuar a falar sobre a liberdade de compartilhar e modificar software -- e ensinar outros usuários o valor destas liberdades. Se nós nos beneficiamos por ter um sistema operacional livre, faz sentido para nós pensar em preservar estas liberdades por um longo tempo. Se nós nos beneficiamos por ter uma variedade de Software Livres, faz sentido pensar sobre encorajar outras pessoas a escrever mais Software Livre, em vez de software proprietário. (STALLMAN, 1996).

Mas devemos lembrar que o projeto GNU não se limita apenas a sistemas operacionais. Ele também deseja fornecer um conjunto completo de software, incluindo aplicações, jogos, suítes para escritório e software para usuários que não são especialistas em computadores, ou seja, um conjunto de softwares que muitos usuários almejavam possuir. Este projeto tem como objetivo oferecer Software Livre para atender a todas as tarefas que os usuários de computadores necessitem realizar, tornando assim o Software Livre uma opção interessante tanto na questão do custo quanto na inovação.

LICENÇAS DE SOFTWARE

As regras para uso do Software Livre são baseadas nas licenças, como por exemplo, a licença copyright que foca em proteger os direitos autorais do criador. As

licenças ainda estão voltadas para garantir a possibilidade de alteração e distribuição do software, determinando assim o método de sua utilização.

Com o passar do tempo várias licenças surgiram ofertando de maneira geral as seguintes características:

Manter a privacidade da identidade do autor;

Qualquer trabalho que inclua parte do software de citar o autor;

Distribuir os códigos fontes dos softwares;

Instalação de um software sem limites em relação à quantidade de máquinas;

Não inibir a comercialização do software;

Dentre as várias licenças existentes que tangem os softwares, podemos destacar as mais comuns.

De acordo com Pacitti (2012, p.200),

Software proprietário: todo software que proíbe redistribuição e alteração pelo usuário. Grande parte dos Softwares distribuídos comercialmente entra nessa categoria de licença.

Freeware: todo software que permite distribuição, mas não alteração, ou seja, não há disponibilidade de acesso ao código fonte;

Shareware: todo software que permite redistribuição, mas que se restringe às condições estabelecidas na licença, a qual precisa ser adquirida após um tempo limite de uso do software;

Software Livre: todo software que oferece ao usuário o direito de usar, estudar, modificar e redistribuir. Como exemplo há duas licenças bastante populares: a Licença GNU e a Licença BSD.

Domínio público: software sem copyright, cujo proprietário abriu mão de qualquer direito que possua sobre ele, podendo ser utilizado sem qualquer restrição e para qualquer fim.

Software Fonte Aberto (Open Source Software): é um programa em código fonte que está disponível ou aberto para toda a comunidade entender, e, caso seja autorizado, pode produzir outros programas mais úteis, eliminar bugs.

Copylefted Software: software que dá aos programadores o direito de uso e modificação dos programas, com restrições, mantendo as restrições de licença inicial que o autor impõe para os novos programas modificados. Assim, o software modificado deve ser livre, com as mesmas restrições impostas pelo convênio ou autor original.

Non-copylefted Free Software: o mesmo espírito do anterior, porém o autor permite modificar, redistribuir e adicionar novas restrições ou imposições. Algumas versões criadas ou apenas compiladas posteriormente podem não ser livres, tornando-o assim um software proprietário.

Semi free Software: software que vem com permissão, já copyrighted para, seletivamente, algumas pessoas poderem copiar, modificar, distribuir, explicitamente com objetivos não lucrativos.

Com isso pode-se afirmar que licenças de domínio público se encaixam em licenças de Software Livre, já não se pode dizer o mesmo em relação às licenças Shareware e Freeware.

Software Livre é uma questão de liberdade não de preço, afirma Stallman. – uma questão de o usuário rodar, copiar, mudar, estudar, melhorar e redistribuir o software assim permitido. Como mencionado, esse conceito desafia nossas ideias tradicionais sobre os direitos de propriedade intelectual, das patentes e das licenças. (PACITTI, 2006, p. 67-68).

VANTAGENS E DESVANTAGENS DO SOFTWARE LIVRE

A vantagem no uso de Software Livre não está somente no custo e na economia com o pagamento de licenças, tal benefício pode ser percebido de maneira quase que imediata, pois a redução de custos é muito notória, o Software Livre também reduz as despesas relativas às mudanças que estão frequentemente ligadas aos softwares proprietários. Uma situação que merece destaque é o uso do sistema operacional Linux, onde a grande demanda de vírus existentes não tem efeito como acontece com o sistema operacional Windows, além de ser um sistema mais leve.

Não se pode negar o fato de que quando se fala em mudança nos softwares proprietários logo a palavra gastos vem à tona. – muito importante lembrar que vários fabricantes de softwares proprietários deixam de dar suporte em seus antigos sistemas, forçando um upgrade, ou seja, a troca muitas vezes não só do sistema, mas também da máquina que o processa.

No caso da Microsoft, por exemplo, qualquer empresa que ainda utilize Windows 95, NT, 98 e XP, é fortemente incentivada para que possa adquirir versões mais novas do Windows. Em contrapartida, devido à utilização de softwares proprietários por muito tempo, os usuários de todas as categorias acabaram habituando-se e familiarizando-se a eles.

Como toda mudança é passiva de resistência, a dificuldade em relação à utilização do Software Livre está relacionada ao receio dos usuários em relação aos programas serem diferentes dos que estão acostumados, tal ponto é na maioria das vezes crucial para determinar se existe ou não a possibilidade da mudança.

De maneira geral, o Software Livre é vantajoso para o lado econômico, mas isso demanda tempo para que seja assimilado pelos usuários que necessitarão de

treinamento e capacitação, que se realizados de maneira eficiente pode acarretar resultados muito positivos para qualquer instituição.

– claro que algumas dificuldades encontradas fazem parte da estatística das desvantagens do Software Livre, como por exemplo, a incompatibilidade de sistemas próprios das empresas ou órgãos públicos com os sistemas operacionais livres, já que esses sistemas são desenvolvidos em função de plataformas proprietárias.

Apesar das várias vantagens relacionadas ao Software Livre, existe certa resistência vinculada à cultura que os usuários possuem quanto à utilização de sistemas operacionais e programas vinculados a esses sistemas, pois já estão habituados com os softwares disponíveis no mercado e com a maneira em que são distribuídos. Talvez com o passar do tempo e uma maior expansão do uso de Software livre, os usuários possam experimentar novas opções que existem no mercado.

COMPETITIVIDADE ECONÔMICA

De acordo com o Guia Livre do Governo Federal, a adoção do uso do Software Livre na área governamental é apoiada e orientada para os seguintes fins:

- Necessidade de adoção de padrões abertos para o Governo Eletrônico (e-Gov);
 - Nível de segurança proporcionado pelo Software Livre;
 - Eliminação de mudanças compulsórias que os modelos proprietários impõem periodicamente
 - A seus usuários, em face da descontinuidade de suporte a versões ou soluções;
 - Independência tecnológica;
 - Desenvolvimento de conhecimento local;
 - Possibilidade de auditabilidade dos sistemas;
- Independência de fornecedor único.

Muitos dos aplicativos Software Livre trabalham em sistemas operacionais proprietários; isso proporciona a oportunidade da utilização desses aplicativos sem

que haja a necessidade de mudar a estrutura atual, por exemplo Firefox, BrOffice, OpenOffice, Apache.

Todos esses exemplos trabalham no Windows—; portanto, pode-se utilizá-los como substitutos do Microsoft Office—, do Internet Explorer— e do IIS—, respectivamente. Além de ser menos radical, essa abordagem permite que a reação do usuário seja avaliada em pequena escala e os planos para seu treinamento podem ser baseados nas atividades que ele desenvolve no seu cotidiano.

Além disso, problemas como conversão de formatos de arquivos, macros e modelos podem ser facilitados, se o aplicativo proprietário permanecer instalado por algum período. Essa abordagem nos permite dizer que a escolha do aplicativo no ambiente-alvo final (livre) estará limitada aos que trabalham com base em sistema operacional proprietário. Por exemplo, o alvo para navegador *web* pode ser o Galeon, porém o Mozilla é o único que funciona tanto no Windows— como no GNU/Linux, portanto pode ser adotado primeiro, por já funcionar em ambiente proprietário.

Uma das grandes dificuldades de ser adepto ao Software Livre é que as pessoas pensam numa mudança radical do ambiente em que estão acostumadas, quase sempre sistema operacional Windows, que na verdade é um software proprietário. Na realidade, os usuários poderiam adaptar-se ao Software Livre, começando pelo mesmo, para futuramente elas se sentirem mais familiarizadas podendo quem sabe migrar para um Software Livre como, por exemplo, o sistema Linux. – claro que para isso, o usuário precisará mudar a cultura predominante no uso de sistemas operacionais e programas de computador. Cabe a cada um fazer a sua parte e registrar seu software ou trabalhar com Software Livre, deixando de usar de maneira errada ou ilegal qualquer aplicativo ou sistema que seja necessário registro.

Sempre que se fala em Software Livre, vem Ó ideia de conversão do sistema operacional de Windows para Linux. Como esta mudança de ambiente é difícil, demanda muito sacrifício e conhecimentos, você, que não é exatamente um expert, abandona a ideia. Esta é a principal razão pela qual o Software Livre ainda não atingiu a massa da população no Brasil – por erro de informação! No entanto, a solução está em suas mãos: Em um primeiro momento, usar Software Livre em ambiente Windows. (LAMAS, 2004, p. 42).

O Software Livre é o software que pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem restrição, pois ele não possui uma licença proprietária

de uso, que é uma definição de ações autorizadas ou proibidas no âmbito do direito de autor de um programador de software de computador concedidas ou impostas ao usuário deste software. Podemos usar um Software Livre e até nos tornarmos um de seus desenvolvedores, ele não possui dono e muitos usuários são também seus desenvolvedores, podendo alterá-lo. Existem muitas licenças de Software Livre dentre elas a licença GPL, que regulamenta as liberdades centrais, definindo condições para cópia, distribuição e modificação de programas. Uma de suas vantagens é que todos participam da sua melhoria e atualização. E de certa forma é uma inovação de ideias que se tem sobre programas de computador

Assim, a licença do Software Livre é uma licença não proprietária de uso. O Software Livre possui um autor ou vários autores, mas não possui donos. Dessa forma, o usuário do Software Livre também tem o direito de ser desenvolvedor, caso queira. [...] A única proibição feita aos seus usuários é a de torná-lo um software proprietário. (SILVEIRA, 2004, p. 11).

Sendo assim, o Software Livre promove a oportunidade aos usuários de possuírem um sistema que possa oferecer ferramentas em ambientes na maioria das vezes gratuitos, possibilitando aos mesmos, a chance de também serem desenvolvedores, promovendo assim a redução da pirataria no mundo do software. Ressaltando o fato de que reduzirá custos, podendo assim, aplicar recursos em outras áreas, sem contar que estará trabalhando dentro da legalidade tanto os usuários quanto para os que estão Ó frente da administração quer sejam da prefeitura ou de outra empresa.

O imenso retorno do software proprietário é capaz de comprar quase tudo, e de destruir qualquer concorrência visível. No entanto, o fenômeno Software Livre é semelhante a um ataque de formigas. Milhares, ou melhor, milhões de pessoas dispersas por todo o mundo se atrelaram a este movimento. Parece a legendária HIDRA. Corta-se lhe uma das cabeças, nascem outras dez. (LAMAS, 2004, p.45).

Segundo Silveira, a partir do ano de 2003 no Brasil, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, apoiou a iniciativa de que o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva focaria na utilização preferencial de Software Livre, com isso várias vantagens seriam adquiridas tais como:

- Argumento macroeconômico;
- Questão de segurança;
- Situação de autonomia tecnológica; Independência de fornecedores;

- Argumento democrático.

LEGISLAÇÃO VIGENTE

O Brasil está incluído na relação de países que possuem como uma de suas leis a lei de proteção à indústria do software. Segundo a Lei n° 9609/98 de 20 de fevereiro de 1998, os programas de computador ficam envolvidos no meio dos direitos autorais, e assim sendo ficam proibidas a sua cópia, reprodução ou aluguel e até mesmo o uso de cópias de programas realizadas sem a ciência e devida autorização do titular dos direitos autorais.

Com a essa legislação, o país dá um salto importante rumo ao avanço, comparando-se a outros países do mundo que já possuem essa ideia em relação à preocupação com a reprodução ilegal de programas. Desse momento em diante a questão de pirataria precisará ser administrada com uma nova visão pela sociedade e principalmente empresas. Tal fato exigirá controles mais severos evitando assim consequências negativas para o desenvolvimento e bons resultados alcançados com a utilização do software legal.

O desenvolvimento de software exige além de um grande investimento, conhecimento técnico, pois, dependendo de seu mercado existe a possibilidade de uma grande movimentação econômica gerando assim muitos empregos. No momento em que o usuário adquire um software proprietário, ele apenas recebe o direito sob sua licença de uso de maneira não exclusiva. Mesmo adquirindo uma cópia original, o usuário não pode explorar economicamente a não ser que possua autorização do titular do programa.

PIRATARIA DE SOFTWARE

É considerada pirataria de software a reprodução ilegal de um programa de computador sem que exista a autorização direta do autor acompanhada da licença de uso. Pirataria Corporativa é executar cópias de softwares sem autorização, em computadores de organizações, mesmo pelos colaboradores, seja para qualquer tipo de utilização mesmo que em pequena escala, podendo trazer prejuízos financeiros e conceituais.

PIRATARIA INDIVIDUAL

Pirataria individual é conhecida como a distribuição de programas para colegas de trabalho, familiares ou amigos, pois, pelo fato de serem usuários individuais acredita-se ser mais difícil a detecção desses atos, mesmo que, um grande número de pessoas faz uso dessa prática .

PIRATARIA POR REVENDA

Esse tipo de pirataria destaca-se também, pois ela acontece através de revendas, que copiam completamente o software, e o vendem a preços menores ou, gravam cópias ilegais nos próprios computadores, ofertam o software com bônus pela compra do equipamento.

Cada vez mais se faz necessária a orientação e esclarecimento aos usuários sobre os resultados negativos da pirataria, que vão desde o uso debilitado do software, pela falta de suporte, documentação de orientação como manuais de instrução e capacitação, muitas vezes até a perda de informações, pois muitas vezes esses softwares sofrem ação de vírus. Vale lembrar que a pirataria não gera renda para que os detentores de seus direitos possam investir na melhoria dos programas.

De acordo com a Lei 7.646/87 estabelece que a violação de direitos autorais de programas de computador é crime, punível com pena de detenção de 6 meses a 2 anos e multa, além de ser passível de ação cível indenizatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente trabalho trouxe algumas considerações sobre o nível de conhecimento relacionado ao uso de Software Livre. As discussões relacionadas a esse assunto são polêmicas, de maneira que se notou um mercado dominado pelo Software Proprietário, o Software Livre, mesmo que em uma menor disposição devido a sua baixa popularidade tem demonstrado um grande crescimento devido aos incentivos do governo e a sua utilização por entidades governamentais, trazendo também uma proposta interessante quando se fala em redução de custos.

Pode-se considerar que devido às grandes vantagens, o Software Livre tem uma aceitação bem positiva, mesmo que muitos o usem sem saber que estão

usando um aplicativo ou sistema operacional considerado livre, pois, muitos utilizam sem saber realmente sua abrangência e intenção.

Percebeu-se ainda a existência de certo desinteresse quando o assunto é pirataria de software proprietário, que por outro lado praticamente não existe no Software Livre. Ainda existem algumas barreiras e paradigmas a serem quebrados, pois, a cultura voltada ao uso de Software Proprietário é muito forte. Há certa desconfiança se as tarefas realizadas nesse tipo de software também poderão ser feitas com o Software Livre.

É claro que a substituição imediata do software proprietário pelo software livre não é algo que acontecerá repentinamente, mas os dois podem conviver de maneira harmônica, cada um com suas particularidades e condições sendo aplicadas ao seu uso.

Por fim, os benefícios da utilização do Software Livre seriam não só a redução de custos com licenças de software, mas também a agregação de conhecimento aos usuários em novas tecnologias, a redução da pirataria de software e o aumento competitividade relacionado ao mercado da tecnologia, incentivando tanto softwares proprietários como softwares livres a serem cada vez melhor no atendimento das necessidades de seus utilizadores, de maneira este trabalho não encerra o assunto do Software Livre e o que ele acarreta nas partes econômica, social e tecnológica. Ficando assim, aberta às discussões sobre o assunto para se agregar mais conhecimento e crescimento da visão tecnológica, de tal maneira que pessoas, empresas privadas e órgãos públicos possam tirar proveito dele.

Atualmente podemos presenciar que as empresas de softwares estão a todo momento, atualizando seus programas , ao mesmo tempo corrigindo erros focando em inovações dentro do mercado que atuam. Dentro do contexto empresarial e ser legal diante da legislação vigente em nosso país, as empresas já estão focando seus investimentos em softwares livres para reduzir seus custos operacionais, mais não podendo esquecer que dentro desse ambiente existem poucos profissionais que dominam a maioria dos softwares livres.

Dependendo do seguimento empresarial que atua determinada empresa, sem um projeto de renovação tecnológica pode ser um risco muito relevante para o sua imagem dentro do mercado que atua.

Migrar para o software livre não condiz em total liberdade ou estar livre de valores adicionais em uma implementação de tecnologia, mas sim um começo para estar imune de alguns aspectos como por exemplo vírus, estabilidade, segurança dentre outras, se dentro de uma avaliação contextual da realidade onde atua uma empresa ou até mesmo um usuário residencial com intenção de mudança, sem dúvidas deve seguir os passos de um planejamento para avaliar todos os requisitos de uma mudança, se o custo e benefício andarão juntos a todo momento.

REFERÊNCIAS

ABES. Associação Brasileira das Empresas de Software. Disponível em: <http://www.abessoftware.com.br>. Acesso em: 17 out. 2012.

BAHIA, Projeto *Software Livre*. **Cartilha do Software Livre [On-Line]**. Bahia: 2ª edição, 2005. Disponível eletronicamente em <http://www.enec.org.br>. Arquivo capturado em 03/11/2005.

Guia Livre. **Referência de Migração para Software Livre do Governo Federal** / Organizado por Grupo de Trabalho Migração para Software Livre. Brasília, 2005. LAMAS, Murilo. **Software Livre ao seu alcance**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letras e Letras, 2004.

PACITTI, Tércio. **Paradigmas do Software aberto**. Rio de Janeiro: LTC, 2006. SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Software Livre a luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

STALLMAN, Richard. **What's GNU? GNU's Not UNIX!**. Disponível em <http://www.gnu.org/gnu/manifesto.html>. Acesso em: 17 out. 2012.

STALLMAN, Richard. **Free as in Freedom**. O'Reilly Media:2002.

_____. *Free Software, Free Society: Select Essays*. Boston: GNU Press, 2002. Software Livre no Governo do Brasil – Protocolo de Brasília. Disponível em: <http://www.softwarelivre.gov.br/protocolo-brasilia-1>. Acesso em: 17 out. 2012.

TCE-MT. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.tce.mt.gov.br/conteudo/noticia/t/+Tribunal+vai+economizar+R++800+mil+com+ado%E7%E3o+do+BrOffice+em+computadores++++++/cid/5894/sid/73>. Acesso em: 18 out. 2012.

WORLD, Peter Moon. Entrevista Peter Moon Computer World. Disponível em: <http://idgnow.uol.com.br/ti-corporativa/2007/09/11/idgnoticia.2007-09-11.6564593019/>. Acesso em: 18 out. 2012